

CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CARLOS CESAR GONZALEZ DE LUNA

**CONJUNTOS HABITACIONAIS E OCUPAÇÃO DO ENTORNO DE CAMPO
GRANDE (MS): UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE INJUSTIÇAS
SOCIOAMBIENTAIS**

Três Lagoas/MS

Julho 2023

CARLOS CESAR GONZALEZ DE LUNA

**CONJUNTOS HABITACIONAIS E OCUPAÇÕES: UM ESTUDO SOBRE
A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES VAZÃO SAMAMBAIA E VARANDAS DO
CAMPO EM CAMPOGRANDE (MS).**

Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus de Três Lagoas/MS, como requisito de mestrado em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Gislene Figueiredo Ortiz Porangaba.

Coorientadora: Profa. Dra. Lourdes Brazil dos Santos Argueta

Três Lagoas/MS

Julho 2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLOS CESAR GONZALEZ DE LUNA

**CONJUNTOS HABITACIONAIS E OCUPAÇÕES: UM ESTUDO SOBRE
A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES VAZÃO SAMAMBAIA E VARANDAS DO
CAMPO EM CAMPOGRANDE (MS).**

Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus de Três Lagoas/MS, como requisito para aprovação no mestrado em Geografia.

-Orientadora: Profa. Dra. Gislene Figueiredo Ortiz Porangaba.

-Coorientadora: Profa. Dra. Lourdes Brazil dos Santos Argueta

Resultado: _____

Três Lagoas-MS, 14 de julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gislene Figueiredo Ortiz Porangaba
UFMS/CPTL

Prof. Dr. Patricia Helena Mirandola Garcia
UFMS/CPTL

Prof. Dr. Márcio José Celeri
UFMA

DEDICATÓRIA

A todos os chefes da comunidade, colegas de mestrado, professores e participantes da pesquisa, dedico estas palavras com gratidão e reconhecimento por todo o apoio e colaboração ao longo desta jornada. Vocês têm sido fundamentais para o meu crescimento acadêmico e profissional, e sou profundamente grato por isso.

*Aos **chefes das comunidades**, que com sabedoria e liderança têm guiado nossos passos, agradeço por abrir portas da comunidade e incentivar o desenvolvimento da pesquisa. Suas valiosas observações têm sido um farol a iluminar para o desenvolvimento do trabalho, e sou imensamente grato por poder aprender com vocês.*

*Aos **colegas de mestrado**, com quem compartilhei inúmeras horas de estudo durante a realização das disciplinas, discussões e descobertas, agradeço pela colaboração e pelo companheirismo.*

*Aos **professores**, mentores e orientadores, que com paciência e dedicação nos transmitiram conhecimento e nos inspiraram a ir além, expresso minha gratidão. Suas lições e exemplos moldaram a minha trajetória e me encorajaram a buscar excelência em tudo o que faço.*

*Aos **participantes da pesquisa (chefes de família)**, cuja contribuição e envolvimento foram essenciais para o sucesso deste estudo, agradeço do fundo do meu coração. Suas vozes, experiências e vivências enriqueceram a pesquisa e ajudaram a ampliar o entendimento sobre o tema, tornando-o mais significativo e relevante.*

Esta dedicatória é uma singela homenagem a todos vocês, que fazem parte do meu percurso acadêmico e profissional. Que este trabalho possa trazer frutos positivos para a comunidade, contribuindo para o avanço do conhecimento e o aprimoramento das práticas.

Com gratidão e respeito,

Carlos Cesar Gonzalez de Luna

AGRADECIMENTOS

Queridos amigos, familiares, e querida Luana Amália,

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todos vocês pela ajuda, apoio e incentivo durante a realização da minha dissertação de mestrado. Sem a presença de vocês em minha vida, esse feito não teria sido possível. Hoje, quero agradecer a cada um de vocês individualmente.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por me dar força e determinação ao longo de todo o processo. Acredito que sua orientação foi fundamental para superar os desafios e alcançar este objetivo.

Agradeço aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando em todas as etapas da minha jornada acadêmica. Vocês são meu alicerce, e sem o amor e o apoio incondicional de vocês, eu não estaria aqui hoje. Sou imensamente grato pela dedicação e pelo amor que sempre demonstraram por mim.

Às minhas orientadoras, Gislene Figueiredo Ortiz Porangaba e Lourdes Brazil dos Santos Argueta, gostaria de expressar minha sincera gratidão por todo o conhecimento transmitido, pela orientação precisa e pelos valiosos conselhos. Vocês foram essenciais para o desenvolvimento do meu trabalho, e sou imensamente grato por terem acreditado em mim e me guiado ao longo dessa jornada.

Quero agradecer à minha amiga Edinéia Leite dos Santos Oliveira pelo seu apoio constante. Sua presença encorajadora e palavras de incentivo foram um bálsamo durante os momentos mais desafiadores. Sua amizade é inestimável, e sou muito grato por tê-la em minha vida.

Ao meu amigo, Jorge Henrique (ex aluno), quero agradecer pelas correções e contribuições importantes que você fez na minha dissertação. Sua visão crítica e habilidades linguísticas foram de imenso valor para aprimorar meu trabalho. Sua generosidade e disposição em ajudar são verdadeiramente admiráveis.

Aos meus colegas de trabalho da Cfor, agradeço pela compreensão e flexibilidade que demonstraram ao lidar com meus compromissos acadêmicos. Sua colaboração e apoio tornaram meu percurso mais suave e enriquecedor.

Por último, mas certamente não menos importante, gostaria de agradecer à minha amada namorada, Luana Amália. Se não fosse por você, eu não teria tido coragem de me inscrever no processo seletivo do mestrado. Seu amor, apoio e confiança inabaláveis me deram forças para enfrentar os desafios e persistir quando as coisas pareciam difíceis. Você é minha inspiração e motivação diária, e sou grato por ter você ao meu lado.

Mais uma vez, a todos vocês, meu profundo agradecimento. Sua presença e apoio foram fundamentais para a realização desta dissertação de mestrado. Cada um de vocês desempenhou um papel importante na minha jornada acadêmica e pessoal, e sou eternamente grato.

Com gratidão,

Carlos Cesar Gonzalez de Luna

"Aqueles que sofrem nas áreas de ocupação irregular são vítimas de um sistema que negligência seus direitos básicos e perpetua a desigualdade social. Suas dores são as cicatrizes de uma sociedade que precisa se unir em busca de soluções justas e sustentáveis para proporcionar a todos um lar digno e seguro." LUNA (2023)

RESUMO

O estudo realizado nas comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia, localizadas no sul de Campo Grande - MS, teve como objetivo analisar os problemas socioambientais decorrentes da ocupação irregular do solo urbano nessas áreas. Essas comunidades estão próximas a conjuntos habitacionais e apartamentos de programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida. A pesquisa foi conduzida por meio de trabalho de campo, no qual foram realizados registros fotográficos para identificar os principais problemas de infraestrutura, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Os resultados obtidos revelaram que ambas as comunidades enfrentam problemas socioambientais semelhantes. Um dos principais problemas identificados foi a falta de manutenção das vias públicas. As ruas apresentavam falta de capinação, o que contribuía para o acúmulo de vegetação e a proliferação de insetos e roedores. Além disso, foram observados buracos nas ruas, que se tornavam verdadeiras armadilhas e acumulavam água durante o período de chuvas, aumentando o risco de doenças transmitidas pela água parada. No que diz respeito à infraestrutura, os dados coletados revelaram um alto acúmulo de resíduos sólidos e esgoto a céu aberto. Isso demonstra a falta de um sistema adequado de coleta e tratamento de resíduos, o que representa um risco para a saúde dos moradores e para o meio ambiente. Esses problemas socioambientais afetam diretamente a qualidade de vida da população dessas comunidades. A falta de infraestrutura básica e a ausência de serviços adequados comprometem o bem-estar dos moradores e contribuem para a desvalorização dessas áreas. Diante dessas conclusões, é evidente a necessidade de ações que visem melhorar a qualidade de vida dessas comunidades e reduzir as injustiças ambientais presentes. Isso requer investimentos em infraestrutura, como a melhoria das vias públicas, a implementação de sistemas adequados de coleta e tratamento de resíduos e a oferta de serviços básicos, como água e esgoto tratados. Além disso, é fundamental que haja uma conscientização sobre a importância da ocupação adequada do solo urbano e da preservação ambiental. Ações de educação ambiental e conscientização comunitária podem contribuir para a mudança de comportamento e para a construção de um ambiente mais saudável e sustentável para todos os moradores dessas comunidades.

Palavras-chave: Ocupações irregulares, problemas socioambientais, zonas de sacrifício.

ABSTRACT

The study carried out in the Varandas do Campo and Vazão Samambaia communities, located in the south of Campo Grande - MS, aimed to analyze the socio-environmental problems arising from the irregular occupation of urban land in these areas. These communities are close to housing projects and apartments from social programs, such as Minha Casa Minha Vida. The research was conducted through field work, in which photographic records were made to identify the main infrastructure problems, questionnaires were applied and interviews were carried out. The results obtained revealed that both communities face similar socio-environmental problems. One of the main problems identified was the lack of maintenance of public roads. The streets had a lack of weeding, which contributed to the accumulation of vegetation and the proliferation of insects and rodents. In addition, holes were observed in the streets, which became true traps and accumulated water during the rainy season, increasing the risk of diseases transmitted by standing water. With regard to infrastructure, the data collected revealed a high accumulation of solid waste and open sewage. This demonstrates the lack of an adequate waste collection and treatment system, which poses a risk to the health of residents and the environment. These socio-environmental problems directly affect the quality of life of the population in these communities. The lack of basic infrastructure and the absence of adequate services compromise the well-being of residents and contribute to the devaluation of these areas. In view of these conclusions, the need for actions aimed at improving the quality of life of these communities and reducing the present environmental injustices is evident. This requires investments in infrastructure, such as improving public roads, implementing adequate waste collection and treatment systems, and offering basic services, such as treated water and sewage. Proper occupation of urban land and environmental preservation. Environmental education and community awareness actions can contribute to changing behavior and building a healthier and more sustainable environment for all residents of these communities.

Keywords: Irregular occupations, socio-environmental problems, sacrifice zones.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Pontos de ocupações irregulares em Campo Grande - MS.	23
Figura 2	Acesso à Moradia.	31
Figura 3	Mapa de conflitos e injustiças ambientais e saúde no Brasil.	42
Figura 4	Configuração de situações de injustiça ambiental segundo os autores Oliveira, Mello e Peixoto (2017).	46
Figura 5	Localização das Comunidades Varandas do campo e Vazão Samambaia - Campo Grande/MS.	58
Figura 6	Visão Obliqua das Comunidade Varanda do Campo em relação ao Bairro Jardim varandas do Campo - Campo Grande MS.	59
Figura 7	Visão Obliqua da Conjunto Habitacional Ramez Tebet e da Comunidade Vazão samambaia - Campo - Campo Grande MS.	60
Figura 8	Configuração de formação de injustiças socioambientais.	72
Figura 9	Visualização da localização dos conjuntos habitacionais construídos nos anos 60 e 70, com imagens de 1984 adquiridas pelo <i>Google Earth</i> .	82
Figura 10	Visualização da localização dos primeiros conjuntos habitacionais construídos nos anos 80, após Campo Grande/MS se torna a capital do Mato Grosso do Sul, com imagens de 1984 adquiridas pelo <i>Google Earth</i> .	83
Figura 11	Trecho da Avenida Ernesto Geisel à beira do Córrego Anhanduí, Campo Grande – MS.	84
Figura 12	Trecho da Rua Joaquim Murtinho a beira do Córrego Prosa, Campo Grande -MS.	85
Figura 13	Descarte inadequado de resíduos na área de ocupação irregular (comunidade Mandela), situada às margens do córrego Segredo, Campo Grande – MS.	85
Figura 14	Comunidade Vazão Samambaia em setembro/2016- anterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS.	88
Figura 15	Comunidade Vazão Samambaia em outubro/2016- posterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS	90
Figura 16	Comunidade Varandas do Campo em setembro/2016- anterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS.	91
Figura 17	Comunidade Varandas do Campo em outubro /2022- posterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS	92

Figura 18	Ocupação dos apartamentos inacabados (A) e ocupações terrenos baldios (B) na comunidade Varandas do Campo - Campo Grande MS, no ano de 2023.	93
Figura 19	Ocupações (loteamento clandestino) da área verde (C) na comunidade Varandas do Campo - Campo Grande MS, no ano de 2023.	94
Figura 20	Comunidade Varandas do Campo em três processos de ocupação - Campo Grande MS.	95
Figura 21	Localização da Rua Fidélis Backer, acesso ao conjunto Habitacional Ramez Tebet Campo Grande – MS.	97
Figura 22	Enxurradas na rua Fidélis Backer na comunidade Vazão Samambaia.	97
Figura 23	Acúmulo de resíduos na rua Fidélis Backer após as chuvas na comunidade Vazão Samambaia - Campo Grande MS, no ano de 2023.	98
Figura 24	Vazamento de esgoto na rua Fidélis Backer - Campo Grande MS, no ano de 2023.	99
Figura 25	Via de circulação na comunidade Vazão Samambaia após as chuvas, com acúmulo de lama, no ano de 2023.	101
Figura 26	Tipologia das Moradias, presentes na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.	102
Figura 27	Poda de árvore descartado nas margens da Rua Maria de Lourdes Vieira de Matos, na comunidade Varandas do Campo no ano de 2023.	104
Figura 28	Presença de Descartes de Resíduos Sólidos nas Vias da comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.	105
Figura 29	Vias sem manutenção e limpeza na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.	106
Figura 30	Conforme os depoimentos dos residentes em 2023, as vias de maior destaque para manutenção na comunidade Varandas do Campo.	108
Figura 31	Casa construída utilizando materiais de construção rejeitados na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.	109
Figura 32	Tipologia de Residências, construídas com lona - Comunidade Varandas do Campo, 2023.	110
Figura 33	Locais de armazenada de água residências na comunidade Varandas do Campo, 2023.	112
Figura 34	Tipologia de barracos que acomodam mais de três famílias na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.	120

- Figura 35** Registro de alagamentos relatados pelos moradores em janeiro de 2023. 123
- Figura 36** Resíduos descartados próximo a via na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023. 130

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01	Crescimento populacional de Campo Grande de 1940 a 2020	76
Gráfico 02	Percentual de crescimento da população a cada 10 anos de Campo Grande de 1940 a 2020	77
Gráfico 03	Quantidade de habitantes que aumentam a cada 10 anos em Campo Grande entre 1940 a 2020.	77
Gráfico 04	Origem dos ocupantes da comunidade Vazão Samambaia	89
Gráfico 05	Origem dos ocupantes da comunidade Varandas do Campo	96
Gráfico 06	Principais dificuldades encontradas pelos moradores no bairro	100
Gráfico 07	Situação da Moradia	102
Gráfico 08	Origem da água consumida pelos moradores das residências	103
Gráfico 09	Principais dificuldades encontradas pelos moradores da comunidade	107
Gráfico 10	Material de construção das residências	109
Gráfico 11	Origem da água consumida	111
Gráfico 12	Responsáveis (chefes) de família	112
Gráfico 13	Número de pessoas por domicílios	113
Gráfico 14	Renda salarial por Família.	114
Gráfico 15	Membros da família que trabalham	115
Gráfico 16	Moradores no mercado de trabalho	115
Gráfico 17	Moradores que estão inseridos no mercado de trabalho	116
Gráfico 18	Nível de escolaridade	117
Gráfico 19	Chefes de família	118
Gráfico 20	Quantidades de pessoas por família	119
Gráfico 21	Renda por família.	121
Gráfico 22	Membros da família que trabalham	121
Gráfico 23	Moradores no mercado de trabalho	122
Gráfico 24	Moradores que estão inseridos no mercado de trabalho	122

Gráfico 25	Escolaridade dos moradores	124
Gráfico 26	Percentual de membros da família que apresentam ou apresentaram problemas de saúde na comunidade Vazão Samambaia	126
Gráfico 27	Percentual de membros da família que apresentam ou apresentaram problemas de saúde na comunidade Varandas do Campo	126
Gráfico 28	Principais problemas de saúde apresentados na família Vazão Samambaia	127
Gráfico 29	Principais problemas de saúde apresentados na família Varandas do Campo	127
Gráfico 30	Caso de doenças endêmicas na família Vazão Samambaia	128
Gráfico 31	Caso de doenças endêmicas na família Varandas do Campo	128
Gráfico 32	Principais problemas ambientais relatados pelos moradores da comunidade de Varandas do Campo.	133
Gráfico 33	Principais problemas ambientais relatados pelos moradores da comunidade Vazão Samambaia.	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Procedimento a ser executado conforme cada objetivo específico	61
Quadro 2	Principais conceitos abordados na dissertação	63
Quadro 3	Configuração para formação de injustiças socioambientais	70
Quadro 4	Principais conjuntos habitacionais que foram construindo desde a década de 1960	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMHA - Agência Municipal de Habitação

AGEHAB - Agência de Habitação Popular de Mato Grosso

AMHSF - Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários

APP - Áreas de Preservação Permanente

APPs - Áreas de Preservação Permanente

BNH - Banco Nacional da Habitação

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

COHAB - Conjuntos Habitacionais da Companhia de Habitação Popular

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS - Organização Mundial da Saúde

PRAF - Programa de Regularização e Assentamento de Favelas

RCC - Resíduos da Construção Civil

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RL - Reserva Legal

SED - Secretaria de Educação

Semadur - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
1.INTRODUÇÃO.....	21
1.1 INTENSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES: DESAFIOS URBANOS E SOCIAIS	21
1.2 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	29
2. OCUPAÇÕES IRREGULARES NAS CIDADES: DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES	30
2.1 EXPANSÃO URBANA: DESAFIOS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS E OCUPAÇÕES IRREGULARES NAS CIDADES.....	30
2.2 MORADIA PRECÁRIA E OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS	36
2.3 INJUSTIÇAS AMBIENTAIS	39
2.4 ZONAS DE SACRIFÍCIO	46
2.5 RETRATO DOS PROBLEMAS DE SAÚDE VIVENCIADOS PELAS POPULAÇÕES CARENTES.....	51
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	57
3.1 CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO - 1ª ETAPA.....	63
3.2 EXPLORAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS SOBRE OCUPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - 2ª ETAPA.....	65
3.3 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIO E REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA - 3ª ETAPA.....	66
3.4 TABULAÇÃO DE DADOS SOBRE AS ÁREAS ESTUDO PARA FORMAÇÃO DE INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS - 4ª ETAPA.....	69
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	74
4.1 CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DE CAMPO GRANDE.....	74
4.2 LEVANTAMENTO DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DAS COMUNIDADES.....	87
4.2.1 Organização e ocupação da comunidade Vazão Do Samambaia.	88
4.2.2 Organização e ocupação da comunidade Varanda do Campo....	90

4.3 A INFRAESTRUTURA URBANA NAS COMUNIDADES	96
4.3.1 Infraestrutura urbana na comunidade Vazão Samambaia	96
4.3.2 Infraestrutura urbana na comunidade Varandas do Campo em Campo Grande – MS.....	103
4.4 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS	112
4.4.1 Características socioeconômicas da comunidade Vazão Samambaia	112
4.4.2 Características socioeconômicas da comunidade Varandas do Campo	117
4.5 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E DOENÇAS AS ENDÊMICAS.....	125
4.5 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	130
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
6. REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES.	150

APRESENTAÇÃO

Em 2012 fui convidado para trabalhar na Escola Estadual Teotônio Vilela, localizada no bairro universitário, na região sul de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, sendo uma das maiores escolas do estado, terceira na capital e a sexta no estado, a qual oferta do segundo segmento do ensino fundamental ao ensino médio, que segundo a Secretaria de Educação (SED) totaliza 1.923 estudantes matriculados nos três períodos no ano de 2023.

Uma escola aonde boa parte dos estudantes apresentam vários problemas sociais, tais como: financeiros, violência, insegurança alimentar, entre outros fatores, pois se trata de uma escola periférica de classe baixa, onde muitos vivem com recursos disponibilizados pelo governo federal (Bolsa Família), sendo que devido a fatores financeiros e sociais, muitos alunos frequentavam a instituição não somente para a aquisição do conhecimento, mas para ter acesso a mais uma refeição, pois o espaço escolar garante além da relação no desenvolvimento e aprendizagem, uma refeição para criança e do adolescente¹.

A escola recebe alunos de vários locais, tanto das localidades mais próximas, como a região do Vazão Samambaia, a qual fica mil metros da escola, e de bairros mais distantes, como o Varandas do Campo, cerca de 3.600 metros, ambas regiões precárias de infraestrutura urbana. Nos meses de maior precipitação, as ruas ficam intransitáveis com alagamentos e lama, interferindo diretamente na ida dos alunos para a escola, onde os mesmos chegam a faltar semanas inteiras.

Com o passar do tempo, a convivência permitiu conhecer os hábitos e rotinas na realidade da comunidade escolar, e dessa maneira foram observadas as vivências e com isso, perceberam-se as problemáticas de cada um e a ponto de se tentar compreender a realidade dessa comunidade. A partir do convívio foi identificado onde moravam os alunos que mais faltavam, com quem e quantas pessoas moravam e de que bairro eram aqueles que iam para escola só para se alimentar (merendar).

Com base nestas informações mais detalhadas, foram feitas análises que identificaram os alunos mais faltosos em determinado período do ano e o motivo por que faltavam. E dessa maneira verificou-se que a maioria são moradores próximos à escola, onde, por tal índice, aplicaram-se vários questionamentos para os pais e responsáveis. Nesse

¹ Vivência do autor

viés, os responsáveis relataram residir em locais próximos aos Conjuntos Habitacionais Ramez Tebet e Varandas do Campo.

Ao conhecer o local observou-se no espaço onde alguns estudantes residem são de áreas de ocupação irregular próximas a córregos, áreas verdes, terrenos baldios abandonados por uma construtora de casas populares e sendo assim, com pouca ou sem infraestrutura. Durante o período de chuva, as casas são alagadas e as vias públicas formam alagamentos, conseqüentemente acumulando lama e poças de água, as quais demoram dias para secar, haja visto, que em situações precárias impedem que os alunos frequentem a escola.

De acordo com as observações feitas por Sanches (2005), os problemas de enchentes, inundações e alagamentos que ocorrem nas grandes cidades durante os períodos de chuva são resultado direto do processo de ocupação territorial, desenvolvimento e expansão urbana. Essa situação é agravada pela ocupação das margens dos córregos devido à especulação imobiliária e à falta de infraestrutura adequada. Esses fatores contribuem para a ocorrência de inúmeros problemas ambientais e sociais nessas áreas.

A maioria das famílias, por não terem recursos financeiros para adquirir seu imóvel e também para pagar aluguel, acabam por ocupar áreas abandonadas pelo poder público ou privado, próximo de córregos e Áreas Verdes.

No que diz respeito às mazelas sociais, Brazil *et al.* (2022) menciona que “essa situação piorou no período da pandemia, a qual deixou um rastro de mortes e sequelas físicas, que além de perder empregos, muitos perderam moradia.”

São inúmeros os problemas desses locais, que vão além da observação visual. Esses problemas aparecem silenciados, portanto, também, não fazem parte da agenda política, e o lucro continua sendo justificado para o bem comum pelos grandes observadores e encarregados de alertar a sociedade sobre essas condições de atração (por áreas ociosas), riscos, exclusões e no que está incluído no tratamento dos problemas.

Esses moradores vivem, mediante cenas de injustiças ambientais e sacrifício, as suas vidas, onde vivem cercados de discursos/ilusão pelos órgãos responsáveis, os quais falam na inclusão em programas sociais e programa de cadastramento para famílias sem moradia, e ainda há falta de Políticas Públicas. Embora, esses mesmos políticos exaltarem a importância do crescimento econômico, assim como o crescimento da cidade. No entanto, o custo desse crescimento é a exploração do meio ambiente, e a exclusão social, que por fim coloca a vida da população em risco.

1.INTRODUÇÃO

1.1 INTENSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES: DESAFIOS URBANOS E SOCIAIS

A população de baixa renda sofre com a exclusão social urbana e a invisibilidade social em pleno século XXI, sendo múltiplas as características desses processos ora mencionados. Sobretudo, em um país como o Brasil marcado por problemas em que são acarretados por uma desigualdade sócio espacial significativa nas comunidades distantes dos grandes centros.

Sendo assim, Rolnik (1999) expressa que as diferenças econômicas e sociais, têm implicações profundas na forma e no funcionamento das cidades.

Dessa maneira, o processo de urbanização vem demonstrando uma multiplicidade de problemas, entre a ocupação do solo em áreas verdes, em muitos casos inapropriados para moradias, em outros casos, construções de casas realizadas pelo governo em regiões de baixo valor imobiliário.

Percebe-se, de modo geral, que o modelo de urbanização vigente acirra todas as categorias de desigualdades. A exclusão se tornou tão presente nos diversos “cotidianos” que acabou por aceitá-la como um fenômeno natural, contribuindo para seu repetitivo ciclo de reprodução (WANDERLEY, 2011).

De acordo com Costa (2010), um dos problemas urbanos e sociais que surgem é a intensificação das ocupações irregulares em áreas de baixo valor imobiliário localizadas nas periferias. Esses problemas são encontrados em todo o território brasileiro, incluindo a cidade de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul. Nas áreas periféricas, há uma ocorrência de problemas socioambientais decorrentes da ocupação populacional em locais próximos a áreas verdes e córregos, onde a desigualdade social é agravada por situações de risco e degradação ambiental. Essas áreas concentram moradias precárias, o que resulta em exclusão social, urbana e invisibilidade por parte do Poder Público local (Oliveira, 2018).

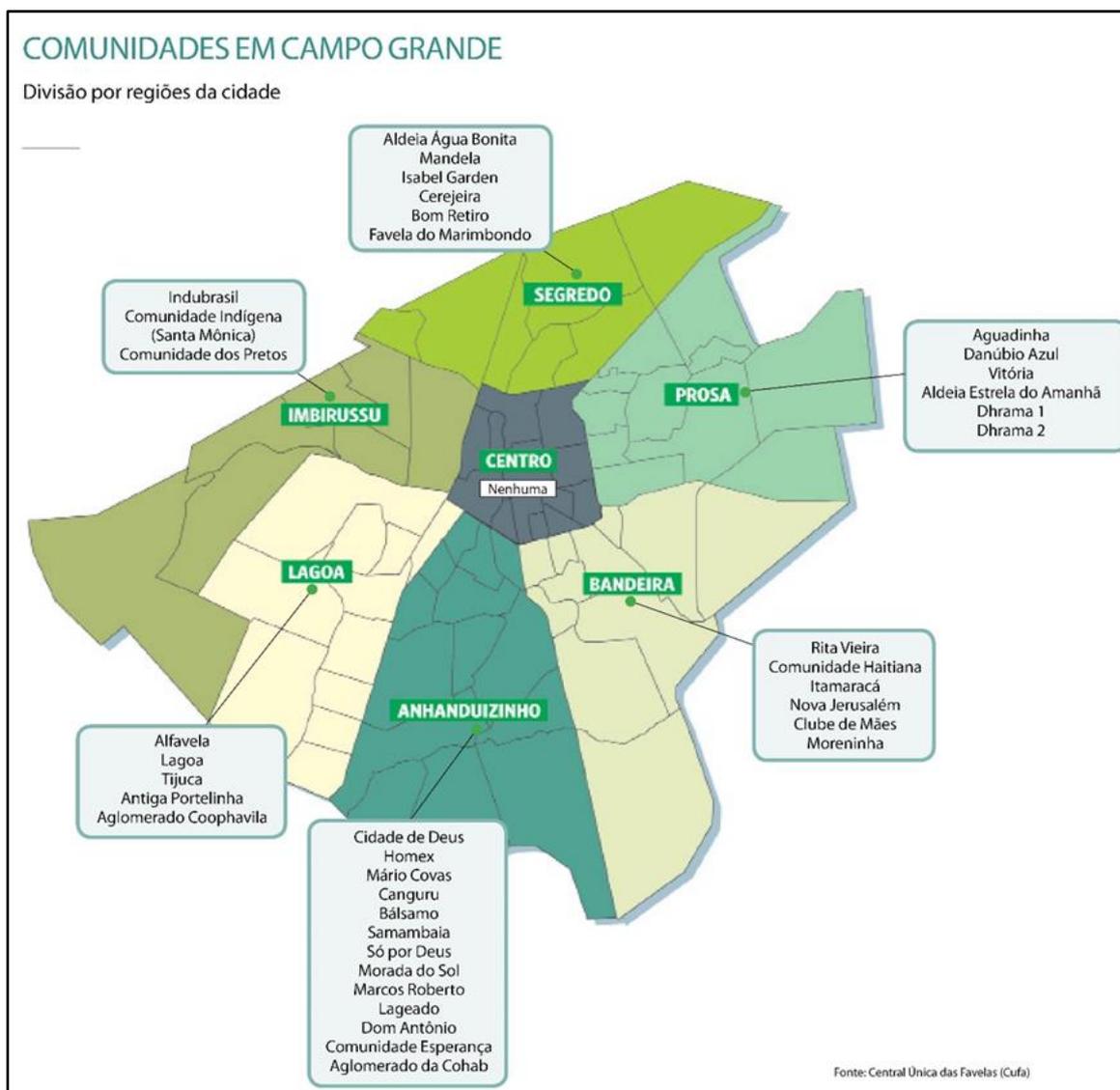
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), 8,27 milhões de brasileiros vivem em áreas de risco em 872 municípios do país, representando 2,47 milhões de domicílios. No Mato Grosso do Sul, foram identificadas 54 áreas de moradias irregulares, chamadas de aglomerados subnormais, conforme o IBGE (2020).

Porto, Pacheco e Leroy (2013) afirmam que o conceito de aglomerado subnormal utilizado pelo IBGE para se referir a espaços periféricos nas cidades, como favelas ou similares, é operacional, mas é considerado inadequado e preconceituoso.

[...] é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. (IBGE, 2010)

Ainda consoante levantamentos realizados pelo IBGE em 2020, dos 908 mil domicílios no Estado, 6.766 estão em ocupações irregulares distribuídas em sete municípios. Segundo a coordenadoria da Cufa (Central Única das Favelas) em Campo Grande, foram identificadas 38 favelas (áreas de ocupações irregulares). A área ocupada (favela) da Homex (Varandas do Campo), localizada próximo ao Bairro Paulo Coelho Machado, tem o maior número de domicílios da Capital, com 3.632 famílias; logo em seguida vem a área ocupada (favela) do Samambaia, com 434 domicílios. São domicílios na área ocupada de forma irregular, ou seja, áreas inapropriadas para a moradia, isso se dá devido a muitos não terem condições financeiras de alugar ou adquirir um imóvel em local apropriado, e com isso ocupam áreas públicas ou privadas, excluindo-se do restante da cidade. A cidade de Campo Grande, em um esforço de divisão mais estratégica e geográfica, foi subdividida de acordo com os córregos que cortam a cidade. A figura 01 demonstra os principais pontos de ocupações irregulares e loteamentos clandestinos em cada sub-região na cidade de Campo Grande - MS.

Figura 01 - Pontos de ocupações irregulares em Campo Grande - MS.



Fonte: Central Única das Favelas (2023).

Essa divisão permitiu uma melhor identificação e análise das áreas, proporcionando uma visão mais detalhada dos desafios enfrentados pelas comunidades em relação à infraestrutura. Ao examinar o panorama dessas sub-regiões, fica evidente que a área de Anhanduizinho emergiu como um ponto crítico com maior incidência de comunidades carentes de infraestrutura adequada. De acordo com a figura 03, foi constatado um total de 13 pontos de ocupações irregulares nessa região, essa situação pode ser atribuída a diversos fatores, como o crescimento populacional acelerado, a falta de planejamento urbano eficiente e a escassez de recursos governamentais destinados a essas áreas.

De acordo com o IBGE (2018), no último censo de 2010, o qual mostra a população em áreas de risco no Brasil, Campo Grande possui 390 domicílios em áreas de risco, totalizando 1.232 pessoas em risco. Esses números revelam a preocupante realidade das ocupações irregulares em Campo Grande, onde a região de Anhanduizinho destaca-se como um ponto crítico de vulnerabilidade social, enfrentando carência de serviços básicos, condições precárias de saneamento e limitações no acesso à água potável e energia elétrica adequada.

Outro ponto de relevância nas ocupações irregulares do lócus da pesquisa é que, de acordo com as observações de Rolnik (1999), tudo isso está relacionado a uma exclusão territorial, condenando não apenas as comunidades afetadas, mas toda a cidade a um urbanismo de risco. A falta de infraestrutura nessas áreas não apenas perpetua a imagem da desigualdade social, mas também coloca toda a população em uma situação de insegurança e precariedade.

Diante desse cenário alarmante, torna-se de suma importância que as autoridades concentrem seus esforços em soluções abrangentes que priorizem a inclusão social e o desenvolvimento sustentável dessas áreas. Investimentos em infraestrutura, programas sociais e políticas públicas mais efetivas são essenciais para proporcionar melhores condições de vida e oportunidades de crescimento para todos os moradores da região de Anhanduizinho, visando promover uma cidade mais justa, segura e equitativa para todos os seus habitantes.

Essa urbanização de risco pode ser citada em dois momentos:

- A política da casa própria, onde o poder (público ou governo), com construção de inúmeras casas distantes dos grandes centros, em muitos casos inseguras em áreas inadequadas para a moradia, vias sem galerias pluviais, causando alagamentos, ruas com erosões, poças d'água devido à falta de pavimentação, ocasionando acumulação de lixo e proliferação de insetos peçonhentos;
- Ocupação irregular realizada pela população em áreas verdes (loteamento clandestino), com baixo valor imobiliário, ocupações de construções inacabadas, dessa forma por não ter condições financeiras constroem suas casas com resto de construção sem as condições necessárias mínimas para a sobrevivência.

As ocupações irregulares são áreas que podem colocar em risco a vida da população, onde não se preconiza a construção de moradia, porque estão sujeitos a grandes desastres naturais como vendavais, alagamentos e conseqüentemente, infestações de insetos (mosquito-da-dengue) e animais peçonhentos (aranhas, escorpiões, lacraias) colocando em risco a vida dos moradores.

Na cidade de Campo Grande, desde 2017, a AMHASF (Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários) identificou aproximadamente 200 ocupações irregulares em áreas públicas, onde pessoas que não possuem moradia encontraram refúgio. Essa parcela da população acaba ocupando essas áreas precárias, caracterizadas por condições de moradia precárias, riscos e degradação ambiental. Essas áreas costumam ser próximas a corpos d'água ou apresentar declividades acentuadas, sendo as únicas acessíveis a essa população, seja por serem áreas públicas, muitas vezes verdes, ou por serem desvalorizadas no mercado imobiliário devido a riscos ou falta de infraestrutura urbana (ALVES, 2007).

Além disso, essas áreas da cidade são ocupadas por pessoas que enfrentam dificuldades financeiras para adquirir moradias em áreas mais centrais, que são supervalorizadas. A falta de educação e formação profissional também dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, deixando essas pessoas à margem das políticas públicas que visam uma sociedade mais inclusiva e justa.

A expansão das áreas periféricas no Brasil, conforme evidenciado na literatura sobre questões urbanas, está intrinsecamente ligada à demanda por moradias acessíveis. Esse fenômeno resulta no aumento das ocupações precárias, como favelas e loteamentos irregulares, em regiões desprovidas de infraestrutura e expostas a riscos e degradação ambiental (ONDUKI, ROLNIK, 1982; SMOLKA, 1993; MARICATO, 1996).

Nesse contexto, a reorganização do espaço para atender às necessidades do capital, seja comercial, industrial ou financeiro, desempenha um papel intrincado. Conseqüentemente, as populações são deslocadas e direcionadas para outras áreas, o que, conforme observado por Dimenstein (2003, p. 13), espelha uma sociedade que nega oportunidades e cerceia o acesso à cidadania. Dessa maneira, torna-se crucial analisar os bairros periféricos de Campo Grande, Sul, Varandas do Campo e Vazão Samambaia, devido às persistentes questões socioambientais que geram preocupações, especialmente em relação ao estado ambiental desses locais.

Assim sendo, os resultados advindos dessa análise adquirem um papel fundamental na mobilização dos órgãos públicos e no incentivo ao interesse dos cidadãos em atuar para assegurar o bem-estar das comunidades. Isso pode ser alcançado por meio das seguintes abordagens:

Sensibilização e Educação: Realizar campanhas de conscientização sobre a importância do bem-estar das comunidades carentes, enfocando os impactos positivos de ações coletivas. Organizar workshops, palestras e seminários educativos para informar os cidadãos sobre questões específicas, como gerenciamento de resíduos, saúde pública e desenvolvimento sustentável.

Engajamento Comunitário: Estabelecer comitês ou grupos comunitários que trabalhem em colaboração com os órgãos públicos para identificar as necessidades e prioridades das comunidades carentes. Incentivar a participação ativa dos moradores em reuniões e discussões que abordem problemas e soluções locais.

Parcerias Estratégicas: Colaborar com ONGs, organizações locais e empresas para fortalecer as ações em prol do bem-estar das comunidades carentes. Desenvolver parcerias público-privadas que promovam investimentos em projetos sociais e infraestrutura.

Transparência e Acesso à Informação: Garantir que informações relevantes e atualizadas sobre as ações do governo e os problemas enfrentados pelas comunidades carentes sejam acessíveis ao público. Fornecer canais de comunicação abertos para que os cidadãos possam expressar suas preocupações e sugerir soluções.

Empoderamento Local: Capacitar os moradores das comunidades carentes por meio de programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades. Incentivar a participação ativa das comunidades na formulação e implementação de políticas que afetem diretamente suas vidas.

Campanhas de Mídia e Redes Sociais: Utilizar a mídia tradicional e as redes sociais para compartilhar histórias de sucesso, informações relevantes e atualizações sobre as ações em andamento. Criar campanhas visuais e envolventes que despertem a empatia e inspirem a ação da comunidade e dos órgãos públicos.

Monitoramento e Avaliação: Estabelecer mecanismos eficazes de monitoramento para avaliar o progresso das ações implementadas e identificar áreas que precisam de ajustes ou melhorias.

Liderança Exemplar: Líderes locais e figuras públicas podem desempenhar um papel fundamental ao apoiar e participar ativamente de iniciativas voltadas para o bem-estar das comunidades carentes.

Demonstração de Resultados: Compartilhar exemplos concretos de melhorias e mudanças positivas nas comunidades carentes como resultado das ações colaborativas, demonstrando o impacto real que pode ser alcançado.

Essas estratégias, quando implementadas de forma integrada e adaptada às necessidades locais, podem contribuir para mobilizar os órgãos públicos e inspirar os cidadãos a agir em prol do bem-estar das comunidades carentes.

Conforme destacado por Rolnik (1999, p. 100), "o risco recai primordialmente sobre os moradores, já que os barracos podem sofrer deslizamentos ou inundação durante as chuvas, e a drenagem e o esgoto podem se misturar nas áreas baixas, ameaçando a saúde e a vida". Com a ausência de políticas públicas eficazes nas áreas periféricas, essa situação persiste.

Segundo Aquino *et al.* (2017), não se trata apenas da moradia daqueles que se encontram à margem da sociedade, em lugares desprovidos de saneamento ambiental e sujeitos ao desmatamento. Essas áreas também apresentam uma grande concentração de pobreza, degradação e contaminação ambiental, segregadas por um sistema viário regional poderoso.

Trabalha-se ainda com a hipótese de que a razão pela qual os moradores optam por essas áreas deve-se ao elevado custo das habitações em locais que possuem infraestrutura adequada, frequentemente situados nas porções centrais. Dessa maneira, o processo de segregação espacial é intensificado, dificultando os acessos e ocultando a realidade dos menos favorecidos.

Nesse sentido, essas áreas com ocupações irregulares e loteamentos clandestinos podem levar a "injustiças ambientais" e conseqüentemente "zonas de sacrifício" que, segundo Aquino *et al.* (2017), essas expressões, são ações de movimentos sociais que na literatura sobre justiça ambiental, descrevem-se áreas próximas a assentamentos humanos com problemas ambientais, onde residem pessoas de baixa renda e com pouca capacidade de pressão política para resistir à proximidade de atividades poluidoras.

Com base no que foi apresentado o trabalho partiu das análises do processo de apropriação de terras e as etapas de ocupações irregulares podem ter várias causas, como

falta de moradia adequada, crescimento urbano desordenado, pobreza, entre outros fatores socioeconômicos. Essas ocupações irregulares podem ocorrer sem a devida infraestrutura e serviços básicos, como água potável, eletricidade, saneamento básico e acesso a transporte público.

Ao analisar esses problemas, é importante entender as características específicas das comunidades afetadas, como localização geográfica, perfil socioeconômico, necessidades e demandas da população. Essas informações ajudam a identificar as principais lacunas e desafios enfrentados pelas comunidades e a desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento.

Portanto, a análise dos problemas relacionados à ocupação irregular e loteamentos clandestinos é um passo importante para a construção de formas eficazes de enfrentamento e superação dessas questões, por meio do desenvolvimento e implementação de políticas públicas adequadas e da participação de todos os envolvidos no processo.

Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação foi:

- Analisar os problemas socioambientais existentes na comunidade Varandas do Campo e a Vazão Samambaia, localizadas na região sul de Campo Grande – MS, que podem levar às injustiças ambientais.

Para alcançar o objetivo geral, trabalhou-se com os seguintes objetivos específicos:

- Fazer um levantamento do processo de ocupação das comunidades Varandas do Campo e a Vazão Samambaia, identificando as etapas mais importantes e os fatores políticos, econômicos e sociais que o determinaram;
- Analisar a situação da infraestrutura urbana em cada uma das comunidades;
- Conhecer as características socioeconômicas (média de renda salarial, grau de escolaridade e situação profissional) e os principais problemas sociais dos moradores das duas comunidades;
- Apontar os principais problemas de saúde, assim como verificar os casos de doenças endêmicas ali existentes;
- Identificar os aspectos socioambientais da área de estudo.

1.2 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Este estudo segue uma estrutura detalhada para explorar os problemas socioambientais nas comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia. No primeiro capítulo, foi apresentado o referencial teórico que discutiu conceitos de problemas socioambientais, injustiças ambientais e as consequências das ocupações irregulares, loteamentos clandestinos e conjuntos habitacionais deteriorados nessas áreas.

O segundo capítulo abordou os procedimentos metodológicos, detalhando abordagens quantitativas e qualitativas. A pesquisa utilizou questionários para coletar dados e consultou reportagens digitais como fontes complementares. Levantou a história das ocupações, registros fotográficos e análises de imagens de satélite, combinando diferentes abordagens para uma visão abrangente.

No terceiro capítulo, os resultados da pesquisa foram apresentados, identificando problemas como falta de saneamento básico, acúmulo de lixo e poluição hídrica, afetando a saúde pública e gerando preocupações na comunidade. A ausência de infraestrutura adequada também contribui para vulnerabilidades, enquanto o crescimento da violência cria um ciclo de pobreza e desigualdade.

Diante desses desafios, é crucial que autoridades e a sociedade ajam com urgência. Investir em infraestrutura básica, conscientização ambiental e participação comunitária são essenciais para enfrentar esses problemas. O estudo destaca a importância de uma abordagem integrada, considerando não apenas aspectos técnicos, mas também sociais, culturais e econômicos, reconhecendo a complexidade e interconexão dos problemas socioambientais nas comunidades.

Nas considerações finais, destaca-se a importância de uma abordagem integrada, envolvendo não apenas aspectos técnicos e infra estruturais, mas também aspectos sociais, culturais e econômicos. É necessário reconhecer que os problemas socioambientais são complexos e interconectados, exigindo soluções integrais nas comunidades

2. OCUPAÇÕES IRREGULARES NAS CIDADES: DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES

2.1 EXPANSÃO URBANA: DESAFIOS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS E OCUPAÇÕES IRREGULARES NAS CIDADES

Ao longo da história, a negação do direito à moradia tem sido uma característica marcante na expansão das cidades brasileiras, resultando em segregação social e espacial. De acordo com Gondim (2012), uma manifestação evidente desse processo tem sido o aumento da população residente por meio, loteamentos irregulares (ocupações irregulares) e conjuntos habitacionais (em estado de deterioração, inacabados ou abandonados), geralmente localizados na periferia urbana ou em áreas ambientalmente vulneráveis.

Partindo da ideia de Gondim (2012), alguns autores discordam do termo invasão, pois se trata de uma conduta de ocupar aquilo que está vago.

Partindo dessa premissa, Braga (1994, p. 73) diz que “a utilização dos termos “invasor” e “invasão” tem uma conotação pejorativa à vista da ideologia dominante que os produz pelo desrespeito às normas”. Já Santos *et al.* (2011), coloca que o termo invasão é utilizado pelo Código Penal para identificar o crime de esbulho possessório.

Entretanto, dentro dos campos da geografia e da sociologia, o termo “apropriação do espaço geográfico” pode ser utilizado para descrever o processo pelo qual os seres humanos utilizam e moldam o espaço em conformidade com suas necessidades e interesses (ANTONELLO, 2012).

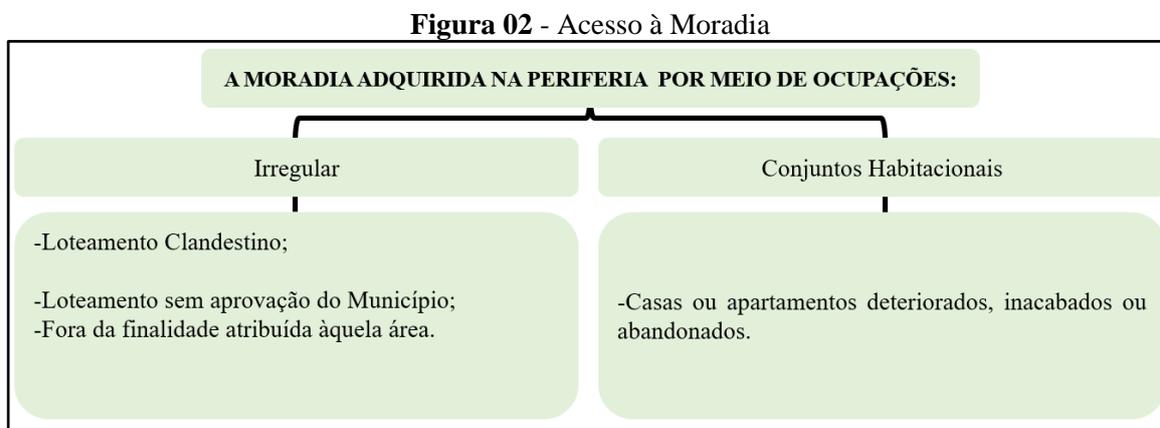
No entanto, é importante destacar que a definição e o entendimento desse conceito podem variar dependendo do contexto teórico e das abordagens adotadas pelos estudiosos.

Em relação à ideia de ocupação de espaços territoriais vazios, é necessário considerar as leis e regulamentações específicas de cada país ou região. Embora o termo “vazio” possa ser interpretado como um espaço não utilizado ou não ocupado, é importante ressaltar que muitas áreas, aparentemente vazias, podem possuir proprietários legais ou estarem sujeitas a restrições legais de uso.

A ideia de apropriação com a intenção de dar utilidade social ao espaço é discutida dentro de perspectivas teóricas que valorizam a função social da propriedade e buscam promover o acesso e o uso equitativo dos recursos e espaços urbanos. Nesse sentido, existem discussões sobre a ocupação de áreas urbanas subutilizadas ou abandonadas, por exemplo,

para promover várias ações, e desta forma o termo utilizado invasão não será mencionado no trabalho.

A figura 02 esboça o acesso à moradia por meio das ocupações.



Fonte: Org. Autor 2023

A Figura 02 apresenta a complexa realidade que emerge nas bordas urbanas quando se trata da obtenção de moradias por meio de ocupações irregulares. Essa prática frequentemente se manifesta através de loteamentos clandestinos, que ocorrem à margem das aprovações municipais e ignoram a finalidade originalmente destinada a essas áreas. Nesse contexto, também surge a ocupação de conjuntos habitacionais, onde casas ou apartamentos, anteriormente concebidos como promissores refúgios, agora se encontram em um estado deplorável de deterioração, inacabamento ou total abandono.

Os loteamentos clandestinos representam um desafio complexo no acesso à moradia nas periferias urbanas. Criados sem as devidas autorizações e planejamento urbano, muitas vezes se tornam alternativas para aqueles que buscam uma residência, mas enfrentam dificuldades econômicas ou burocráticas. No entanto, essa prática acarreta uma série de problemas, incluindo a ausência de infraestrutura básica, serviços públicos precários e a possibilidade de impactos ambientais adversos.

Por sua vez, os conjuntos habitacionais, originalmente concebidos como soluções habitacionais, podem se tornar símbolos de desolação e negligência. Casas ou apartamentos, outrora destinados a proporcionar um ambiente digno para famílias, agora sofrem com a passagem do tempo, falta de manutenção e, em alguns casos, abandono total. Essas estruturas deterioradas não apenas refletem a negligência institucional, mas também afetam a qualidade de vida das comunidades que nelas residem.

A aquisição de moradia na periferia por meio de ocupações irregulares e a ocupação de conjuntos habitacionais deteriorados ou abandonados são questões complexas que requerem atenção e soluções abrangentes. É imperativo abordar não apenas os desafios imediatos de moradia, mas também as raízes subjacentes desses problemas, incluindo desigualdades socioeconômicas, falta de planejamento urbano adequado e a necessidade de políticas habitacionais mais eficazes.

Assegurar moradia adequada para todos os cidadãos é um desafio complexo, mas fundamental para o desenvolvimento sustentável das cidades. É necessário buscar estratégias que promovam a regularização das ocupações irregulares, a revitalização dos conjuntos habitacionais abandonados e o planejamento urbano inclusivo, garantindo que todas as pessoas tenham acesso a um lar seguro e digno, independentemente de sua localização na periferia urbana.

No Brasil, entre o final do século XIX e o final da década de 1930, ocorreu um período de expansão industrial que resultou no crescimento populacional das áreas urbanas. Com o avanço das indústrias e a significativa quantidade de trabalhadores sem moradia e incapazes de arcar com os custos de uma residência, o país iniciou a construção de conjuntos habitacionais entre 1930 e 1964.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o direito social à moradia é uma responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados e os Municípios. Conforme mencionado no texto constitucional, é incumbência deles "promover programas de construção de moradias e melhorar as condições habitacionais e de saneamento básico" (BRASIL, 2016, p. 10).

De acordo com Gondim (2012), a questão habitacional nos principais centros urbanos ganhou grande destaque nas décadas de 1960 e 1970, quando a atuação governamental, por meio do Banco Nacional da Habitação (BNH), desempenhou um papel decisivo na adoção do modelo de urbanização segregador.

Esse modelo segregador foi responsável pelo caos urbano que, de acordo com Arruda (2012), decorre, por um lado, da localização distante dos conjuntos habitacionais em relação ao centro urbano e, por outro lado, da ausência de infraestrutura básica e equipamentos sociais, como escolas, postos de saúde e postos policiais, contribuindo assim para criar mais problemas em vez de resolver a questão habitacional. Gondim (2012) também menciona que a abordagem padronizada de financiar grandes conjuntos habitacionais em áreas distantes

ou com pouca acessibilidade aos centros de emprego, comércio e serviços não conseguiu garantir o acesso digno à moradia para a população de baixa renda.

De acordo com Prado (2017), a construção desses grandes conjuntos habitacionais segue um padrão periférico, salvo quando grandes áreas disponíveis para os conjuntos são criadas por meio de intervenções urbanas, como remoção de casas em áreas de risco, abertura de novas vias, etc., inclusive em áreas bastante centrais.

A criação de um conjunto habitacional traz consigo aspectos positivos, pois atrai um elevado contingente populacional, aumentando a demanda por infraestrutura, bens e serviços, o que fortalece e contribui para o crescimento da economia local. No entanto, obras abandonadas causam um vazio urbano, resultando em diversos transtornos, como ocupações irregulares, violência e até transformando a obra em um problema de saúde pública (SANTOS, 2018).

No entanto, de acordo com Baron (2011), a provisão de habitação para a população de baixa renda vai além da simples disponibilização de moradias. O acesso à moradia envolve um conjunto de elementos além da unidade habitacional em si, incluindo a presença de infraestrutura urbana adequada, como redes de água e esgoto, iluminação pública, drenagem pluvial, pavimentação e comunicações, entre outros. Além disso, são necessários serviços urbanos, como transporte, saúde, educação, coleta de resíduos, recreação e cultura, a fim de garantir uma habitação de qualidade.

Essa lógica amplamente adotada tornou-se um problema adicional para o poder público, que ao alocar famílias economicamente vulneráveis em áreas afastadas, deixou de providenciar equipamentos públicos, além de limitar o acesso a transporte e locais de trabalho (CAMOLESI et al., 2020).

Segundo Queiroz (2012), inicialmente, as políticas de intervenção em favelas no Brasil eram orientadas para a erradicação, fundamentadas no paradigma sanitário, que consistia em destruir moradias consideradas insalubres e realocar os moradores em conjuntos habitacionais populares construídos nas periferias urbanas. No entanto, ao longo dos anos, essa abordagem mostrou-se ineficaz, uma vez que muitos dos moradores realocados abandonaram as novas moradias e formaram novas favelas. Em certos casos, o tamanho (área) das casas ou apartamentos populares não atendia à demanda quantitativa das famílias.

A urbanização no Brasil ocorreu principalmente ao longo do século XX. No entanto, contrariando as expectativas de muitos, o ambiente urbano não conseguiu superar certas características dos períodos colonial e imperial. Esses períodos foram marcados pela concentração de terra, renda e poder, pela prática do coronelismo ou política do favor, e pela aplicação arbitrária da lei, como destacado por Maricato (2003).

Conforme destacado por Camolesi et al. (2020), o processo de urbanização no Brasil está diretamente relacionado ao crescimento de áreas ocupadas por famílias sem título de posse do imóvel, sendo que essas áreas estão frequentemente localizadas em ocupações ilegais, como áreas verdes destinadas à preservação ambiental.

De acordo com dados do Ministério das Cidades (2018), citados por Camolesi *et al.* (2020), o Brasil é um dos países mais afetados pela formação de áreas irregulares em toda a América Latina. Estima-se que 6,6 milhões de famílias não possuem moradia adequada, 11% dos domicílios urbanos não têm acesso a água potável e quase metade não está conectada ao sistema de esgotamento sanitário.

Martins e Schavsberg (2019) explicam que a atual situação do processo de urbanização no Brasil é caracterizada pela distribuição desigual de terras, o que resulta na falta de acesso à moradia para a parcela economicamente vulnerável da sociedade. Isso leva a ocupações irregulares de terras por comunidades que possuem apenas a posse desses imóveis. Esse cenário frequentemente resulta em disputas sociais e conflitos.

Segundo a Agência Brasília (2022), as ocupações são legais e todas possuem alguma concessão de uso, que pode ter várias destinações, e essas devem ser obedecidas. A irregularidade da ocupação ocorre quando há o parcelamento ou reparcelamento fora da finalidade atribuída àquela área.

Holz e Monteiro (2008, p. 6) ressaltam como exemplo que:

Algumas das diversas formas de irregularidade podem ser caracterizadas pelas favelas, que podem estar instaladas tanto em áreas públicas como privadas, cortiços, loteamentos clandestinos e/ou irregulares, construções sem “habite-se”, edifícios públicos ou privados abandonados que acabam por abrigar moradores, e, também, não é raro encontrar pessoas morando debaixo de pontes, viadutos ou na beira das estradas.

No entanto, as ocupações irregulares têm consequências negativas para o meio ambiente, conforme apontado por Maricato (2003) e Ferreira *et al.* (2004). Essas ocupações

estão frequentemente associadas à remoção de vegetação de áreas preservadas, como matas ciliares, resultando em diversos danos ambientais.

Segundo Maricato (2003), a ocupação desses espaços é um reflexo da busca por moradia e é consequência da exclusão social, manifestando-se através de indicadores como informalidade, irregularidade, ilegalidade e falta de cidadania. Pessoas de baixa renda, sem condições financeiras, qualificações ou oportunidades de emprego, acabam ocupando áreas inadequadas, muitas vezes localizadas em áreas de preservação, risco ou insalubres, que representam algum nível de perigo para a segurança e saúde da população. Isso se configura como um dos principais desafios enfrentados pelas cidades brasileiras.

Maricato (2003) ressalta que uma análise superficial das cidades brasileiras revela essa ligação direta entre habitação precária e degradação ambiental. No entanto, isso não significa que a produção imobiliária privada ou o Estado, através do desenvolvimento do ambiente urbano, não causem danos ao meio ambiente.

Um exemplo disso ocorreu em Campo Grande, no início dos anos 80, quando a cidade se tornou a nova capital do Mato Grosso do Sul. Esse rápido processo de urbanização, voltado para atender aos interesses do capital, resultou na expansão dos limites do perímetro urbano e no surgimento de novos loteamentos, competindo com conjuntos habitacionais públicos e ocupações irregulares em curso, causando significativos danos ambientais.

Segundo Porto, Pacheco e Leroy (2013, p. 152):

Nas cidades e suas periferias, a ocupação aparentemente espontânea e ilegal das áreas favelizadas ou sem infraestrutura urbana é intrínseca ao próprio modelo de sociedade e desenvolvimento capitalista no Brasil: o formal e o informal, o legal e o ilegal ou marginal são partes de um sistema que negligencia os interesses das camadas populares e favorece as elites próximas dos centros de poder que moldam as decisões nos níveis mais altos do governo. Em muitos conflitos, esses interesses são concretizados por setores cada vez mais globalizados envolvidos na especulação imobiliária, grandes eventos e indústrias "sujas" que buscam se instalar em zonas de sacrifício.

Arruda (2016) explica que o Estado possui um controle precário sobre o uso e ocupação do solo, resultando na ocupação ilegal de áreas por parte da população de baixa renda, que não tem acesso ao mercado imobiliário nem às políticas públicas, encontrando nas ocupações irregulares uma solução para o problema habitacional.

Em suma, o acesso à moradia nas periferias urbanas por meio de ocupações irregulares, incluindo loteamentos clandestinos e ocupações em conjuntos habitacionais deteriorados ou abandonados, é uma questão complexa e multifacetada. A busca por soluções abrangentes é fundamental para enfrentar esses desafios e garantir uma moradia adequada para todos os cidadãos. Isso requer esforços não apenas para resolver os problemas imediatos, mas também para abordar as raízes subjacentes, como desigualdades socioeconômicas e falta de planejamento urbano adequado

2.2 MORADIA PRECÁRIA E OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

A problemática da moradia precária vai além das paredes da residência, apresentando-se como um desafio intrincado vinculado tanto às estruturas sociais quanto ao entorno ambiental. Em zonas urbanas onde a demanda excede a oferta, famílias são compelidas a recorrer a moradias improvisadas, desprovidas de acesso aos serviços essenciais, o que repercute negativamente na saúde e na qualidade de vida. A dimensão das consequências não se limita ao âmbito social, visto que as habitações precárias também desencadeiam pressões ambientais, localizadas frequentemente em áreas de risco, gerando prejuízos ao ecossistema circundante. A ausência de um planejamento urbano eficaz fomenta o desenvolvimento caótico de assentamentos informais, sobrecarregando a infraestrutura e causando poluição. A resolução dessa questão demanda uma abordagem holística, englobando tanto políticas habitacionais adequadas quanto um planejamento urbano sustentável, com a participação de governos, comunidades e setores privados. A cooperação emerge como um fator determinante para proporcionar moradias dignas e sustentáveis, ao passo que se preserva o meio ambiente.

Estudos de Bonduki e Rolnik (1982) e Maricato (1996) indicam que o processo de urbanização no Brasil esteve marcado por segregação espacial e exclusão social. Maricato (2001) complementa ao elucidar que o crescimento urbano careceu de uma abordagem adequada, e a falta de planejamento prévio intensificou a ocupação territorial inadequada, seja de forma improvisada ou não, resultando no adensamento populacional em aglomerados urbanos.

A urbanização no Brasil se caracterizou pela ocorrência e agravamento de diversos problemas sociais urbanos, que se manifestaram à medida que as cidades cresceram de forma acelerada e desordenada. A falta de regularização da propriedade da terra foi identificada por

Maricato (1996) como o principal fator responsável pela segregação ambiental e, conseqüentemente, pela exclusão social, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Em umas das suas obras, Sposito (1983) argumenta que a expansão territorial urbana se apresenta como parte e também decorrente do processo de produção do espaço urbano, a partir de interesses fundiários e imobiliários, sendo que a produção de novas áreas a serem ocupadas se enquadra da transformação do caráter rural da terra, em terra para uso potencial urbano, incluindo a possibilidade de constituição de uma espacialidade urbana.

Na capital sul mato-grossense não diferiu, que segundo Arruda (2016), após Campo Grande se tornar capital, no início dos anos 80 sua população dobrou, e a cidade foi crescendo e, sem acompanhamento ou monitoramento para corrigir as distorções, dessa forma favelas surgiam muito rapidamente, em várias partes da cidade, principalmente próximo a conjuntos habitacionais construídos distantes do centro urbano.

Conforme afirmado por Bonduki (2004), durante o processo de urbanização, as pessoas de baixa renda foram obrigadas a residir em regiões distantes dos centros de trabalho, caracterizadas pela falta de infraestrutura básica e por um transporte precário, o que resulta em grandes dificuldades para acessar outras áreas urbanas.

A partir desse processo de urbanização, que foram surgindo com construções de conjuntos habitacionais cada vez mais distantes e próximos a áreas verdes e córregos, foram surgindo enormes espaços vazios próximos a esses locais que acarretaram um enorme processo de irregularidades, ocorrido por ocupações irregulares em áreas privadas e loteamentos clandestinos em áreas ilegais (áreas verdes).

Assim, o processo de urbanização nas áreas periféricas é caracterizado pela ocupação clandestina e destrutiva do solo urbano, o que resulta em uma ameaça às áreas urbanas de risco e preservação ambiental, como as margens dos cursos d'água. Essas ocupações precárias, destinadas à habitação de baixa renda, surgem devido à falta de alternativas habitacionais, tanto no mercado privado quanto nas políticas públicas sociais, conforme apontado por Maricato (1996).

Nesse contexto, Gondim (2012) destaca que a habitação é marcada pela segregação social e espacial, onde a população reside em favelas, loteamentos clandestinos e conjuntos habitacionais deteriorados, geralmente localizados na periferia urbana ou em áreas ambientalmente vulneráveis.

Apesar de ter havido toda uma geração de urbanistas envolvidos e promotores da política de planejamento urbano, aspecto que marcou o desenvolvimento brasileiro de cidades de grande porte entre os anos 1960-1980, ela não evidenciou grandes realizações, pois a intensificação dos problemas socioambientais de toda ordem na atualidade testemunha as graves falhas de um processo parcial e excludente (MENDONÇA, 2010, p. 154).

Esse processo excludente, acarreta surgimento de várias comunidades de aglomerados (favelas), que segundo Haesbaert (2004), são “amontoados” de pessoas (moradores), instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão, onde muitas vezes são submetidos a viver em condições insalubres.

Este autor corrobora para a reflexão de que os aglomerados de exclusão traduzem, assim, a dimensão geográfica ou espacial de processos mais extremos de exclusão social porque estamos perante as populações com territorialidades precárias e muito vulneráveis.

Dessa forma esse processo de desterritorialização é simples e rápido, e ocorre de forma correta, e para Alves & Santos (2016), o processo de desterritorialização² que gira em torno da disputa pelo território nas grandes cidades é mais uma injustiça socioambiental existente na comunidade.

Segundo Sposito (1999, p. 6), esse processo acontece

[...] com as implantações realizadas tanto pelo poder público quanto pelo setor privado, à medida que a malha urbana se estende rapidamente, observa-se um processo de valorização das áreas centrais densamente edificadas da cidade. Dessa forma, aumentam os preços das moradias, tornando-se impossível, às camadas mais pobres, realizar plenamente o direito de habitar.

Assim, verifica-se que nas áreas urbanas periféricas ocorrem problemas socioambientais decorrentes de um modelo de urbanização predatório, no qual uma parcela significativa da população se concentra em áreas de preservação ambiental ou próximas a cursos d'água, colocando-se em situação de risco e injustiça socioambiental.

Conforme mencionado por Porangaba, Bacani e Milani (2020), um grande contingente da população urbana do país está exposto a esses riscos socioambientais.

Neste contexto a abordagem dos riscos socioambientais urbanos pode ser concebida como um novo paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução socioespacial; ou seja, ela atesta a inserção de uma nova base de análise na relação sociedade – natureza, pois salta

² Através do alto valor do solo urbano.

de uma base de certeza e estabilidade para uma outra de incerteza e de instabilidade quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico (MENDONÇA, 2010, p.157).

Assim, as particularidades do processo de urbanização no Brasil amplificam a pressão sobre o solo urbano, intensificando as injustiças ambientais e os problemas socioambientais, resultando em zonas de sacrifício onde muitas famílias não têm condições de buscar melhores condições de vida e acabam morando em regiões precárias com altos índices de problemas, configurando áreas de risco

A isso se soma o afastamento (na maioria das vezes premeditado e intencional) e o acesso precário destas populações às instâncias políticas, legais e administrativas em que se dá o planejamento e a tomada de decisão, pois as casas cedidas pelo governo, não correspondem com as famílias, onde muitas vezes, as mesmas recebem essas moradias e acabam por vender, ou por falta de segurança, pois moradores são de família de que mexem com tráficos de drogas ou por que as residências são pequenas fora da realidade dos moradores.

A despeito do discurso do sonho da casa própria, moradores das localidades do Vazão Samambaia e Varandas do Campo não observaram os problemas que ali poderiam enfrentar e sim no sonho de sair do aluguel ou foram simplesmente persuadidos com a frase “ter um cantinho para morar” e assim influenciou na decisão de aquisição de sua casa própria. E uma vez que adquirem a propriedade, percebem-se os enormes impactos sobre o meio ambiente, bem como a frustração diante dos numerosos problemas socioambientais.

2.3 INJUSTIÇAS AMBIENTAIS

Entendemos que a injustiça ambiental ocorre quando “sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (Herculano, 2005, p.19).

Segundo Cartier *et al.* (2009), essas situações ocorrem com mais frequência nas cidades com grandes concentrações populacionais, onde as parcelas mais pobres da população tendem a morar em áreas insalubres, constituindo um quadro de injustiça ambiental. Essas áreas apresentam grandes problemas de infraestrutura, com vias intransitáveis, presença de resíduos, insetos peçonhentos, áreas inundáveis, entre outros.

No caso específico de Petrópolis/RJ, de acordo com José Marengo (2022), pesquisador do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), o aumento dos temporais não foi a causa principal do aumento no número de vítimas. Em vez disso, o crescimento da cidade, principalmente entre as populações vulneráveis que viviam em áreas de morros próximas aos rios, desempenhou um papel crucial. Portanto, a vulnerabilidade contribuiu para a facilitação dos problemas enfrentados.

De acordo com Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018), os problemas enfrentados foram agravados pela vulnerabilidade, e o aumento dos temporais não foi a causa principal do maior número de vítimas. Em vez disso, o crescimento da cidade, especialmente das populações vulneráveis que viviam em áreas de morros próximas aos rios, desempenhou um papel crucial. Segundo a definição da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), essa injustiça ambiental é definida como:

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD *et al.*, 2002, p.41).

Acselrad (2002, p. 52) destaca o contexto, que culminaram nos movimentos sociais em questão, assim prelecionando:

O Movimento de Justiça Ambiental surgiu nos Estados Unidos como uma coalizão entre lutas sociais, territoriais, ambientais e de direitos civis. A partir do final dos anos 60, passou a abordar questões "ambientais", como condições precárias de saneamento, contaminação química em locais de moradia e trabalho, e o manejo inadequado de resíduos tóxicos. Durante os anos 70, sindicatos preocupados com a saúde ocupacional, grupos ambientalistas e organizações de minorias étnicas uniram-se para abordar as "questões ambientais urbanas". Estudos mostravam que a poluição estava distribuída de forma desigual, afetando mais as populações raciais minoritárias, mas essas evidências não conseguiram mudar a agenda pública.

No Brasil, a inserção da terminologia justiça ambiental ocorreu de forma recente, após alguns grupos de debate ocorridos no ano de 1998, ocasião em que pesquisadores ianques estiveram no país para fomentar o debate com grupos brasileiros (SOUZA E GOMES, 2016)

Souza e Gomes (2016) destaca que:

Após as discussões preliminares, formou-se uma coleção intitulada *Sindicalismo e Justiça Ambiental* no ano de 2000 e, na sequência, criou-se, no ano de 2001, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, bem como a chamada Declaração de princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Diversas foram as campanhas encabeçadas pela indigitada Rede, destacando-se, entre elas: a) criação de campanha contrária a remessa de resíduos sólidos de São Paulo para Bahia, no ano de 2003; b) em 2004, campanha contrária a exploração pela Petrobras de petróleo no Parque Nacional Yasuni e no território indígena de Huaorani no Equador; c) mobilização em 2006, que fundou posição contrária a imposição de importação de pneus reformados, imposto pela União Europeia, por meio da OMC (Organização Mundial da Saúde).

Dessa maneira, a temática de Justiça Ambiental propaga com facilidade, mas segundo Souza e Gomes (2016) há uma verdadeira dificuldade em firmar uma exata compreensão do que é efetivamente a justiça ambiental.

Carlos, Alvarenga e Augustin (2014, p. 17) facilita a intelecção do que é justiça ambiental e fórmula que:

[...] um conceito que abrange as dimensões ecológica, ética, social e econômica, buscando resolver conflitos ambientais. Ela enfrenta o desafio de conciliar a realidade da natureza com a realidade da sociedade na era da segunda modernidade, que é caracterizada pela influência da ciência e das relações econômicas. A justiça ambiental procura encontrar equilíbrio entre esses dois aspectos, promovendo uma abordagem sustentável e equitativa em relação ao meio ambiente.

De acordo com Souza e Gomes (2016), a justiça ambiental está intimamente ligada ao fator econômico, sendo abordada no contexto da sociedade de risco e do modelo consumista predominante. Rammê (2014, citado por Souza e Gomes, 2016) enfatiza que a expressão justiça ambiental abrange um conjunto de princípios éticos que visam influenciar uma nova racionalidade socioambiental no atual estágio do capitalismo de consumo. Por outro lado, é importante também compreender a noção oposta, ou seja, a injustiça ambiental.

A partir das possibilidades de compreensão do que é justiça ambiental, se faz necessário destacar e entender sua posição contrária, ou seja, a injustiça ambiental.

De acordo com Rammê (2014), há duas perspectivas distintas sobre as injustiças ambientais. A primeira delas aborda a Injustiça Ambiental como o fenômeno em que os danos ambientais resultantes do processo de desenvolvimento são direcionados de forma desproporcional a determinadas comunidades tradicionais, grupos de trabalhadores, grupos raciais discriminados, populações pobres, marginalizadas e vulneráveis.

Por outro lado, o autor também propõe que o conceito de injustiça ambiental está relacionado à percepção de que a desigualdade social expõe a sociedade de maneira desigual aos riscos da poluição e da degradação ambiental. Em outras palavras, as camadas menos favorecidas da população, devido à sua vulnerabilidade social, econômica e política, acabam suportando de forma direta os riscos e consequências do modelo econômico de desenvolvimento predominante na era do hiper consumo (RAMMÊ, 2014).

No âmbito do Brasil, as disparidades ambientais abrangem uma série diversificada de situações, onde emerge uma desigualdade na regulação dos recursos naturais e nos elementos vitais para a vida social e o desenvolvimento. Essas desigualdades têm sua origem sobretudo na aquisição seletiva do território e dos recursos naturais por grupos privilegiados, na concentração dos ganhos derivados do meio ambiente e na exposição desproporcional da população aos efeitos negativos da poluição e dos encargos ambientais relacionados ao progresso. A Figura 03 visualiza de maneira clara as regiões centrais de conflito e desigualdade ambiental no Brasil.

Figura 03- Mapa de conflitos e injustiças ambientais e saúde no Brasil.



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz (2016).

Os embates que permeiam as questões de injustiças ambientais e saúde tanto no Mato Grosso do Sul quanto no âmbito nacional são diversos e intrincados, muitos deles resultantes

da complexa interação de fatores socioeconômicos, ambientais e culturais. No contexto do Mato Grosso do Sul, os embates estão relacionados com:

Conflitos em Terras Indígenas: No estado, diversas comunidades indígenas frequentemente se envolvem em disputas com proprietários rurais e empresas ligadas à agropecuária, lutando pela posse das terras. Isso culmina em tensões e episódios de violência, envolvendo questões como invasões territoriais e a adequada demarcação das áreas.

Impactos da Agropecuária: A expansão das atividades agropecuárias, incluindo a criação de gado e o cultivo de soja, tem contribuído para desmatamento, degradação ambiental e conflitos com comunidades tradicionais.

Conflitos em Comunidades Quilombolas: Grupos quilombolas também enfrentam desafios decorrentes da pressão exercida pela agropecuária e pela expansão das zonas urbanas. Disputas territoriais e a falta de reconhecimento de seus territórios tradicionais são temas recorrentes.

Impactos da Mineração: A atividade mineradora, em especial a extração de minério de ferro, tem acarretado impactos adversos ao meio ambiente e gerado tensões com as comunidades locais, cujas vidas dependem dos recursos naturais.

Poluição do Ar e da Água: Em regiões urbanas e industriais, a poluição atmosférica e hídrica impacta a saúde das populações locais, com consequências particularmente marcantes para comunidades de baixa renda, frequentemente mais expostas a esses riscos.

Conforme analisado por Rocha (2011) e Firpo & Ferreira (2018), a representação cartográfica dos conflitos, apresentada na Figura 03, que abarca as temáticas das injustiças ambientais e das preocupações sanitárias, emerge como resultado da significativa acumulação de experiências oriundas do movimento brasileiro voltado à promoção da justiça ambiental, notavelmente liderado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Esse mapeamento, que incorpora os embates vinculados às injustiças ambientais e à saúde no contexto brasileiro, é um projeto com a finalidade de identificar, catalogar e tornar-se de conhecimento público casos paradigmáticos de confrontos relacionados ao meio ambiente.

Contudo, é imperativo ressaltar que esse mapeamento não abarca de maneira abrangente as complexas problemáticas das injustiças ambientais e sociais em áreas urbanas periféricas, em particular no que concerne à habitação da classe mais pobre. Nesse sentido, é notório que as habitações adquiridas por meio de ocupações irregulares ocasionam o

desmatamento e a degradação ambiental. A poluição atmosférica e hídrica compromete a saúde das comunidades locais, devido à ausência de coleta eficiente de resíduos pelas autoridades públicas, bem como à elevada incidência de violência devido à escassez de medidas adequadas de segurança pública. As implicações são especialmente severas para os estratos de baixa renda, que frequentemente enfrentam uma exposição acentuada a esses riscos. Além disso, dado que um leque diversificado de questões aflora nesses espaços, desde disputas relacionadas à posse de terrenos urbanos até diversos problemas de saúde, como a propagação da dengue, torna-se viável incorporar tais questões ao mapa de conflitos das injustiças ambientais, visto que esses temas permeiam as esferas das injustiças ambientais e da saúde.

Nesse sentido, Herculano (2001, p. 217) justifica que:

[...] estas se referem aos “[...] custos que são empurrados para o exterior das empresas e sobre os quais elas não respondem [...]. Ou seja, há custos sociais e ambientais no processo produtivo, que são pagos diferencialmente pelos mais pobres, sobretudo com sua própria saúde e tempo de vida”.

Conforme apontado por Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018), os conflitos decorrentes de injustiça ambiental têm elevado a importância dos espaços como intermediadores de disputas entre atores com diferentes graus de poder econômico e político.

Nas áreas urbanas, ações como a derrubada de árvores e a construção de empreendimentos, indústrias e habitações ocorrem frequentemente, porém, as autoridades públicas negligenciam o planejamento e a organização. Essas ações podem acarretar em danos ambientais, como a deposição de resíduos sólidos urbanos em locais distantes da visão pública. Esse cenário é evidenciado nas comunidades Vazão Samambaia, Varandas do Campo e em outros bairros próximos a áreas verdes, que, segundo Araújo (2017), perpetuam uma condição de invisibilidade, alimentada pela negligência de órgãos e autoridades fiscalizadoras

Frente aos desafios enfrentados nas comunidades, Acselrad (2004, p. 10) declara que:

[...] não se pode resolver a crise ambiental sem abordar também a questão da justiça social, uma vez que nas cidades contemporâneas é evidente a presença de desigualdades sociais e de poder em relação aos recursos ambientais. Nesse contexto, os mecanismos de controle ambiental tendem a agravar a desigualdade ambiental.

Sob essa perspectiva, como mencionam Acsehrad et al. (2009, p.41),

“[...] as raízes das injustiças sociais são as mesmas da degradação ambiental, tornando impossível separar os problemas ambientais das questões sociais”. Isso ocorre porque não se trata apenas de "impactos ambientais", sejam eles relacionados a rios, florestas, recursos hídricos, espécies ameaçadas, biodiversidade, entre outros. Esses impactos transcendem a dimensão material e utilitária, envolvendo interesses, relações de poder, bem como emoções, memórias, desejos e ligações subjetivas.

Em outras situações, os moradores são realocados por órgãos públicos por meio de programas habitacionais ou conjuntos habitacionais em outras partes da cidade. De acordo com o relato de Brazil *et al.* (2021), essas áreas são escolhidas como destino para populações deslocadas de outras regiões, devido a intervenções no ambiente urbano. Isso resulta em uma série de questões socioambientais que contribuem para situações de injustiça ambiental.

Para Prado (2017), esses conjuntos habitacionais são construídos em regiões periféricas, onde sua localização nas margens do território urbano frequentemente resulta em riscos socioambientais, tanto para os moradores quanto para o meio ambiente, principalmente devido à implantação em áreas de preservação ambiental ou zonas não urbanizadas.

Aquino et al. (2017) observam que essas áreas ocupadas por essas populações são consideradas "zonas de sacrifício", onde há uma exposição diferenciada aos riscos de um tipo específico de perigo.

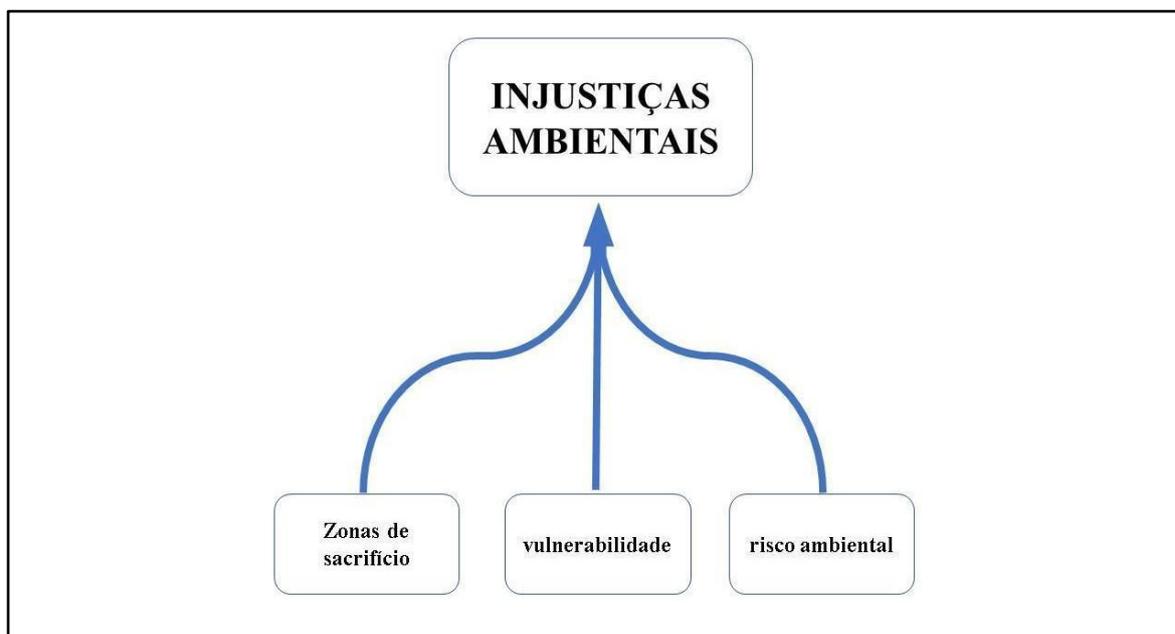
Por sua vez, Prado (2017) discute que essa interação entre população, meio ambiente e habitação é analisada a partir dos conceitos de risco e vulnerabilidade.

Araújo (2017, p. 01) também ressalta que:

“[...] no sistema capitalista e que se juntam para ser executadas numa mesma "zona de sacrifício": de um lado, construções de moradias, atividade que está na base de toda produção mercantil, da acumulação de capital, portanto, da própria existência da sociedade ou bem-estar social contemporânea tal como se organiza e estrutura hoje; de outro, a deposição final de resíduos domésticos - lixo- (RD) e resíduos da construção civil (RCC), por meio de moradores locais ou vindo de outros lugares.

Desse modo, Oliveira, Mello e Peixoto (2017) sustentam que as Zonas de Sacrifício, Vulnerabilidade e Risco Ambiental podem ser compreendidas como um tripé que contribui para a configuração de situações de injustiça ambiental. A figura 04 sintetiza as principais ideias do autor.

Figura 04 - Configuração de situações de injustiça ambiental segundo os autores Oliveira, Mello e Peixoto (2017).



Fonte: Oliveira, Mello e Peixoto (2017). Org. Autor (2022)

Com isso em mente, Acselrad (2002, 2006 e 2010) esclarece que os movimentos voltados para a justiça ambiental não deixam de considerar em sua argumentação a preservação das gerações vindouras, um conceito fundamental na definição original do desenvolvimento sustentável. Ele demonstra que enquanto a transferência desigual de impactos ambientais para os grupos mais marginalizados persistir, a degradação ambiental também se manterá – a persistência dessa abordagem prejudicial poderia eventualmente alargar as fronteiras das áreas de sacrifício e aumentar o número de pessoas afetadas por poluição e outros riscos, uma situação que poderia se tornar irremediável no futuro.

2.4 ZONAS DE SACRIFÍCIO

Acserald (2001) entende que os custos ambientais foram sempre socializados e historicamente serviram como benefício do Estado para a expansão territorial capitalista no Brasil. A socialização, localização e distribuição espacial dos custos ambientais são estrategicamente definidos pela economia mundial.

No Brasil essa expansão territorial muitas vezes está associada com política da casa própria, onde muitos conjuntos habitacionais são construídos em lugares distantes do centro

da cidade, em locais sem mercado capitalista e sem grandes interesses imobiliários, contudo próximos às áreas verdes e córregos, dificultando a chegada de infraestrutura como saneamento básico. Conseqüentemente, essas áreas verdes são ocupadas de forma irregular (loteamento clandestino), dando origem a comodatos e favelas, e futuramente gerando vários problemas de saúde.

Na cidade de Campo Grande, conjuntos habitacionais (Ramez Tebet) e programa Minha Casa, Minha Vida (Casas da Homex- Jardim Varandas do Campo) foram construídos próximos ao córrego Lajeado e áreas de preservação ambiental, lugares de fácil ocupação. Esse fator contribuiu para o surgimento de problemas ambientais e sociais decorrentes das ocupações irregulares.

Esses espaços urbanos, atulhados de problemas sociais e ambientais, em que grande parcela de moradores se acomoda por não ter outras alternativas, mas reside por ser mais acessível financeiramente ou por não ter outro lugar para morar, q sendo esses lugares definidos por Acselrad (2005) como “zonas de sacrifício”, que segundo o próprio autor:

O capital [...] mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos [...] o capital dispõe da capacidade de se deslocar, enfraquecendo os atores sociais menos móveis e desfazendo, pela chantagem da localização, normas governamentais urbanas ou ambientais, bem como as conquistas sociais [...] assim o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residências e classes socioambientais dotadas de menor capacidade de se deslocalizar. (ACSELRAD, 2004, p.32-33)

A expressão "zonas de sacrifício" foi introduzida nos Estados Unidos pelo movimento de Justiça Ambiental para relacionar a concentração geográfica dos problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento com as desigualdades sociais e raciais no país (VIEGAS, 2006). Inicialmente, o termo "zonas de sacrifício" era utilizado para descrever áreas escolhidas para abrigar atividades altamente poluentes, contaminantes, incômodas ou perigosas, cujos efeitos negativos são suportados pelos residentes próximos (ACSELRAD, 2004).

Acselrad (2004, p. 12-13) menciona ainda que:

Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos

empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”. Nestes locais, observa-se a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para os locais investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos tendem a prevalecer em áreas de concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão.

Conforme Viegas (2006), as "zonas de sacrifício" são áreas onde ocorrem diversas atividades ambientalmente agressivas, impactando principalmente populações de baixa renda ou minorias étnicas.

No contexto brasileiro, o conceito e a definição de "zonas de sacrifício" foram elaborados por Acelrad (2004) e se caracterizam pela concentração de atividades ambientalmente agressivas, afetando especialmente as populações de baixa renda. Nessas áreas, os moradores convivem com problemas como poluição do ar, da água e do solo, depósitos de resíduos e falta de abastecimento de água, além de enfrentar baixos índices de arborização e riscos associados a alagamentos.

Essas práticas ambientais agressivas são observadas em todo o território nacional, conforme corroborado por Silva e Bueno (2013), que descrevem quatro características socioespaciais presentes nessas "zonas de sacrifício" em nossas cidades: condições socioeconômicas frágeis associadas à informalidade no trabalho, moradias irregulares e precárias, falta ou ineficiência de serviços públicos e a presença de áreas contaminadas e degradadas. Tais condições contribuem para a formação dessas áreas de desigualdade ambiental.

Dessa forma, pode ser aplicada em áreas de moradia de populações de baixa renda (aglomerados), onde o valor da terra é mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorecem escolhas de localização. Esse processo pode ser explicado em programas realizados pelo governo, onde as casas dos conjuntos habitacionais (AGEHAB - Agência de Habitação Popular de Mato Grosso das em locais distantes, próximos de áreas verdes (em muitos casos de preservação ambiental) e córregos.

Tanto para Porangaba, Bacani e Milani (2020) discorrem que, esses programas geraram contradições no âmbito da produção do espaço urbano, dentre as quais o acirramento da segregação socioespacial, mesmo que sempre relativa.

Dessa forma, a moradia dos mais pobres é associada a lugares insalubres, sem saneamento se associa a áreas inadequadas para habitar, um processo promovido pelo poder público, direta ou indiretamente.

Na área do Vazão Samambaia um dos problemas é a questão do esgoto que vem do Conjunto Habitacional Ramez Tebet, de onde moradores vêm sofrendo com esses problemas desde 2010, sendo que, já foi encontrado desvio de dejetos para que a sujeira não contamine a água da nascente, que moradores usam para irrigar as verduras das hortas ali existentes. Consoante os relatos de moradores ao jornal Correio do Estado, eles convivem com mau cheiro e risco de contaminação.³

Por outro lado, a comunidade Varanda do Campo é uma região caracterizada pela ocupação desordenada de áreas públicas, apresentando uma notável desigualdade social e condições precárias de vida. Além disso, os moradores enfrentam graves injustiças socioambientais, uma vez que estão localizados em uma área de expansão próxima a uma região verde, através de loteamentos clandestinos.

Dessa forma, esses programas como AGEHAB - Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, AMHSF - Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários e Programa do Governo Federal de Habitação - Minha Casa Minha Vida, constrói as moradias em locais periféricos, muitas vezes em locais distantes e sem valor imobiliário, isso ocorre devido a uma distribuição desigual no espaço, que segundo Oliveira, Melo e Peixoto (2017), consequentemente causa danos ambientais e sociais e afeta toda comunidade de toda a faixa etária, principalmente as crianças e idosos.

No que tange o estudo da qualidade e do conforto urbano nas cidades brasileiras, Silva e Bueno (2013) deparam-se com esses problemas, que colocam em xeque o processo de projeto do ambiente construído e do planejamento urbano e regional.

Diante de todos esses fatos, que o conceito de zona de sacrifício entendido por Acserald (2004), no qual estabelece como características essenciais (i) a tendência à implantação de empreendimentos com alto risco ambiental, (ii) a concentração de moradores de baixa renda e (iii) a fragilidade no que tange à participação popular nos processos decisórios, aplica-se à área.

³ Correio do Estado 2010 - Esgoto de 487 casas vaza em córrego: Disponível em <<https://correiodoestado.com.br/cidades/esgoto-de-487-casas-vaza-em-corrego/6539>>. Acessado 26/05/2022

Quando a urbanização é deliberadamente planejada para atender a interesses específicos, resulta em profundas disparidades sociais, empurrando os estratos menos privilegiados para áreas distantes e insalubres. Nas palavras de Santos (2007), a escassez de acesso à terra e moradia acarreta a ocupação irregular, especialmente em centros urbanos de grande porte. As administrações municipais tentam estabelecer Áreas de Proteção Permanente (APP) para mitigar riscos, contudo, essa medida frequentemente é ignorada. Grupos de baixa renda, com empregos informais e baixos rendimentos, erguem habitações em locais inadequados, sujeitando-se a enchentes e deficiência de saneamento.

Grandes empreendimentos, tanto privados como públicos, surgem próximos, isolando socialmente esses moradores em condições precárias. Kaztman (2001) define essa situação como "isolamento social", resultante da segregação e carência de serviços. Essa realidade é evidente em locais como Varandas do Campo e Vazão Samambaia, onde ocupações desordenadas ampliam desigualdades e degradação.

Essa exclusão social, agravada pela falta de políticas adequadas, fragiliza famílias e grupos, como explicado por Aquino et al. (2017). Vulnerabilidade social se estende a áreas de fragilidade política e degradação, como destacado por ACSELRAD (2009). Em contextos assim, a população vulnerável enfrenta obstáculos para expressar preocupações sobre distribuição de poluição e proteção ambiental (Silva e Bueno, 2013).

A vulnerabilidade ambiental, segundo Aquino *et al.* (2017), é a suscetibilidade de um sistema em lidar com interações externas. Essa vulnerabilidade pode decorrer de características naturais, pressões antrópicas ou baixa resiliência. A vulnerabilidade social relaciona-se a mudanças abruptas em áreas como educação e saúde (Silva, 2007). A falta de acesso a oportunidades e recursos amplia a vulnerabilidade, afetando desproporcionalmente os marginalizados.

Vulnerabilidade ambiental e social está conectadas, como explicado por Cartier *et al.* (2009). A sobreposição de populações marginalizadas com áreas de risco é chamada de "vulnerabilidade socioambiental". Indivíduos de baixa renda, devido a desigualdades, frequentemente escolhem áreas de risco (Bullard, 1996 apud Cartier *et al.*, 2009).

A urbanização inadequada leva a concentração de populações vulneráveis em áreas de risco, conforme destacado por Aquino *et al.* (2017). Além disso, a falta de políticas integradas e planejamento resulta em desastres urbanos (Campos, 2005). A falta de infraestrutura e educação formal exacerba problemas (Prado, 2017). O crescimento

populacional em centros urbanos precários aumenta a exposição a riscos (Silva e Bueno, 2013).

O planejamento urbano deficiente reforça a segregação ambiental e desigualdades (Maricato, 2003). A urbanização irresponsável, combinada com ações humanas, agrava os problemas ambientais e sociais (Sanches, 2005). A interligação entre vulnerabilidade social e ambiental enfatiza a necessidade de políticas integradas (Acselrad, 2004). As áreas de sacrifício são produtos dessa conjunção (Name e Bueno, 2013).

A falta de escolhas para moradia é impulsionada por fatores financeiros e étnicos, reforçando a interligação de vulnerabilidade social e ambiental (Camolesi e Leme, 2020). A relação entre sociedade e natureza requer abordagem socioambiental (Girão, Rabelo e Zanella, 2018). Vulnerabilidade socioambiental é resultado da exposição a riscos e localização em áreas degradadas (Ronik, 2000).

Em resumo, a urbanização direcionada e a falta de políticas integradas agravam desigualdades sociais e ambientais, concentrando populações vulneráveis em áreas de risco. Vulnerabilidade socioambiental é um fenômeno complexo, ligando desigualdades estruturais e riscos ambientais.

2.5 RETRATO DOS PROBLEMAS DE SAÚDE VIVENCIADOS PELAS POPULAÇÕES CARENTES

O Brasil enfrenta uma série de desafios sociais que afetam uma considerável parcela de sua população. Problemas como o acesso limitado à saúde pública e o déficit habitacional estão presentes na sociedade, assim como a ameaça representada pelo mosquito *Aedes Aegypti*, responsável pela transmissão de doenças como a Dengue, a febre Chikungunya e o vírus Zika (COSTA e FORBELONI, 2019). Diante desse cenário, emerge uma preocupante manifestação de injustiça socioambiental, agravando as dificuldades enfrentadas por grupos específicos.

O crescimento acelerado das cidades trouxe consigo sérios problemas ambientais e urbanísticos, culminando em consequências graves e inevitáveis, tais como a escassez de transporte público adequado, inundações, erosão do solo e conexões clandestinas na rede elétrica, aumentando os riscos de incêndios. Esses impactos ambientais e urbanos atingem de maneira desigual as comunidades mais vulneráveis, aprofundando a injustiça socioambiental.

A construção de poços semi-artesianos sem informações sobre a qualidade da água consumida representa um risco para a saúde pública, contribuindo para a proliferação de insetos e doenças endêmicas, intensificando ainda mais as disparidades de saúde entre diferentes segmentos da população.

Segundo Cunha (2015), questões ambientais e urbanas relacionadas à falta de manutenção, como a precariedade do sistema de esgoto, a ausência de drenagem adequada das águas pluviais e o acúmulo de resíduos sólidos, contribuíram para a devastação causada por chuvas intensas, resultando em um dos principais problemas atuais da região: habitações em áreas de risco. Essa situação ressalta a interconexão entre as dimensões social e ambiental, destacando a necessidade de abordar a injustiça socioambiental de forma abrangente e sistêmica, visando à equidade e ao bem-estar de todas as camadas da sociedade.

No entanto, os estudos de Porto & Pacheco (2009) e Porto (2007) demonstram que a compreensão da relação entre saúde e ambiente transcende as questões de saneamento básico, contaminação por poluentes e doenças resultantes desses fatores. Esses estudos revelam uma conexão clara entre essa dinâmica e o conceito de injustiça ambiental.

A injustiça ambiental se torna evidente quando observamos como certos grupos sociais são desproporcionalmente afetados pelos impactos ambientais negativos. A falta de acesso a condições sanitárias adequadas, a exposição a substâncias tóxicas e a degradação ambiental frequentemente afetam de forma mais intensa comunidades de baixa renda, historicamente marginalizadas e sem influência nas decisões que moldam seu entorno.

Portanto, a compreensão da relação entre saúde e ambiente deve incorporar uma análise crítica da distribuição desigual dos impactos ambientais e dos benefícios. Isso envolve considerar não apenas os aspectos físicos da contaminação e das doenças, mas também as dimensões sociais e econômicas que contribuem para a injustiça socioambiental. As contribuições de Porto (2007) e Porto & Pacheco (2009) nos convidam a olhar além do óbvio, reconhecendo que a injustiça ambiental desempenha um papel fundamental na interseção entre saúde e meio ambiente.

Pacheco, Porto e Rocha (2018) argumentam que as injustiças ambientais e de saúde no Brasil estão ligadas à necessidade de reconhecer as populações afetadas como detentoras de direitos e assegurar que suas vozes sejam ouvidas e consideradas. Isso exige uma

abordagem conceitual que vá além da simples identificação de áreas afetadas e uma abordagem política que combata a discriminação e a invisibilidade dessas populações nas esferas institucionais e midiáticas.

Contudo, Pacheco, Porto e Rocha (2018, p. 40 - 65) mencionam que:

“O conceito de risco e/ou danos à saúde refere-se a uma concepção ampliada de saúde, que não apenas engloba a dimensão biomédica dos impactos ambientais, mas também questões relacionadas à qualidade de vida, cultura, tradições, direitos humanos e capacidade de organização e mobilização coletiva. [...] No caso específico da saúde, no contexto de riscos e/ou danos à saúde, 'riscos' se referem a suspeitas ou possibilidades de problemas de saúde relacionados a conflitos, enquanto 'danos' dizem respeito a problemas de saúde já existentes e, segundo populações afetadas e organizações parceiras, têm uma relação clara com o conflito, indo além de doenças e incluindo aspectos mais amplos e subjetivos, como qualidade de vida, insegurança alimentar e desnutrição, ou mesmo falta de atendimento médico.”

Além dos problemas mencionados, as mudanças climáticas, segundo Pacheco, Porto e Rocha (2018), estão associadas a impactos negativos que podem causar danos significativos às populações carentes em termos de recursos públicos.

Aquino *et al.* (2017) explicam que regiões com temperaturas mais altas e níveis elevados de precipitação favorecem a presença de vetores de doenças tropicais, como malária, dengue e febre amarela. Essas condições climáticas também facilitam o surgimento de doenças como a disenteria.

De acordo com Rolnik (2013), esses problemas de saúde estão relacionados aos processos de fragmentação territorial das cidades e às profundas desigualdades socioespaciais que caracterizam a vulnerabilidade socioambiental.

Partindo dessa premissa de Rolnik, Ribeiro e Vargas (2015, p. 5), mostram que:

O descompasso entre crescimento populacional e acesso a serviços e oportunidades, por limitação de recursos naturais e econômicos, leva à degradação do ambiente natural e do construído e à deterioração das relações sociais. A falta de controle e de gestão da ocupação do solo urbano e o aumento do consumo, muito além das necessidades básicas e do bem-estar, respondem na maioria por essa degradação e deterioração de relações.

Ribeiro e Vargas (2015) também enfatizam que esse padrão de urbanização não apenas estimula a inovação e o desenvolvimento econômico local, mas também está associado a taxas mais altas de criminalidade, suicídio, emissões de dióxido de carbono e problemas de saúde mental.

Esse rápido processo de urbanização nas cidades brasileiras resulta em maior impermeabilização do solo e na necessidade de expansão da infraestrutura, o que por sua vez leva a ocupações irregulares e loteamentos clandestinos em áreas inadequadas, como margens de córregos e zonas de proteção ambiental.

Barros (2005) argumenta que essa forma de ocupação do território pode causar danos significativos ao meio ambiente, interferindo no fluxo natural dos cursos d'água durante enchentes e resultando no acúmulo de sedimentos e resíduos urbanos. Isso resulta em obstrução e contaminação da água, gerando sérios problemas de saúde para a população local, como a proliferação de insetos, incluindo o *Aedes Aegypti*, vetor da dengue.

De acordo com Garcia (2019), embora o *Aedes Aegypti* não seja nativo do Brasil, o clima tropical, com altas temperaturas, umidade elevada e estações chuvosas, favorece a presença desse mosquito em várias regiões do país e em locais de clima semelhante ao redor do mundo. Barreto (2008) e o Ministério da Saúde (2020) relatam que os primeiros casos de dengue no Brasil datam do final do século XIX, em Curitiba (PR) e Niterói (RJ).

A dengue é amplamente reconhecida como um dos principais desafios em saúde pública. De acordo com o Ministério da Saúde, trata-se de uma doença febril aguda, causada por um vírus, que geralmente apresenta uma evolução benigna, mas pode se tornar grave quando se manifesta na forma hemorrágica. A dengue é considerada a arbovirose mais significativa em termos de impacto na saúde humana (BRASIL, 2002).

A dengue tem sido objeto de uma das maiores campanhas de Saúde Pública realizadas no Brasil, desde 1982, ano de sua introdução no país. O mosquito transmissor da doença, o *Aedes aegypti*, que havia sido erradicado em vários países do continente americano nas décadas de 50 e 60, retornou na década de 70, por falhas na vigilância epidemiológica e pelas mudanças sociais e ambientais propiciadas pela urbanização acelerada dessa época (CARMO *et al.*, 2003, p. 70)

Ainda nesse grupo, estão segundo Carmo *et al.* (2003)

[...] as leishmanioses (visceral e tegumentar) e a esquistossomose, para as quais, além da manutenção de elevadas prevalências, tem sido observada expansão na área de ocorrência, em geral associada às modificações ambientais provocadas pelo homem, aos deslocamentos populacionais originados de áreas endêmicas e à insuficiente infra-estrutura na rede de água e esgoto ou na disponibilidade de outras formas de acesso a esses serviços. (CARMO *et al.*, 2003, p. 69)

Valle, Aguiar e Pimenta (2015) destacam que a dengue representa um desafio global para a saúde, sendo influenciada pela falta de planejamento urbano adequado, má gestão de

resíduos sólidos e distribuição inadequada de água. A doença afeta pessoas de várias classes socioeconômicas, tornando-se um problema que abrange toda a sociedade. No entanto, as influências das características sociais, econômicas e políticas ainda não estão completamente compreendidas (VALLE, AGUIAR e PIMENTA, 2015).

Ferreira (2007) destaca que essa situação está fortemente ligada à fragilidade histórica das políticas habitacionais para as classes populares. Isso resultou em processos de ocupação irregular que deram origem a extensas áreas caracterizadas por periferias ou favelas, representando uma contradição central entre a cidade formal e informal, e gerando conflitos urbanos.

Consequentemente, o panorama das questões de saúde enfrentadas pelas populações vulneráveis reflete uma realidade marcada por profundas injustiças socioambientais. Essas comunidades, frequentemente localizadas em áreas de vulnerabilidade, enfrentam uma série complexa de desafios que afetam diretamente sua saúde e qualidade de vida, ao mesmo tempo em que evidenciam disparidades preocupantes na distribuição de ônus e benefícios ambientais.

As populações carentes muitas vezes enfrentam dificuldades de acesso a serviços de saúde adequados, incluindo atendimento médico, medicamentos essenciais e prevenção. Barreiras econômicas e estruturais impedem que essas comunidades obtenham o suporte necessário para enfrentar doenças e lidar com condições crônicas, resultando em taxas mais altas de doença e morte. A falta de infraestrutura de saúde adequada também aumenta a suscetibilidade dessas populações a epidemias e surtos de doenças transmitidas, como dengue, malária e infecções respiratórias.

A questão da habitação é outro fator crucial que amplifica as injustiças socioambientais. Muitas populações carentes vivem em condições precárias, em assentamentos informais ou áreas de risco, sujeitas a inundações, deslizamentos de terra e exposição a poluentes. A falta de acesso a moradias seguras e dignas tem um impacto negativo na saúde dessas comunidades, aumentando a incidência de doenças respiratórias, alergias e problemas de pele, além de criar um ambiente propício para a proliferação de vetores de doenças.

As desigualdades socioeconômicas também desempenham um papel na exposição a fatores de risco ambiental. As populações carentes muitas vezes residem próximas a áreas industriais, rodovias movimentadas e locais com poluição do ar e da água, resultando em

maior exposição a poluentes tóxicos. Essa exposição desigual contribui para uma série de problemas de saúde, incluindo doenças respiratórias, cardiovasculares e câncer.

Além disso, a falta de espaços verdes e áreas de lazer nas comunidades carentes prejudica a saúde mental e emocional dos residentes. A ausência de parques e ambientes naturais reduz as oportunidades de recreação e relaxamento, impactando negativamente o bem-estar psicológico e contribuindo para o estresse e a depressão.

Nesse contexto, as injustiças socioambientais desempenham um papel central na perpetuação desses problemas de saúde. A distribuição desigual de recursos e oportunidades cria condições favoráveis para a ocorrência de doenças e agrava os efeitos prejudiciais do ambiente sobre as populações carentes. É fundamental reconhecer que políticas públicas inadequadas, falta de acesso a serviços básicos e desigualdade estrutural são fatores-chave que agravam essas injustiças.

A abordagem desses problemas exige não apenas a melhoria das condições de saúde, mas também a promoção de justiça social e ambiental. Isso requer a implementação de políticas inclusivas que garantam acesso equitativo a serviços de saúde, moradia digna, educação ambiental e oportunidades econômicas. Somente ao enfrentar as raízes das injustiças socioambientais poderemos verdadeiramente criar um ambiente propício para a saúde e o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos, no presente trabalho utilizaram-se ferramentas de cunho quantitativo e qualitativo. No que tange aos aspectos quantitativos, a pesquisa se apoiou na tabulação de dados estatísticos a partir da aplicação de questionário, na obtenção de um banco de dados.

Segundo Gil (2002), o questionário é uma técnica de pesquisa que consiste em apresentar por escrito um conjunto de perguntas a um grupo de pessoas, com o objetivo de obter informações sobre opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas, entre outros aspectos.

No campo da pesquisa qualitativa no contexto da urbanização, foram empregadas metodologias específicas da área para analisar os aspectos sociais. Nesse sentido, os métodos qualitativos são utilizados pelas ciências humanas para pesquisar, descrever e analisar fenômenos visíveis ou ocultos (MUCCHIELLI, 1991, p. 3 apud HOLANDA, 2006, p. 363).

A pesquisa também utilizou a consulta de reportagens em meios de comunicação eletrônicos e digitais como fonte de informação.⁴

Nesse sentido, Flick (2009) expõe:

[...] a utilização desses textos escritos oferece um diferencial, pois serve a três finalidades no processo de pesquisa qualitativa: 1-Representam os dados essenciais a partir dos quais as descobertas se assentam; 2- São a base das interpretações; 3-Constituem o meio central para a apresentação e a comunicação de descobertas. (FLICK, 2009, p. 83)

Para o tipo de material coletado, Michel (2015) descreve a análise documental como a principal técnica utilizada para analisar o tipo de material coletado. Essa abordagem envolve a consulta de documentos com o objetivo de encontrar informações relevantes para compreender e analisar um problema específico.

Dessa forma, no trabalho foi realizado um estudo em duas comunidades que surgiram a partir de ocupações irregulares após as entregas de conjuntos de casas populares próximo aos córregos e as áreas verdes. A figura 05 ilustra a localização das áreas estudadas.

⁴ Os jornais, Campo Grande News, Midiamax, Correio do Estado e Topmídia.

Figura 05 - Localização das Comunidades Varandas do campo e Vazão Samambaia - Campo Grande/MS.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2023). Org. Autor 2023

As comunidades estão localizadas próximas às casas e os apartamentos de programas ofertados pelo governo estadual e federal, sendo assim, a comunidade Varandas do Campo se encontra ao lado do residencial Jardim Varandas do Campo (figura 06), e a Vazão Samambaia ao lado do Conjunto Habitacional Ramez Tebet (figura 07) e, ambos localizados na região sul da capital sul-mato-grossense. As localidades foram escolhidas em virtude do elevado índice de problemas socioambientais e alto grau de desigualdade social.

Figura 06 - Visão Obliqua das Comunidade Varanda do Campo em relação ao Bairro Jardim varandas do Campo - Campo Grande MS.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2023). Org. Autor 2023

Figura 07: Visão Obliqua da Conjunto Habitacional Ramez Tebet e da Comunidade Vazão samambaia - Campo - Campo Grande MS.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2023) Org. Autor (2023)

Dessa maneira, para entender a execução dos objetivos propostos neste trabalho, o Quadro 01 demonstra os procedimentos executados conforme cada objetivo específico.

Quadro 01: Procedimento a ser executado conforme cada objetivo específico.

Objetivos específicos	Porque	Como?	Com quem?
Fazer um levantamento do processo de ocupação das comunidades Varandas do Campo e a Vazão Samambaia, identificando as etapas mais importantes e os fatores políticos, econômicos e sociais que os determinaram;	Desse modo compreendemos o processo de ocupação e distribuição dos imóveis nas comunidades.	Junto aos órgãos competentes os documentos de distribuição e ocupação da área de estudo. Por meios de jornais entender como foi o processo de organização dos moradores nas comunidades.	Prefeitura e análise documental on-line nos principais jornais midiáticos de Campo Grande (Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax).
Conhecer as características socioeconômicas (média de renda salarial salário mensal, grau de escolaridade e situação profissional) e os principais problemas sociais dos moradores das duas comunidades;	A fim de Identificar o perfil socioeconômico.	Por meio de questionário e entrevistas, que serão elaboradas após trabalhos de campo e análise dos dados históricos e fotográficos, para melhor compreensão da realidade estudada.	População local, IBGE, Jornais midiáticos (Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax). Gil (1999, 2002, 2008) Marconi e Lakatos (1999, e 2017) Flick, (2009) Michael (2015) Harper, (2000)

<p>Identificar os aspectos socioambientais da área de estudo;</p>	<p>Registrar os variados problemas de infraestrutura, sociais e ambientais existentes nas comunidades que afetam o cotidiano dos moradores.</p>	<p>Por meio de trabalhos de campo (registros fotográficos),</p>	<p>População local,</p>
<p>Apontar os principais problemas de saúde, assim como verificar os casos de doenças endêmicas ali existentes;</p>	<p>A fim de mostrar se algum ente familiar da população já sofreu de alguma doença endêmica, devido à falta de infraestrutura.</p>	<p>Por meios de questionário (apêndice 01), que serão elaboradas após trabalhos de campo, registros fotográficos, para melhor compreensão da realidade estudada.</p>	<p>População local, jornais midiáticos (Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax).</p>
<p>Analisar a situação da infraestrutura urbana em cada uma das comunidades.</p>	<p>Para mostrar como estão distribuindo o sistema de energia, água, esgoto, transporte, acesso a posto de saúde, assim como a coleta de lixo</p>	<p>Por via de questionário, entrevistas foram elaboradas após trabalhos de campo, registros fotográficos, para melhor compreensão da realidade estudada.</p>	<p>População local, jornais midiáticos (Campo Grande News, Correio do Estado e Midiamax).</p>

Fonte: Autor (2022) Org. Autor 2022

Dessa forma, o trabalho está dividido nas seguintes etapas:

3.1 CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO - 1ª ETAPA

A primeira etapa trata-se da construção do referencial teórico para embasar a pesquisa a partir das leituras de referências bibliográficas, dessa forma destaca-se no quadro 02 os seguintes autores e os principais conceitos:

Quadro 02: Principais conceitos abordados na dissertação.

Conceitos	Autor (es)	Definições
• Ocupações irregulares e Loteamento Clandestino -Conjuntos habitacionais deteriorados.	Godim (2012)	Evidencia-se que o crescimento das cidades no Brasil é caracterizado pela segregação social e espacial. Nesse contexto, observa-se um aumento significativo da população que reside em assentamentos irregulares e conjuntos habitacionais degradados, localizados em áreas distantes dos principais centros urbanos, desprovidos de infraestrutura adequada e sujeitos a vulnerabilidades ambientais.
Moradia	Maricato (2003)	Ao abordar a questão da habitação no Brasil, destaca-se que a falta de moradias adequadas e a segregação territorial são resultados de um mercado que, entre outros aspectos, comercializa a paisagem como um símbolo de diferenciação.
Injustiças Ambientais	Acelrad (2004)	As desigualdades ambientais englobam um conjunto de circunstâncias que se caracterizam pela distribuição desigual do poder, da ocupação do território e dos recursos naturais, bem como pela concentração dos benefícios derivados do meio ambiente e pela exposição desigual da população à poluição e aos impactos ambientais resultantes do desenvolvimento.
	Acelrad (2009)	Para o autor as causas das injustiças sociais são as mesmas da degradação ambiental, sendo impossível separar os problemas ambientais das questões sociais.
		A noção de Injustiça Ambiental surgiu para descrever a situação em que determinadas comunidades tradicionais, grupos de

	Rammê (2014)	trabalhadores, grupos raciais discriminados, populações pobres, marginalizadas e vulneráveis suportam a maior parte dos danos ambientais resultantes do processo de desenvolvimento.
Zonas de Sacrifício	Achselrad (2004)	Áreas caracterizadas por diversos problemas sociais e ambientais, bem como por desigualdade ambiental, são referidas como " zonas de sacrifício ". Nessas localidades, ocorre a combinação de decisões de instalação de empreendimentos ambientalmente prejudiciais com a presença de atores políticos e econômicos empenhados em atrair investimentos, independentemente do custo social e ambiental envolvido. Esses dois processos tendem a predominar em regiões onde se concentram residentes de baixa renda, com pouca capacidade de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de tomada de decisão.
	Viegas (2006)	O autor utiliza a expressão "zonas de sacrifício" para descrever as áreas onde ocorre a sobreposição de empreendimentos e instalações que causam danos ambientais. Essa expressão é frequentemente associada a regiões habitadas por pessoas de baixa renda, onde o valor da terra é relativamente mais baixo e os residentes têm menor acesso aos processos de tomada de decisão. Esses fatores favorecem a escolha de locais nessas áreas para a instalação de empreendimentos perigosos.
Vulnerabilidade	Aquino (2017)	Segundo o autor, as áreas habitacionais precárias apresentam uma série de questões ambientais e colocam os moradores em situações de risco e vulnerabilidade. Em geral, essas são pessoas que não têm recursos suficientes para arcar com os impostos de moradia adequados, optando por residir em locais periféricos, distantes dos centros urbanos, onde estão sujeitos a deslizamentos e poluição. Essa condição socioeconômica expõe essa população a riscos ambientais.
	Mendonça (2010)	O autor argumenta que o risco está intimamente ligado à vulnerabilidade socioambiental urbana. Em outras palavras, a vulnerabilidade socioambiental urbana revela a diversidade dos

		impactos resultantes dos riscos que afetam uma determinada população.
--	--	---

Fonte: Autor (2022) Org. Autor 2022

3.2 EXPLORAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS SOBRE OCUPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - 2ª ETAPA

Na segundo etapa, foi realizado um levantamento histórico da ocupação e distribuição das propriedades nas comunidades investigadas. Para obter os dados históricos de ocupação, foram consultadas instituições como a Secretaria de Planejamento Urbano de Campo Grande, a Agência Municipal de Habitação (EMHA) e a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur). Essas fontes foram essenciais para fornecer informações relevantes sobre a evolução da ocupação nessas áreas, assim como consulta em jornais midiáticos de Campo Grande, e análises de imagens de satélites *do Google Earth Pro*, para compreender as alterações espaço-temporais na área ocupada, que de acordo com Vasconcelos e Celeri (2018), o *Google Earth Pro* auxilia na observação do espaço geográfico e também facilitando a análise das categorias Geográficas.

Posteriormente, foram captadas imagens fotográficas como uma fonte de estudo, com o objetivo de ilustrar os diversos desafios relacionados à infraestrutura, questões sociais e ambientais (como a escassez de áreas para o cultivo de árvores, devido à limitação de espaço nessas áreas de habitações populares) encontrados nas comunidades.

Com a intencionalidade de capturar as melhores imagens e os principais problemas vividos pela comunidade, os registros fotográficos foram realizados durante o ano de 2022 e nos 3 primeiros meses de 2023, em vários dias da semana, assim como períodos alternados (período de chuva e seca), com objetivo de registrar e mostrar os inúmeros problemas vividos pelos moradores da área ocupada.

De acordo com Harper (2000, p. 727), as fotografias têm o potencial de gerar informações que enriquecem nossa compreensão dos processos sociológicos, pois elas capturam detalhes que podem estimular os espectadores a refletirem sobre realidades culturais mais abrangentes.

Assunção *et al.* (2015, p. 32) menciona que:

Desde os tempos mais remotos, a imagem desempenha um importante papel na sociedade, independentemente das tecnologias utilizadas para sua criação, transmissão e acesso. Potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação atuais, a imagem—principalmente a imagem digital—faz cada vez mais parte da vida do ser humano.

Conforme expresso por Dante (2014, p.17), a imagem pode ser considerada como a "retina do cientista". Atualmente, a fotografia desempenha um papel crucial ao oferecer uma perspectiva cultural e natural do mundo, e por meio de seu diálogo com a paisagem geográfica, essa visão se torna uma postura consciente que transforma a realidade local da imagem fotográfica em paisagem.

3.3 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIO E REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA - 3^a ETAPA

Após a realização do levantamento histórico e fotográfico, foi utilizado um questionário com os moradores, contendo perguntas relacionadas ao perfil socioeconômico, problemas de infraestrutura, questões socioambientais e principais problemas de saúde presentes na localidade. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), esse instrumento de coleta de dados consiste em uma série de perguntas organizadas de forma ordenada, que devem ser respondidas pelos participantes da pesquisa, proporcionando respostas mais objetivas e precisas.

De acordo com as informações de Günther (2003) mencionadas por Ramos (2018), os questionários podem ser aplicados de diferentes formas, como por meio de entrevistas pessoais, telefone, envio pelo correio, realização em grupos ou autoaplicação via e-mail ou internet. Cada um desses métodos apresenta vantagens e desvantagens que os pesquisadores devem avaliar.

Portanto, as questões do questionário foram elaboradas após várias visitas a campo e análise dos dados históricos e fotográficos, a fim de obter uma melhor compreensão da realidade estudada. No início, as visitas a campo foram realizadas em dias alternados da semana, que iam de segunda a sábado, e em períodos diferentes, matutino e vespertino, assim realizando algumas perguntas informais aos moradores, tais como:

- Que dia da semana poderia encontrar os chefes de família?
- Você poderia me falar quais os principais pontos de problemas na comunidade?
- O que eles mais necessitavam na comunidade?

As perguntas informais foram realizadas, com objetivo de conhecer a comunidade local, verificar os dias que poderia encontrar os chefes de famílias, assim como, uma forma de aproximar e ter a confiança para o retorno para realização de aplicação dos questionários após a sua construção definitiva.

Ramos *et al.* (2018) argumenta que a partir desse procedimento pode-se conhecer a realidade da sociedade local e que esse tipo de questionário é um procedimento de coleta de dados comumente utilizado, especialmente, na área das ciências humanas e sociais.

A partir dessa perspectiva, Gil (1999, p. 42) estabelece que a pesquisa social como:

[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

Segundo Gil (2008), o questionário é uma técnica de investigação que consiste em apresentar por escrito um conjunto de questões a um grupo de pessoas, com o objetivo de obter informações sobre suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e experiências vivenciadas.

Sendo assim, o questionário é composto por questões fechadas e abertas. As questões fechadas foram elaboradas com critérios encontrados nas visitas informais na área de estudos, que pediu aos participantes para escolher uma alternativa dentre as que foi apresentada conforme a lista acima, e escolheram as que encaixam na sua vivência (dia a dia).

Para Gil (2008, p. 123), as questões fechadas:

São as mais comumente utilizadas, porque conferem maior uniformidade às respostas e podem ser facilmente processadas. [...] é recomendado proceder à realização de entrevistas individuais ou coletivas antes da construção definitiva das alternativas. Este procedimento contribui não apenas para a definição de um número razoável de alternativas plausíveis, mas também para redigi-las de maneira coerente com o universo discursivo dos respondentes. Há perguntas que só fazem sentido para alguns respondentes. Por exemplo, só é conveniente perguntar acerca da opinião acerca do atendimento numa unidade de saúde se a pessoa tiver informado que foi atendida na respectiva unidade. Neste caso, a pesquisa referente à opinião é dependente em relação à outra. Há vários formatos de questões dependentes. Pode-se, após cada alternativa, escrever o procedimento a ser seguido.

Como observado, as questões fechadas não foram longas, para evitar cansaço ao participante, que segundo Marconi e Lakatos (2017), as questões não podem ser muito longas, pois podem causar fadiga e desinteresse, assim como não pode ser curto demais, pois corre o risco de não oferecer informações suficientes.

Já nas questões abertas, segundo Gil (2008) solicita-se aos participantes que ofereçam suas próprias respostas, dessa forma foram elaboradas um total de nove perguntas.

Nas perguntas abertas, os participantes têm liberdade para responder usando suas próprias palavras. Nas perguntas de múltipla escolha, eles escolhem entre as alternativas ou opções fornecidas. Já nas perguntas dicotômicas, os participantes escolhem entre duas opções de resposta opostas, como sim/não ou concordo/não concordo (COHEN et al., 2013 citado por RAMOS et al., 2018).

Para participar do questionário e da entrevista, foi selecionado o público composto pelos responsáveis familiares, conforme indicado por Cavenaghi e Alves (2018). É importante ressaltar que, apesar de ser amplamente utilizado em censos, questionários, instruções e coleta de dados, o termo "chefe de família" tem sido definido de forma imprecisa. Neste estudo, adotou-se o critério de que o "chefe de família é a pessoa que, tendo a seu cargo um domicílio particular, representa esse domicílio pelo qual é responsável". Dentro do contexto da pesquisa, o chefe de família pode ser o pai, mãe, avô, avó, tio, tia, madrasta, padrasto, entre outros, desde que seja a pessoa responsável pelo sustento da família.

O total de participantes foram 130 chefes de famílias (residências), sendo 50 nas comunidades Vazão Samambaia e 80 na comunidade Varandas do Campo (a escolha por maior número de participantes na pesquisa na comunidade Varandas do Campo, está relacionada ao quantitativo de moradores ser maior que no Vazão samambaia), contudo, cada morador demorou aproximadamente de 20 a 40 minutos para responder o questionário. Para uma obtenção de maior eficácia dos resultados na pesquisa de campo, foi realizada uma entrevista com um morador de cada comunidade. A entrevista foi gravada e teve duração de uma hora aproximadamente.

Segundo Gil (2008), as entrevistas, no que lhe concerne, possibilitam ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais, dessa forma as perguntas foram feitas a partir da vivência do dia a dia na comunidade, visando extrair o máximo de informação que não foram coletados no questionário.

Conforme ressaltado por Marconi e Lakatos (2011), é recomendado que, ao enviar o questionário, seja incluída uma nota ou carta que explique a natureza da pesquisa, sua relevância, o nome do pesquisador, o objetivo geral do estudo e a importância de obter respostas. Essa abordagem visa despertar o interesse do respondente e incentivá-lo a preencher e devolver o questionário dentro de um prazo razoável. Essa prática é fundamental, uma vez que o pesquisador pode sentir-se mais engajado no processo investigativo.

Dessa forma, para responder o questionário e a entrevista, os participantes, era obrigatório assinar um termo de responsabilidade.

3.4 TABULAÇÃO DE DADOS SOBRE AS ÁREAS ESTUDO PARA FORMAÇÃO DE INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS - 4ª ETAPA

Nessa última etapa, pretende-se apresentar as áreas estudadas como espaços de Zonas de sacrifício, vulnerabilidade que podem configurar como Injustiças Ambientais, dessa forma pretende-se demonstrar que o fato de existirem sucessivas ocorrências na área não é por acaso.

Nesse escopo, são destacados para fins desta análise duas comunidades que surgiram, ao lado de conjuntos habitacionais e apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida, que ocorreu por meio de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares, que estão localizados na região sul da cidade de Campo Grande/MS. Nesse viés são realçadas as comunidades Vazão, Samambaia e Varandas do Campo, áreas de relativa concentração de poluição, degradação ambiental, que segundo Brazil (2021), esses locais também são chamados de zona de sacrifício, expressão que define as áreas que recebem uma concentração de práticas ambientalmente agressivas que atingem populações de baixa renda.

Em função disso, ou por outras razões, esses locais são escolhidos pela população de baixo seguimento de rendimento devido à falta de condições socioeconômicas para a construção de residências adequadas, gerando assim, inúmeros problemas socioambientais e caracterizando as injustiças ambientais.

Nesse viés, para identificar os parâmetros de injustiças ambientais, foram analisados por meios de tratamento os dados dos questionários, mapas, cartas temáticas e fotografias.

O quadro 03 demonstra os pontos que foram destacados para **Configuração** e formação de injustiças socioambientais

Quadro 03: Configuração para formação de injustiças socioambientais.

Pontos destacados para Configuração de formação de injustiças socioambientais.	Características
1) Localização	Que podem interferir na inexistência de infraestrutura (saúde, educação e segurança), assim como na acessibilidade dos moradores aos centros de emprego; assim como analisar se o processo de formação dessas áreas foi por via de ocupações irregulares;
2) Degradação do meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Desmatamento por parte dos moradores; • Problemas com descarte incorretos de resíduos sólidos; • Poluição do ar e do córrego; • Poluição de recurso hídrico; • Desmatamento e/ou queimada; • Falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental; • Alagamentos, inundações e enchentes; • Falta de saneamento básico.
3) Rendimentos	Rendimento médio dos responsáveis por domicílio, com rendimento em salários mínimos, se tem emprego fixo, renda per capita e o tipo de emprego;
4) Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de escolaridade dos chefes de famílias; • Gravidez na adolescência; • Econômica, que envolve a pobreza e, em particular, o trabalho infantil; • Barreira da oferta educacional, sendo a que mais apresenta variações, como o conteúdo distante da realidade dos alunos

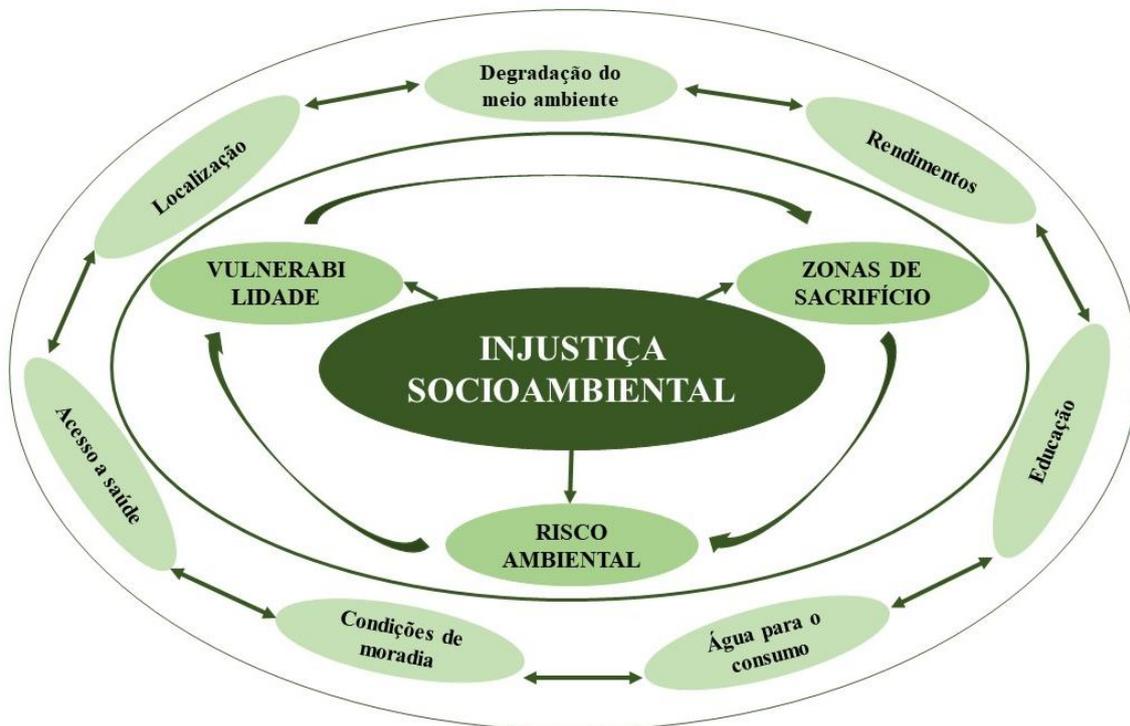
5) Água para o consumo	Forma de abastecimento de água;
6) Condições de moradia	Casas com tetos baixos, que não possuem ventilação adequada, com um número elevado de pessoas, com duas ou três famílias vivendo juntas, assim como a má qualidade dos materiais construtivos (precários);
7) Acesso e danos à saúde	<ul style="list-style-type: none"> -A falta de acesso a serviços de saúde ou mesmo a carência dela; -Proliferação de insetos; -Proliferação de doenças endêmicas, que podem estar relacionadas a acúmulo de resíduos sólidos; -Contaminação de água que se torna imprópria para o consumo; -Problemas respiratórios causados por queimadas; -Insegurança alimentar; -Falta de atendimento médico; -Acidentes; -Desnutrição, -Violência - lesão corporal- ameaça - assassinato.

Fonte: Autor (2022) Org. Autor 2022

A compreensão das complexas dinâmicas que conduzem à formação de injustiças socioambientais demanda uma análise detalhada dos fatores interconectados que contribuem para esse cenário. A Figura 10 ilustra um diagrama configuracional que aborda a gênese das injustiças socioambientais. Esse diagrama de configuração se revela uma ferramenta de grande valia para visualizar e explorar a maneira pela qual a localização geográfica, a degradação do meio ambiente, os baixos rendimentos, a educação limitada, a escassez de acesso à água potável, as condições precárias de habitação e os efeitos adversos sobre a saúde estão entrelaçados, resultando na criação de vulnerabilidades, riscos ambientais e zonas de sacrifício. Esse complexo emaranhado culmina, em última análise, na manifestação das injustiças socioambientais

Na figura 08 exibe o diagrama para configuração da formação de injustiças socioambientais.

Figura 08 - Configuração de formação de injustiças socioambientais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Neste diagrama, cada elemento contribui para a formação de vulnerabilidade, risco ambiental e zonas de sacrifício, que, por sua vez, culminam na injustiça socioambiental. Vejamos como esses elementos se relacionam:

Renda Baixa: Salários insuficientes limitam o acesso a recursos básicos, como alimentação adequada, saúde e educação de qualidade, aumentando a vulnerabilidade das comunidades.

Educação Limitada: A falta de acesso à educação de qualidade reduz as oportunidades de mobilidade social e emprego, perpetuando ciclos de pobreza e dificultando a capacidade das comunidades de enfrentar os desafios socioambientais.

Água e Acesso Limitado: A escassez de água potável e o acesso inadequado aos recursos hídricos essenciais prejudicam a saúde e o bem-estar das comunidades, aumentando sua vulnerabilidade a doenças e condições precárias.

Condições Precárias de Moradia: Habitações inadequadas expõem as populações a riscos ambientais e de saúde, agravando a vulnerabilidade e ampliando a desigualdade.

Degradação do Meio Ambiente: A poluição, a degradação do solo e a contaminação do ar e da água prejudicam diretamente a saúde e a qualidade de vida das comunidades, aumentando o risco ambiental.

Acesso e Danos à Saúde: A exposição a ambientes poluídos contribui para uma série de problemas de saúde, agravando ainda mais a vulnerabilidade e aumentando os danos à saúde.

A interação entre esses elementos culmina em uma intrincada rede de relações que conduzem à formação das zonas de sacrifício. Nestes locais, as comunidades estão expostas a riscos ambientais substanciais devido à sua proximidade com fontes de poluição e degradação ambiental. Essa acumulação de perigos intensifica a injustiça socioambiental, resultando em desigualdades evidentes na qualidade de vida e na saúde das populações afetadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As duas comunidades pesquisadas enfrentam uma série de problemas sociais e ambientais decorrentes de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares, resultando em condições habitacionais precárias, com escassa ou quase inexistente infraestrutura, o que acaba por relegá-las ao esquecimento por parte do restante da sociedade.

O estudo conduzido identificou diversas questões relacionadas à injustiça socioambiental e carências na infraestrutura, decorrentes da ausência de saneamento básico. Essas questões abrangem desde a presença de resíduos sólidos e materiais orgânicos descartados em vias e terrenos vazios até o aumento da violência, que coloca em risco a saúde e a segurança dos moradores locais.

Ao analisar o processo histórico referente às leis de preservação do meio ambiente e à formação do espaço urbano de Campo Grande, desde sua emancipação em 26 de agosto de 1899 até sua elevação a capital do novo estado do Mato Grosso do Sul em 1977, é possível notar que as preocupações ambientais relacionadas ao crescimento populacional atual não estavam presentes nesse período. O crescimento acelerado de Campo Grande ocorreu de forma mais significativa na década de 70, quando a divisão do estado resultou na escolha de Campo Grande como a futura capital do Mato Grosso do Sul. Essa fase foi marcada pela implantação de dezenas de loteamentos e grandes conjuntos habitacionais afastados do centro, o que deu origem a favelas e ocupações de áreas, enquanto apenas algumas partes da cidade contavam com recursos de infraestrutura urbana, como redes de distribuição de água, energia elétrica, pavimentação e transporte.

4.1 CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE DE CAMPO GRANDE

No final do século XX e início do século XXI a cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, teve um grande aumento populacional. Segundo IBGE, o número de habitantes saltou de 662.534 para 906.092 entre 2000 e 2020 (estimado), com o crescimento superior a 26,9% e com uma população estimada de 916,001 em 2021, sendo a décima quinta capital mais populosa do Brasil.

Haja vista, esse crescimento populacional, houve o processo de urbanização, que trouxe graves consequências ambientais para a capital do Mato Grosso do Sul, como a poluição de córregos e do solo com o descarte incorreto de resíduos, o desmatamento para a

construção de habitações (a partir de programas do governo, construções de conjuntos habitacionais e construções de condomínios (apartamentos) do programa minha casa minha vida) e, conseqüentemente, loteamentos clandestinos em áreas de preservação permanente e beiras de córregos e ocupações irregulares em terrenos ociosas próximo a esses conjuntos Habitacionais e apartamentos dos programas de habitação.

Na década de 1930, foi promulgada a primeira versão do Código Florestal, o Decreto nº 23.793/1934, que possuía um enfoque preservacionista. Esse decreto estabelecia o uso da propriedade de acordo com o tipo de floresta presente, definindo categorias como florestas protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. Em 1965, o Código Florestal foi atualizado por meio da Lei nº 4.771/65, introduzindo conceitos como a Reserva Legal (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Esses conceitos foram estabelecidos na legislação, mas foi com a promulgação da Constituição de 1988 que a discussão sobre o meio ambiente ganhou destaque, garantindo a todos o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para uma qualidade de vida saudável, e impondo ao poder público e à coletividade o dever de protegê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

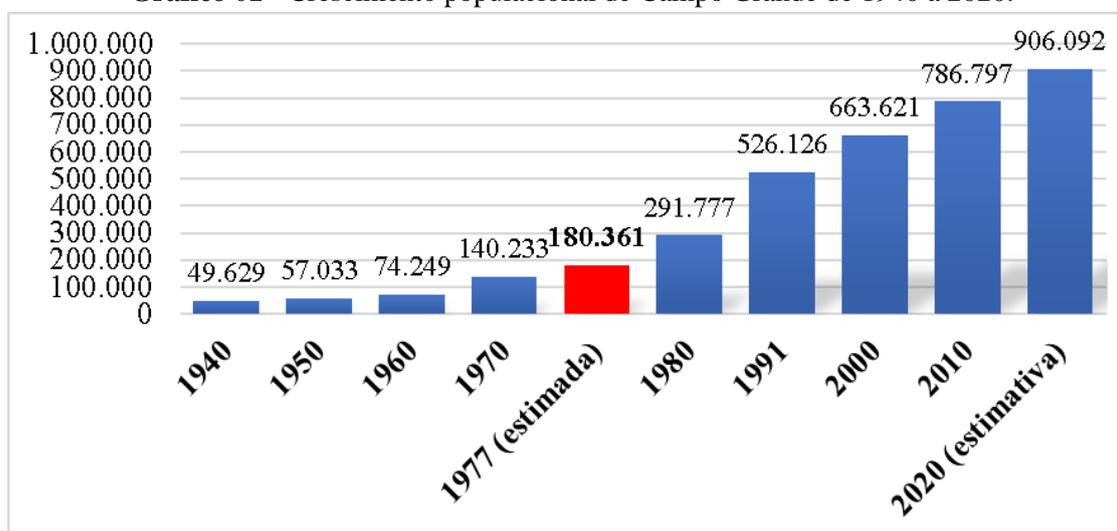
Em 2012, entrou em vigor o novo Código Florestal Brasileiro, que trata da proteção da vegetação nativa. As Áreas de Preservação Permanente foram instituídas por esse código (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e são espaços territoriais legalmente protegidos, tanto em áreas urbanas como rurais, que são ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser de propriedade pública ou privada, cobertos ou não por vegetação nativa (BRASIL, 2012, p. 03). Dentre as diversas funções ou serviços ambientais prestados pelas APPs em áreas urbanas, destacam-se: (1) a proteção do solo para prevenir desastres relacionados ao uso e ocupação inadequados de encostas e topos de morros; (2) a proteção dos corpos d'água para evitar enchentes, poluição das águas e assoreamento dos rios; (3) a manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico para prevenir inundações e enxurradas, contribuir para a recarga de aquíferos e evitar a escassez de água para abastecimento público em termos de qualidade e quantidade; (4) a função ecológica de refúgio para a fauna e de corredores ecológicos que facilitam o fluxo genético da fauna e flora, especialmente entre áreas verdes situadas no perímetro urbano e suas proximidades; (5) a atenuação de desequilíbrios climáticos dentro do ambiente urbano, como aridez excessiva, desconforto térmico e ambiental, e o efeito de "ilha de calor" (BRASIL, 2012).

Dessa forma, a preservação das APPs em áreas urbanas possibilita a valorização da paisagem e do patrimônio natural e construído, que possuem valores ecológicos, históricos, culturais, paisagísticos e turísticos, contribuindo para a melhoria de vida da população.

Ao comparar o processo histórico sobre as leis de preservação do meio ambiente e o processo de formação do espaço urbano de Campo Grande, que vai da sua emancipação, em 26 de agosto de 1899, até a sua elevação a capital do novo estado do Mato Grosso do Sul, em 1977, não havia as preocupações ambientais ligadas ao crescimento populacional percebidas atualmente.

Conforme o IBGE, o primeiro censo demográfico brasileiro ocorreu em 1872, mas Campo Grande só obteve dados a partir de 1940. Ao comparar o processo evolutivo da população desde a sua criação até se tornar capital, demorou praticamente 78 anos para alcançar 180.361 habitantes (gráfico 01).

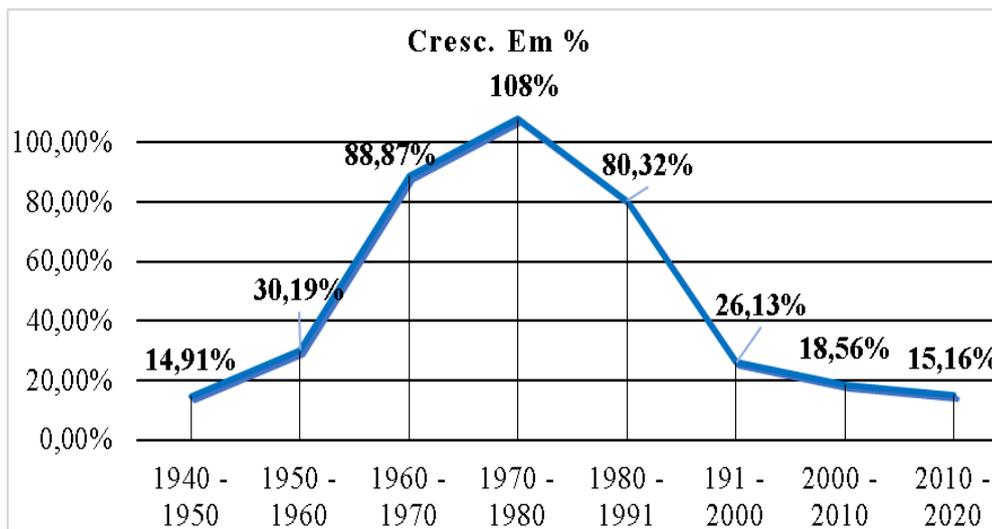
Gráfico 01 - Crescimento populacional de Campo Grande de 1940 a 2020.



Fonte: Anuário Estatístico Do Brasil-1940 a 2020 (2022). Org. Autor 2022

Ao apreciar com uma margem de crescimento (gráfico 02) a partir de 1940, temos: 14,91% entre os anos de 1940 e 1950, 30,19% entre 1950 e 1960 e 88,87% entre 1960 e 1970. Evidencia que o crescimento da população de Campo Grande tornou-se mais acentuado na década de 70, com a divisão do estado e Campo Grande como a futura capital do Mato Grosso do Sul, chegando a dobrar a sua população, só em 3 anos - de 1977 a 1980 - o crescimento foi de 61,77%.

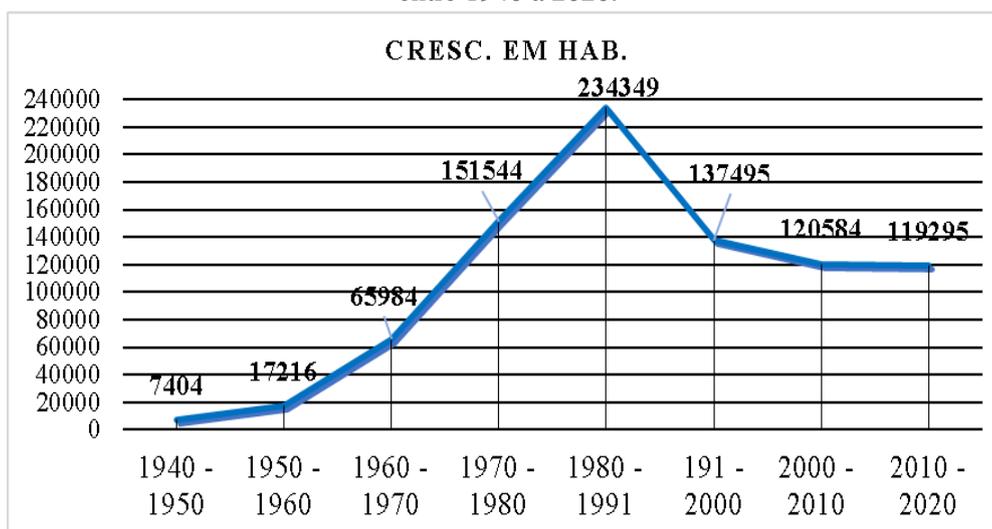
Gráfico 02 - Percentual de crescimento da população a cada 10 anos de Campo Grande de 1940 a 2020.



Fonte: Anuário Estatístico Do Brasil - 1977 – 2020 (2022). Org. Autor 2022

Entretanto, apesar de a média de percentual apresentar uma diminuição significativa a partir do ano 2000 (gráfico 02), Campo Grande apresenta um aumento de mais de 100 mil habitantes a cada 10 anos (gráfico 03).

Gráfico 03 - Quantidade de habitantes que aumentam a cada 10 anos em Campo Grande entre 1940 a 2020.



Fonte: Anuário Estatístico Do Brasil-1977 – 2020 (2022). Org. Autor 2022

Nesse contexto, é plausível considerar que ao longo do curso temporal, a expansão demográfica da urbe de Campo Grande foi marcada por períodos de aceleração no ritmo de crescimento. Entretanto, é de notável importância enfatizar que essa expansão não se deu de forma uniforme ao longo dos tempos.

Particularmente a partir da década de 70, quando a cidade almejava consolidar-se como metrópole da recém-criada entidade federativa Mato Grosso do Sul, observou-se um incontestável aumento populacional em Campo Grande. Essa rápida expansão demográfica pode ser simultaneamente correlacionada às oportunidades emergentes em virtude da nova condição da cidade, abrangendo a progressão da infraestrutura e dos serviços públicos. No entanto, é imprescindível reconhecer que a natureza do crescimento urbano também foi moldada pelas conjunturas socioeconômicas e ambientais predominantes na região.

Os temas discutidos no presente texto, abarcando aspectos como ocupações irregulares, deficiências na infraestrutura adequada, alagamentos e questões sociais, acarretam implicações diretas na qualidade da expansão urbana. O rápido aumento populacional, sem um planejamento adequado e sem a implementação adequada da infraestrutura requerida para acomodar tal incremento, pode resultar na emergência de áreas de ocupação precária e intensificar as dificuldades ambientais, como as enchentes.

Nesse contexto, a interligação entre as adversidades socioambientais, o rápido crescimento populacional e o processo de urbanização em Campo Grande enfatiza a intrincada natureza do desenvolvimento urbano. A ausência de políticas eficazes para abordar tais problemáticas pode ter um impacto negativo sobre a qualidade de vida dos residentes, dificultando a busca por uma urbanização mais equitativa e sustentável. No início da década de 1980, aproximadamente 40% dos habitantes da cidade eram oriundos de outras regiões do Brasil, dez anos depois esse percentual aumentou para 55%, o que reforça a necessidade de Campo Grande se preparar para os desafios impostos pela realidade metropolitana (ARCA, 2011).

Nesse viés, Arca (2011) ressalta que os primeiros reflexos dos novos tempos de Campo Grande como capital do estado se manifestaram quando dezenas de loteamentos e grandes conjuntos habitacionais distantes do centro foram estabelecidos para atender à demanda populacional, resultando em favelas - ocupações de áreas. Apenas algumas partes da cidade contavam com infraestrutura urbana, incluindo rede de distribuição de água, energia elétrica, pavimentação e transporte. O Quadro 04 apresenta os principais conjuntos habitacionais construídos desde a década de 1960, enquanto as Figuras 09 e 10 mostram a localização desses conjuntos habitacionais dentro do perímetro urbano de Campo Grande, construídos no início da divisão do estado (1977) e na década de 1980.

Quadro 04: Principais conjuntos habitacionais que foram construindo desde a década e 1960

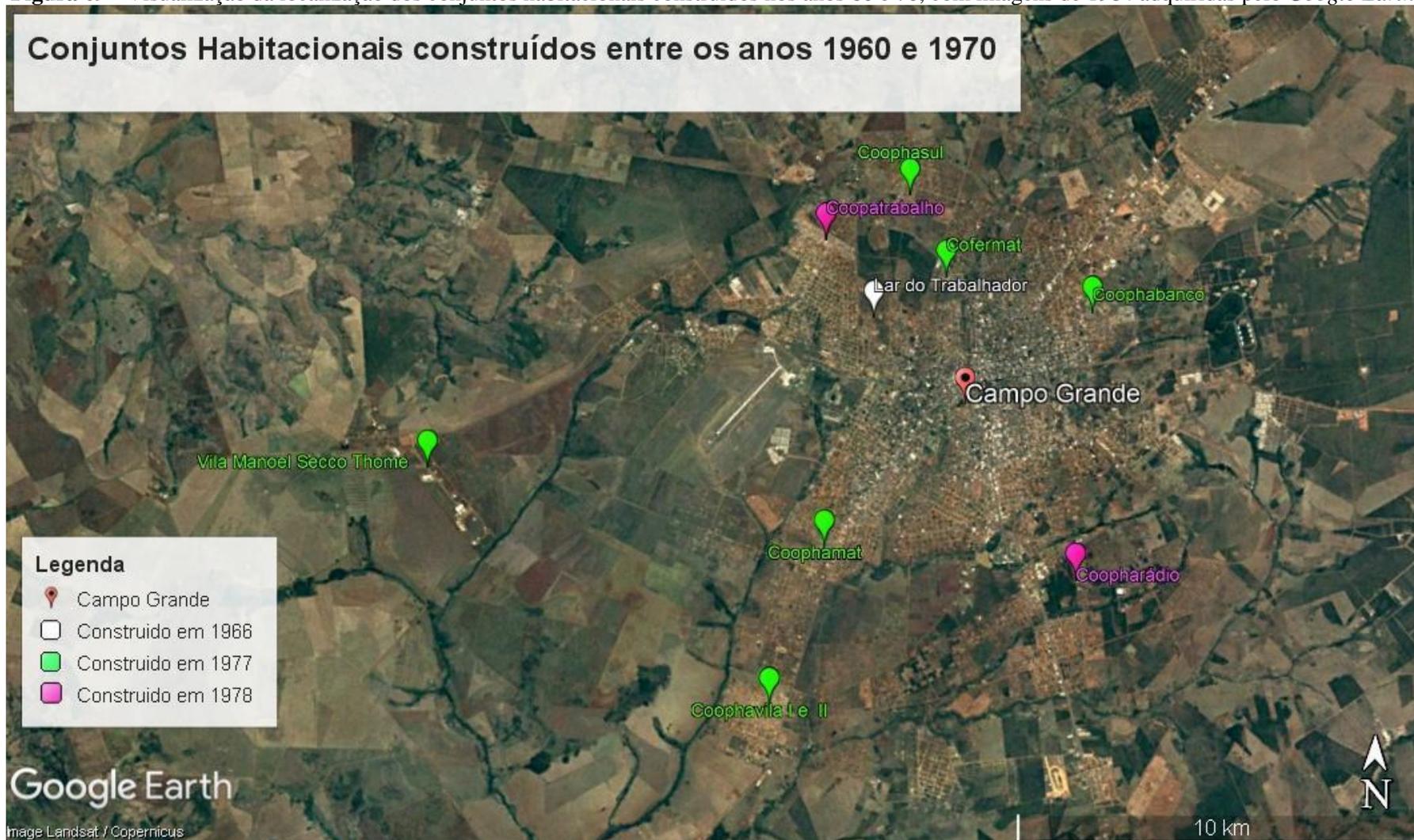
CONJUNTOS HABITACIONAIS EM CAMPO GRANDE – MS			
Década da construção	Ano de entrega	Conjuntos Habitacionais	Localização (sub-região)
1960-1969		Lar do Trabalhador	Imbirussu
1970-1979	1977	Coophabanco,	Prosa
		Coophamat, Coophavila	Lagoa
		Cofermat,	Centro
		Coophasul;	Segredo
		Vila Manoel Secco Thomé.	Imbirussu
	1978	Coopatrabalho,	Imbirussu
		Coopharádio.	Bandeira
1980-1989	1981	Moreninhas	Bandeiras
	1982	Estrela do Sul	Segredo
		Panamá	Imbirussu

	1988	José Abrão	Segredo
	1989	Aero Rancho	Anhanduizinho
1990-1999	1993	Jardim Ouro Verde	Lagoa
	1997	Jardim Estrela Dalva I – II – III	Prosa
	1998	Jardim das Hortências I – II – III, Jardim Aero Rancho IV	Anhanduizinho
	1998	Nascente do Segredo, Jardim Talismã	Segredo
	1999	Ana Maria do Couto	Imbirussu
	1999	Arnaldo Estevão de Figueiredo	Bandeira
2000-2009	2009	Albino Coimbra 1 e 2	Anhanduizinho
		Nova Serrana	Prosa
	2011	Residencial Fernanda 1 e 5, Residencial Fernanda	Bandeira
	2012	Rui Pimentel	Anhanduizinho
		Sebastião Melo	Anhanduizinho
		Ramez Tabet	Anhanduizinho

2010-2019		Varandas do Campo	Anhanduizinho
		Condomínio Atílio Toniazzo	Segredo
	2014	Leonel Brizola	lagoa
		Reinaldo Busaneli 1 e 2	Anhanduizinho
		José de Alencar 1 e 2	Anhanduizinho
		Zenóbio dos Santos	Anhanduizinho
		Loteamento José Maksoud	Bandeira
		Residencial Nelson Trad	Imbirussu
		Ari Abussafi e Gregório Corrêa	Segredo
	2015	Residencial Celina Jalad 1 a 8	Lagoa
2017	Jardim Canguru	Anhanduizinho	
2020-2022	2021	Jornalista Arnaldo Tibano	Anhanduizinho

Fonte: Autor (2023) .Org. Autor 2023

Figura 09 - Visualização da localização dos conjuntos habitacionais construídos nos anos 60 e 70, com imagens de 1984 adquiridas pelo *Google Earth*.



Fonte: Google Earth (2023). Org. Autor 2023

Figura 10 - Visualização da localização dos primeiros conjuntos habitacionais construídos nos anos 80, após Campo Grande/MS se torna a capital do Mato Grosso do Sul, com imagens de 1984 adquiridas pelo *Google Earth*.



Fonte: Google Earth (2023). Org. Autor 2023.

O Quadro 04 revela um cenário em que, após a ascensão de Campo Grande à posição de capital do Mato Grosso do Sul, uma série de conjuntos habitacionais emergiu através de esforços conjuntos do governo federal, estadual e municipal. Esses empreendimentos, notadamente na sub-região do Anhanduizinho, somaram um total de 15 conjuntos habitacionais. Muitos destes, ilustrados nas Figuras 01, 02 e 03, situaram-se nos arredores da cidade.

Essa evolução urbana, no entanto, exibiu traços de priorização dos interesses de uma minoria mais abastada em termos financeiros e sociais. Infelizmente, tal progresso não foi acompanhado pelo devido zelo ambiental. Exemplificadamente, pode-se apontar a supressão de vegetação ciliar em torno dos cursos d'água para dar lugar a vias de tráfego, visível nas Figuras 11 e 12, além das ocupações irregulares destinadas à construção de moradias, evidenciadas na Figura 13.

Figura 11 - Trecho da Avenida Ernesto Geisel à beira do Córrego Anhanduí, Campo Grande – MS.



Fonte: Dados Secundários (levantamento fotográfico feito pelo jornal midiático Correio do Estado) 2023 ORG. o autor (2023)

Figura 12 - Trecho da Rua Joaquim Murтинho a beira do Córrego Prosa, Campo Grande -MS.



Fonte: Dados Secundários (levantamento fotográfico feito pelo jornal midiático Campo Grande News) 2023 ORG. o autor (2023)

Figura 13 - Descarte inadequado de resíduos na área de ocupação irregular (comunidade Mandela), situada às margens do córrego Segredo, Campo Grande – MS.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Nesse contexto, Arruda (2016, p. 7) coloca que:

A partir da década de 1970, a cidade recebeu contingentes populacionais em função de sua futura condição de capital de Mato Grosso do Sul em 1979 e, com isso, acelerou-se a urbanização descontrolada e os limites do perímetro foram sendo ampliados e os parcelamentos novos surgindo, disputando espaço com os conjuntos habitacionais públicos e com as ocupações irregulares em curso. Resultado, ao fim da década, a cidade teve quase 200 favelas, mais de 10 mil novas casas construídas e uns 120 mil lotes vazios ao fim dos anos 1990.

A partir desse momento, precisamente no ano de 1984, a capital sul mato-grossense, começou a realizar programas para conter o processo de surgimento de favelas. Um deles foi o Programa de Regularização e Assentamento de Favelas (PRAF), instituído pela Lei Municipal n.º 2.223/84 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.112/84, que se constitui instrumento básico para as intervenções urbanísticas em áreas de ocupação irregular na cidade.

Mesmo com Decreto, em muitos casos o problema de ocupação não foi resolvido. Segundo Arruda (2016), o crescimento desordenado⁵ provocado pelas demandas socioeconômicas trouxe vários problemas decorrentes da expansão do perímetro urbano e a criação de Conjuntos Habitacionais da Companhia de Habitação Popular - COHAB, construídos em espaços distantes do centro.

Apesar disso, Arruda (2012) aponta que, além da desorganização na localização dos conjuntos habitacionais afastados do centro urbano, os moradores também enfrentavam a ausência de infraestrutura básica e de serviços sociais, como escolas, postos de saúde, delegacias, entre outros. Isso não apenas dificultava a resolução do problema habitacional, mas também criava mais desafios para a administração municipal, que precisava investir em transporte público, pavimentação e outras necessidades, ao mesmo tempo, em que afastava a população de áreas próximas a oportunidades de emprego.

Em relação às "Zonas Verdes", Arruda (2012, p. 78), explica:

[...] houve inversão de resultados pretendidos com a legislação, por inadequação dos instrumentos acionados com a lei (atividade pública para a desapropriação das faixas). Isso deu origem, quando realizado, a invasões por favelas das áreas das faixas tornadas públicas, ocorrendo, também, em áreas em que a faixa considerada *non aedificandi* (para não construir) foi incluída em parcelamentos como área

⁵ Esse crescimento é utilizado por Arruda (2016) na sua obra "Os vazios urbanos na cidade de Campo Grande", que atende as demandas do capital imobiliário da cidade ao nível de especulação imobiliária.

verde (“sistema de lazer”), de caráter público. Por outro lado, a identificação e o enquadramento dessas áreas deixaram de lado trechos de cursos de água significativos que mereceriam proteção/preservação; também, a ausência de organização das áreas como parques lineares ou equivalentes contribuiu para essa situação; igualmente, a caracterização das mesmas áreas como zonas, conforme foi feita, repetia erros de conotar usos como zonas em prejuízo da eficácia da norma.

No entanto, a urbanização, que é um processo de desenvolvimento e crescimento das cidades, não apresentaria problemas em si se não fossem as diversas e complexas formas em que se manifesta (MENDONÇA, 2010).

4.2 LEVANTAMENTO DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DAS COMUNIDADES

Os resultados desta dissertação de mestrado demonstram que na cidade de Campo Grande, há uma grande parcela de conjuntos habitacionais e apartamentos do programa de moradia que foram construídos distantes dos grandes centros ou próximo às áreas verdes, córregos e áreas de proteção ambiental, sendo essas, terras de baixo valor imobiliário, e na medida que os poderes públicos foram realizando essas construções de casas populares foram surgindo grandes espaços vazios, propiciando, ocupações irregulares e loteamentos clandestinos, se tornado algo comum na configuração espacial da cidade, levando ao surgimento de várias comunidades.

Nesse sentido, Arruda (2016) elucida que os inúmeros córregos que cortam a cidade de Campo Grande são alvos fáceis para ocupações irregulares da população que não possui imóvel para habitar, acarretando problemas ambientais e sanitários.

Para Queiroz (2012), esse processo de transformação e configuração da questão habitacional na referida cidade, muitas vezes se deu a partir de ações de desfavelamento, realizadas por meio do remanejamento de moradores de áreas impróprias para o uso residencial, contudo os conjuntos habitacionais e conseqüentemente loteamento clandestino e ocupação irregular foram sendo construídos aos arredores do perímetro urbano da cidade.

Nesse viés, surgiram as comunidades da Vazão do Samambaia e Varandas do Campo, localizadas na região sul da cidade de Campo Grande.

4.2.1 Organização e ocupação da comunidade Vazão Do Samambaia.

A ocupação da área onde está localizada a comunidade Vazão Samambaia ocorreu no final de 2016 e no início de 2017, sete anos após as entregas das primeiras casas⁶ do Conjunto Habitacional Ramez Tebet. A figura 14 mostra a área antes da ocupação.

Figura 14 - Comunidade Vazão Samambaia em setembro/2016- anterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS.



Fonte: Adaptado do Google Earth (2023). Org. Autor 2022

A ocupação foi iniciada em dezembro de 2016 no antigo “Samambaia *Country Club*, que funcionou de 1980 a 2005”, próximo do conjunto habitacional Ramez Tebet. Segundo entrevista com o líder da comunidade, a ocupação da propriedade ocorreu porque alegaram ociosidade do terreno e que “servia de esconderijo de bandidos e desova de corpos”, dessa forma, reivindicam a posse da área para construção de suas residências. Após a aplicação do questionário foi constatado que os líderes comunitários se organizaram com base em informações de terceiros sobre a propriedade que se encontrava em situação de irregularidade dentro do perímetro urbano de Campo Grande.

⁶ Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 2009. Disponível em: <<https://al.ms.gov.br/Noticias/73153/prefeitura-e-governo-do-estado-inauguram-neste-sabado-residencial-ramez-tebet>>. Acessado em 19/09/2022

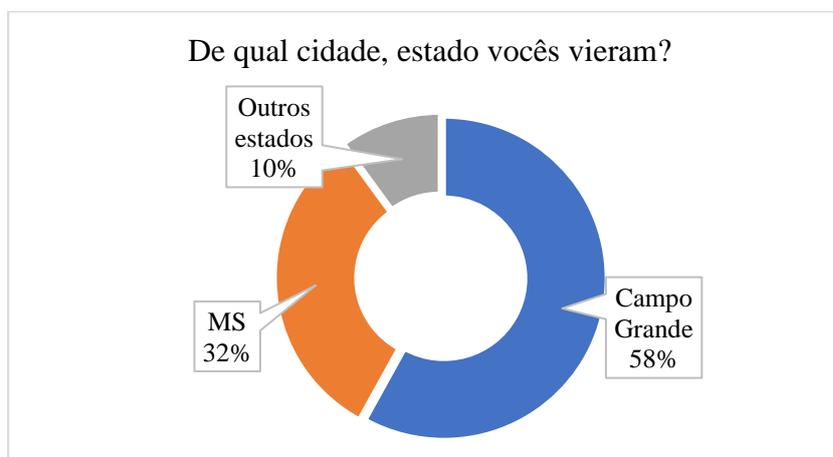
Ao receberem a informação que a propriedade estava ociosa, os líderes se mobilizaram entre 10 famílias e começaram a dividir em parcelas com tamanho de 12x30. Para garantir uma ocupação organizada, os líderes foram designados por rua para receber aqueles que chegavam e evitar a construção de barracos improvisados feitos de restos de materiais de construção e lonas.

Quando os ocupantes chegavam à comunidade, eles preenchiam uma ficha com suas informações e escolhiam um local vago para residir. Em seguida, recebiam orientações sobre as diretrizes e requisitos para poderem morar no local.

Ao questionar sobre a cidade de origem, constatou-se que 42% dos ocupantes não residiam em Campo Grande (gráfico 04), pois vieram de outras cidades do estado, como Ivinhema, Sidrolândia, Anastácio e Guia Lopes, e de outro estado (Bahia). Para acessar a área, os moradores demoraram entre 3 a 4 dias após receberem as informações para o processo de ocupação do local. Segundo relatos, as informações eram passadas por amigos, parentes e vizinhos, no entanto, aqueles que se deslocaram de outras cidades, receberam informações de familiares.

O gráfico 04 demonstra o local de origem dos moradores da comunidade Vazão Samambaia.

Gráfico 04 - Origem dos ocupantes da comunidade Vazão Samambaia – Campo Grande MS, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Decorrendo seis anos, a área ficou totalmente ocupada, conforme ilustra a figura 15.

Figura 15 - Comunidade Vazão Samambaia em outubro/2016- posterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS



Fonte: Adaptado de Google Earth (2023). Org. Autor 2023

4.2.2 Organização e ocupação da comunidade Varanda do Campo

Na comunidade Varanda do Campo o processo de ocupação começou no início de 2017, cinco anos após a entrega dos primeiros apartamentos da Homex. A figura 16 exhibe a área no final do ano de 2016, antes do processo de ocupação.

Figura 16 - Comunidade Varandas do Campo em setembro/2016- anterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS.



Fonte: Adaptado do Google Earth (2023). Org. Autor 2023

No entanto, entre os anos de 2011 e 2012 foram entregues os primeiros apartamentos do residencial Jardim Varandas do Campo, num total de quatro torres, mas no ano seguinte as obras foram paradas e a empresa decretou falência⁷, restando obras inacabadas e inúmeros terrenos baldios.

A figura 17 apresenta a área ocupada no ano de 09/2022, cinco anos após o processo de ocupação.

⁷ Correio do Estado 2018. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/homex-o-sonho-que-virou-pesadelo/334058>> Acessado em 19/09/2022

Figura 17 - Comunidade Varandas do Campo em outubro /2022- posterior ao processo de ocupação - Campo Grande MS



Fonte: Adaptado de Google Earth (2023). Org. Autor 2023

O processo de ocupação que deu origem à comunidade Varanda do Campo se desdobrou em três distintos períodos, cada um representando uma faceta singular da busca por moradia e adaptação ao ambiente, assim sendo:

- A - Primeiro com as ocupações de construções inacabadas,
- B - Segundo em terrenos abandonados (baldios);
- C- Terceiro ocorreu com a ocupação (loteamento clandestino) da área verde.

As figuras 18 e 19 demonstram os locais de ocupação da antiga Construtora Homex.:
 A) Vista aérea obtida por meio de uma reportagem de um jornal midiático de Campo Grande, no círculo tracejado em vermelho, observa-se a ocupação sobre as construções inacabadas;
 B) Vista aérea obtida por meio de uma reportagem de um jornal midiático de Campo Grande, observa-se, as ocupações dos terrenos que pertencia à construtora Homex; C) Ocupações (loteamentos clandestinos) das áreas verdes, onde os moradores removeram uma porção da área verde para construir suas moradias, utilizando materiais como rejeitos da construção civil, latas, papelões, restos de madeira e compensados reaproveitados. É importante observar que os "lotes" estão delimitados pelo tamanho das casas.

Figura 18 - Ocupação dos apartamentos inacabados (A) e ocupações terrenos baldios (B) na comunidade Varandas do Campo - Campo Grande MS, no ano de 2023.



Fonte: Dados Secundários (levantamento fotográfico feito pela TV Morena) 2023
ORG. o autor (2023)

Ocupação sobre as Construções Inacabadas: Na imagem (A), podemos observar o fenômeno da ocupação sobre as construções inacabadas. Esse período inicial reflete a resposta dos moradores à escassez de moradias formais, onde edifícios abandonados ou inacabados foram reaproveitados como espaços habitacionais. Essa abordagem adaptativa permitiu que a comunidade estabelecesse uma presença e criasse lares nas estruturas existentes, revelando a resiliência e a criatividade dos residentes em face das limitações.

Ocupações dos Terrenos da Construtora Homex: A imagem (B) captura o segundo período, marcado pelas ocupações dos terrenos anteriormente pertencentes à construtora Homex. Nesse estágio, os moradores buscaram uma solução proativa para a demanda por moradias, ao ocupar espaços vazios e não utilizados. Essa ação reflete a luta por direitos à

terra e habitação, demonstrando a determinação da comunidade em estabelecer um lar, mesmo em condições desafiadoras.

Figura 19 - Ocupações (loteamento clandestino) da área verde (C) na comunidade Varandas do Campo - Campo Grande MS, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

Ocupações de Áreas Verdes (Loteamentos Clandestinos): A terceira imagem, (C), revela o terceiro período, caracterizado pelas ocupações de áreas verdes por meio de loteamentos clandestinos. Aqui, os moradores tomaram a iniciativa de transformar parcelas de áreas naturais em moradias, utilizando materiais reciclados e rejeitos da construção civil, como latas, papelões, restos de madeira e compensados. Essa prática exemplifica a capacidade de adaptação da comunidade, ao mesmo tempo em que ilustra as dificuldades enfrentadas pelas populações carentes na busca por um espaço habitável.

Em cada período, as imagens representam momentos-chave no desenvolvimento da comunidade Varanda do Campo, refletindo diferentes estratégias para a obtenção de moradia.

Segundo relatos do líder da comunidade, todos que ocuparam a área abandonada pela Construtora Homex são trabalhadores inscritos nos programas habitacionais do Estado, sendo que os mesmos relatam que estão na fila há mais de dez anos, que se dizem cansados de esperar, pois estavam vivendo de aluguel, desempregados e muitas vezes tinham que escolher entre comer, beber ou pagar aluguel.

Assim, como ocorreu na Vazão Samambaia, os líderes se organizaram a partir de informações de que as propriedades que se encontravam em situação de irregularidade e

após identificarem que a empresa abandonou as obras, começaram a ocupar os apartamentos inacabados.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur), em 2013 a empresa mexicana abandonou a obra de construção das moradias, que começou a ser erguida em 2011, que devido às dificuldades financeiras encerraram as construções dos apartamentos. A figura 20 ilustra os três momentos distintos de ocupações irregulares e loteamentos clandestinos da comunidade de Varandas do Campo.

Figura 20 - Comunidade Varandas do Campo em três processos de ocupação - Campo Grande MS.

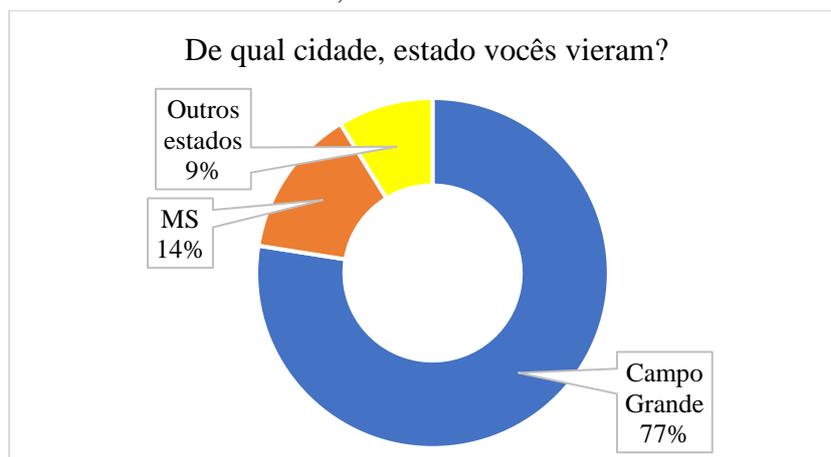


Fonte: Adaptado de Google Earth (2023). Org. Autor 2023

Em relação às cidades de origem dos moradores que ocupam o local, 77,5% já residiam em Campo Grande (gráfico 05), enquanto 13,75% vieram de outras cidades do Mato Grosso do Sul e 8,75% são oriundos de outros estados, como a Bahia, Alagoas e Goiás. Ao questionar como descobriram essas áreas, alguns moradores relataram que se deslocaram para Campo Grande para ajudar pais e irmãos e decidiram construir um barraco e residir no local. No entanto, para a população que já residia na cidade, o tempo de ocupação foi em torno de 1 a 2 dias, após receber as informações provenientes de amigos, parentes e vizinhos.

O gráfico 05 retrata o local de origem dos moradores da comunidade Varandas do Campo.

Gráfico 05 - Origem dos ocupantes da comunidade Varandas do Campo - Campo Grande MS, no ano de 2023..



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

4.3 A INFRAESTRUTURA URBANA NAS COMUNIDADES

Para a investigação dos desafios fundamentais de infraestrutura nas áreas selecionadas para este estudo, foram avaliadas tanto a localização quanto o processo de formação desses espaços. Em virtude de sua classificação como "áreas privadas", não há provisionamento adequado de infraestrutura por parte das autoridades públicas.

Isto resulta em uma série de adversidades que afligem essas comunidades, como a carência de serviços básicos de saneamento, distribuição eficiente de energia elétrica, fornecimento de água potável e instalação de iluminação pública, entre outros aspectos.

As edificações físicas presentes nas comunidades apresentam condições precárias, além disso, muitas vias, construídas pelos próprios residentes, são prejudicadas por enxurradas e buracos, causando acúmulo de água, assim em determinados períodos do ano, tais condições dificultam o trânsito, uma vez que as enxurradas comprometem a circulação de veículos e pedestres.

4.3.1 Infraestrutura urbana na comunidade Vazão Samambaia

Na comunidade Vazão Samambaia um dos problemas ocorre na principal via de acesso, a rua Fidélis Backer (figura 21), pois no período de chuva formam-se enxurradas e alagamentos, suscitando um grande transtorno para comunidade já que os bairros vizinhos

por não ter galeria pluvial, principalmente no Conjunto Habitacional Ramez Tebet (conjunto habitacional vizinho), toda água da chuva escoar para a via, e por não ser pavimentada e nem ter estrutura de drenagem, acaba dificultando o único acesso dos moradores a comunidade, muitas vezes deixando-os isolados como pode-se observar na figura 22.

Figura 21 - Localização da Rua Fidélis Backer, acesso ao conjunto Habitacional Ramez Tebet Campo Grande - MS



Fonte: Adaptado de Google Earth (2023). Org. Autor 2023

Figura 22 - Enxurradas na rua Fidélis Backer na comunidade Vazão Samambaia.



Fonte: Dados Secundários (levantamento fotográfico feito pelos moradores) 2023

ORG. o autor (2023).

Todavia, em uma visita à rua logo após as chuvas, pode-se observar que no local são encontrados notáveis pontos de acúmulo de água, além de ocorrências de alagamentos nas residências. Outro transtorno decorrente das chuvas (figura 23), é o acúmulo de resíduos transportados pelas enxurradas e vazamento de esgoto, que fica “a céu aberto” e escoam para o córrego Lajeado (figura 24). Segundo relatos, a empresa responsável demora meses para reparar os danos.

Figura 23 - Acúmulo de resíduos na rua Fidélis Backer após as chuvas na comunidade Vazão Samambaia - Campo Grande MS, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

Os danos mostrados na figura 23 referem-se a problemas ambientais e de infraestrutura causados pelo acúmulo de resíduos arrastados pelas enxurradas.

Durante chuvas intensas, a água das precipitações arrasta consigo detritos, lixo e resíduos que se encontram nas ruas da comunidade. Esses resíduos são transportados pela força das enxurradas até a rua Fidelis Backer e podem acumular-se em pontos baixos da via, criando obstruções nos sistemas de drenagem e provocando o entupimento de canais de escoamento. O acúmulo desses resíduos pode causar inundações, impedindo o fluxo adequado da água e expondo a comunidade a riscos de saúde e segurança.

Figura 24 - Vazamento de esgoto na rua Fidélis Backer - Campo Grande MS, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023

ORG. o autor (2023)

Os danos mostrados na figura 24 referem-se a problemas relativos a vazamento de esgoto, ocorrido durante o período de chuva, que escoam diretamente para o córrego Lajeado. O vazamento de esgoto "a céu aberto" ocorre quando os sistemas de esgoto ficam comprometidos ou sobrecarregados durante períodos de chuva intensa. Além de causar poluição visual e odor desagradável, o vazamento de esgoto a céu aberto representa uma grave ameaça à saúde pública, uma vez que pode contaminar o solo, a água superficial e os corpos d'água próximos (córrego Lajeado). Os poluentes carregados pela água podem afetar a qualidade da água, prejudicando a vida aquática e impactando negativamente os ecossistemas aquáticos e terrestres ao longo do córrego. A demora relatada na reparação dos danos pela empresa responsável contribui para a persistência desses problemas ambientais e de infraestrutura. O atraso na solução dos vazamentos de esgoto e na remoção dos resíduos agrava os impactos negativos sobre a comunidade, perpetuando condições insalubres e potencialmente aumentando a exposição a riscos à saúde.

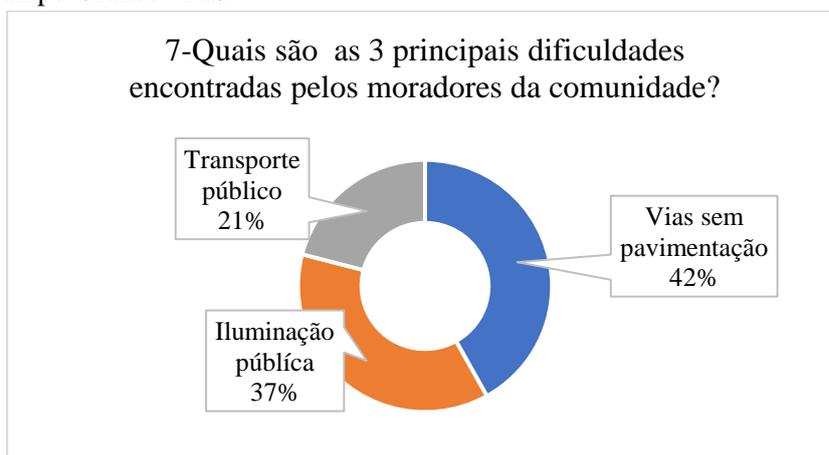
Após levantamento e tratamento de dados, foram constatados os principais problemas de infraestrutura da comunidade.

As principais dificuldades relatadas pelos moradores (conforme evidenciado no gráfico 06) residem nas ruas sem pavimentação, na ausência de iluminação adequada e na falta de transporte coletivo eficiente. A voz do líder comunitário ecoa as demandas dos residentes, que reivindicam, no mínimo, a pavimentação da rua Fidel Backer.

O cenário é ilustrado de forma contundente pelas figuras 25, onde se percebe o acúmulo de lama e água nas vias da comunidade. Agravando a situação, a distância para acessar o transporte coletivo prejudica os deslocamentos para o trabalho e a locomoção interna, uma vez que a sensação de insegurança noturna é exacerbada devido à carência de iluminação pública. Estes exemplos palpáveis reforçam a persistente face da injustiça socioambiental, onde condições precárias de infraestrutura e serviços básicos geram uma disparidade significativa na qualidade de vida e oportunidades para os habitantes desta comunidade.

O gráfico 06 mostra as principais dificuldades relatadas pelos moradores.

Gráfico 06 - Principais dificuldades encontradas pelos moradores na comunidade Vazão Samambaia Campo Grande - MS.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionários) 2023
ORG. o autor (2023)

A figura 25 mostra o acúmulo de lama e água nas vias da comunidade.

Figura 25 - Via de circulação na comunidade Vazão Samambaia após as chuvas, com acúmulo de lama, no ano de 2023.



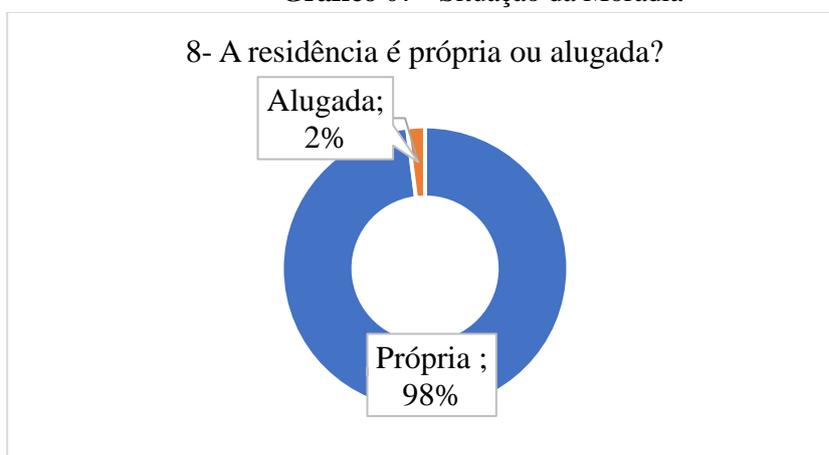
Fonte : Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

Com base na representação evidenciada na figura 25, a conspicuamente perceptível acumulação de lama e água nas vias da comunidade Vazão Samambaia evidencia de maneira expressiva os desafios inerentes que essa comunidade enfrenta, constituindo uma visível manifestação de injustiça socioambiental. A figura destaca a realidade das vias frequentemente suscetíveis a inundações, nas quais se depositam sedimentos e água, gerando entraves à mobilidade e impondo perturbações nas atividades cotidianas dos residentes. Essa conjuntura ressalta de maneira ineludível a imediata necessidade de intervenções voltadas ao aperfeiçoamento da infraestrutura de drenagem e à atenuação dos efeitos das precipitações, com o propósito de proporcionar condições mais seguras e salutaras para todos os habitantes da localidade.

Ao questionar a situação dos imóveis, 98% (gráfico 07) responderam ser residência própria, pois são os primeiros moradores, ou seja, está no local desde o início da ocupação. Devido ao processo de organização, na comunidade não há casas construídas de lonas e

rejeitos de materiais de construção civil, usa-se apenas tijolos, como demonstra a figura 26, porém, devido às condições financeiras as moradias estão inacabadas e a maioria não são muradas.

Gráfico 07 - Situação da Moradia



Fonte: Pesquisa de Campo (questionários) 2023
ORG. o autor (2023)

A figura 26 exibe o modelo de moradias na comunidade.

Figura 26 - Tipologia das Moradias, presentes na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.

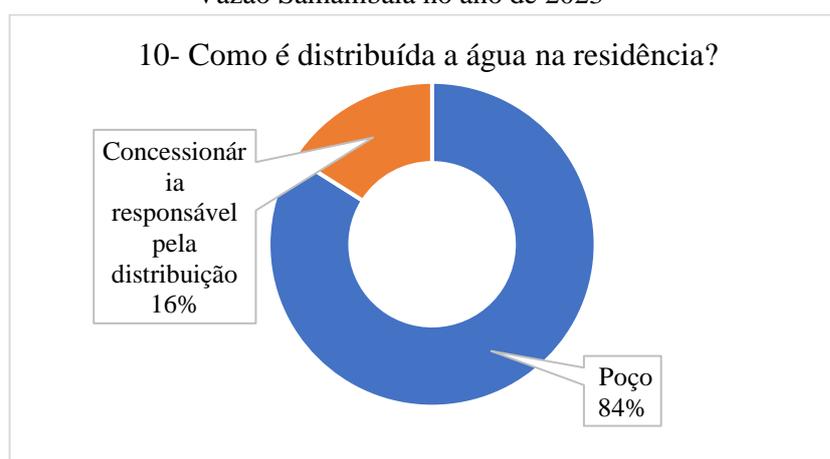


Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

Ao serem questionados sobre a origem da água que consomem, os moradores relataram que a concessionária só disponibilizou o fornecimento para residências localizadas na rua Fidélis Backer e na Avenida Cafezais. Dessa forma, os moradores situados mais distantes da rua e da avenida citadas (84% dos domicílios, gráfico 08) consomem água advinda de poços semi artesianos. Vale frisar que mesmo aqueles que recebem o fornecimento de água da empresa responsável acabam por construir seus poços, isso é devido à constância da falta de água no período vespertino.

O gráfico 08 apresenta a procedência da água ingerida pelos moradores.

Gráfico 08 - Origem da água consumida pelos moradores das residências, na comunidade Vazão Samambaia no ano de 2023



Fonte: Pesquisa de Campo (questionários) 2023
ORG. o autor (2023)

4.3.2 Infraestrutura urbana na comunidade Varandas do Campo em Campo Grande – MS.

As fotografias capturadas na comunidade Varandas do Campo revelam um grande número de locais de descarte impróprio de resíduos sólidos nas vias e em terrenos desocupados. Estes pontos de descarte não só acumulam resíduos sólidos como também atraem diferentes tipos de detritos, incluindo restos de poda de árvores, resíduos domésticos e materiais orgânicos. Este último, em particular, acelera o processo de deterioração do ambiente local (veja figura 28).

A figura 27 ilustra um círculo vermelho pontilhado em torno de resíduos de poda de árvores descartados em uma das principais rotas de acesso à comunidade, a Rua Maria de

Lourdes Vieira de Matos. Infelizmente, este é apenas um dos muitos exemplos de como o descarte inadequado de resíduos está prejudicando o meio ambiente local.

Portanto, é essencial que medidas adequadas sejam tomadas para lidar com esse problema crescente e garantir a preservação das condições ambientais da comunidade. Este é um apelo para a conscientização e ação coletiva, a fim de melhorar a gestão de resíduos na comunidade Varandas do Campo.

Figura 27 - Poda de árvore descartado nas margens da Rua Maria de Lourdes Vieira de Matos, na comunidade Varandas do Campo no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

A figura 28 delinea locais de disposição inadequada de resíduos sólidos em vias públicas e terrenos não ocupados, apresentando a seguinte classificação:

- A - Evidência de resíduos sendo incinerados em vias públicas,
- B - Acúmulo de resíduos em imediações de terrenos desocupados;
- C - Disposição de resíduos em terrenos não ocupados.

Figura 28 - Presença de Descartes de Resíduos Sólidos nas Vias da comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Segundo informações dos moradores esses descartes acontecem no período noturno, por ser afastado e devido à falta de iluminação pública, são despejados continuamente material orgânico e rejeitos, sendo que isso virou rotina na comunidade, e que por ser uma área de ocupação os órgãos públicos não mantêm a limpeza das vias (figura 29).

A figura 29 ilustra algumas das vias sem manutenção e limpeza.

Figura 29 - Vias sem manutenção e limpeza na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.



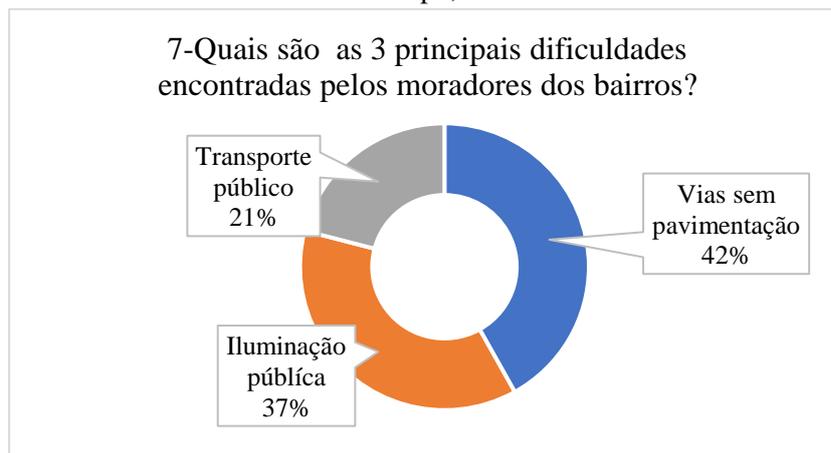
Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023).

Vale ressaltar que esses descartes não ocorrem apenas por parte da população de fora da comunidade, como observado nas figuras 28 (essas figuras apresentam a queima de resíduos, ato comum de parte dos moradores da comunidade).

A referida prática resulta em um incômodo visual significativo e atrai diversos animais, como cães, gatos e roedores, que procuram alimento nesses locais, aumentando o risco de disseminação de doenças entre a população, conforme apontado por Silva e Liporone (2011). Além disso, essa prática contribui para a poluição do ar, o que pode levar ao surgimento de problemas respiratórios.

Com base nos questionários, foi constatado a partir do gráfico 09 as três principais dificuldades encontradas pelos moradores, que além da moradia, da iluminação pública e do descarte de resíduos, também foi relatado, a falta de trabalho, de transporte público e de coleta de lixo.

Gráfico 09 - Principais dificuldades encontradas pelos moradores da comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023

ORG. o autor (2023).

Os moradores argumentam que a falta desses serviços básicos são motivo de insatisfação. Tal situação se revela nas palavras de um morador entrevistado:

“Na época seca sobe uma poeira imensa quando o vento bate, sujando as casas e prejudicando a saúde de quem mora por perto, e na época da chuva as ruas se transformam em córrego não deixando a gente trabalhar entra e sai gestão, e ninguém faz nada.”

Um das exigências relatadas pelos moradores ao líder da comunidade é a ausência de manutenção das vias José Pedrossian na porção localizado próximo ao loteamento clandestino da área verde (com obras de cascalhamento e galeria pluvial) e da rua Maria Lourdes Vieira de Matos, que apresenta alguns trechos já pavimentados.

A figura 30 mostra as principais vias para manutenção exigidos pelos moradores no ano de 2023.

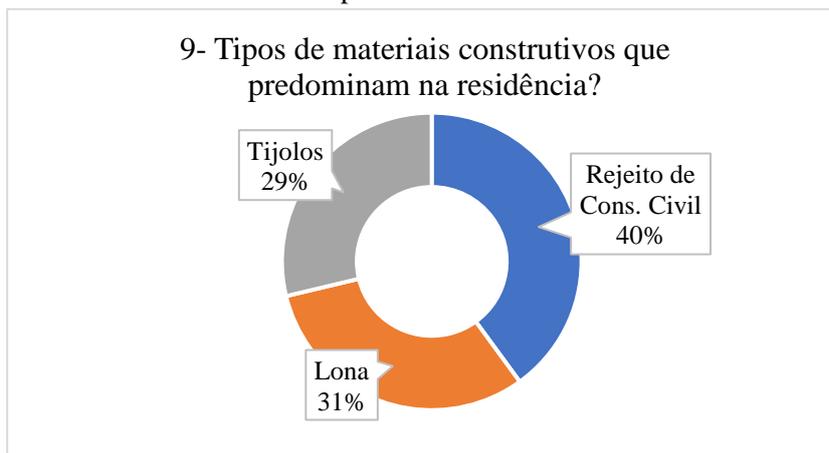
Figura 30 – Conforme os depoimentos dos residentes em 2023, as vias de maior destaque para manutenção na comunidade Varandas do Campo.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2023). Org. Autor 2023

Por meio da aplicação de questionários, podemos observar que 71% dos entrevistados vivem em condições subumanas e residem em residências precárias (barracos), que foram construídos com rejeitos da construção civil (latas, papelões, restos de madeiras e compensados reutilizados), figura 31 e lonas na figura 32 e gráfico 10.

Gráfico 10 - Material de construção utilizado nas residências da comunidade Varandas do Campo no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

A tipologia das moradias pode ser visualizada nas figuras 31 e 32, que exibem habitações construídas utilizando rejeitos da construção civil e lonas.

Figura 31 - Casa construída utilizando materiais de construção rejeitados na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

Figura 32 -Tipologia de Residências, construídas com lona - Comunidade Varandas do Campo, 2023.



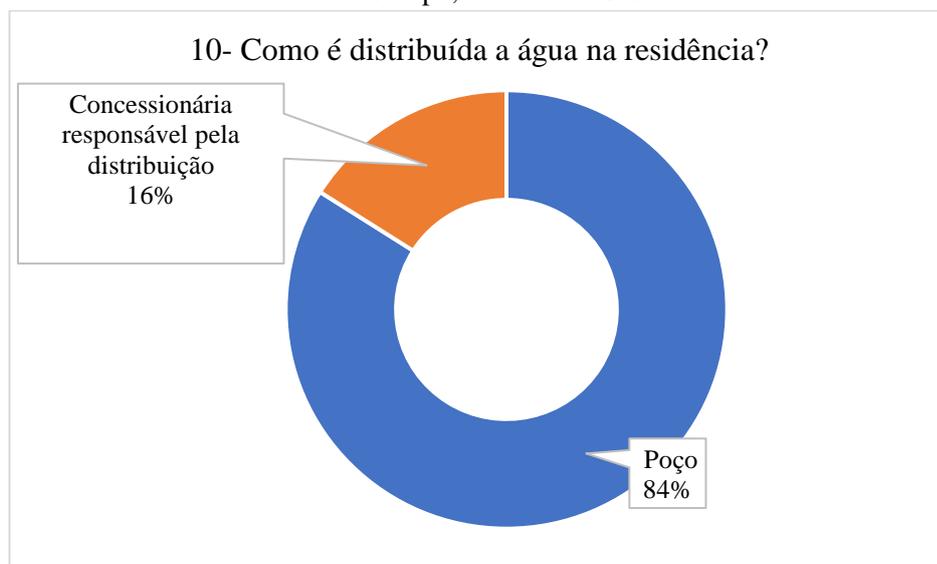
Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023).

Por ser uma área clandestina, a empresa de abastecimento de água disponibiliza esse recurso para uma pequena parcela de moradores do Varandas do Campo, a maioria dos residentes são obrigados a construírem poços ou realizarem ligações clandestinas. Segundo moradores, eles se organizaram em pequenos grupos e constroem poços nos barracos.

O gráfico 11 mostra que 59% dos moradores consomem água advinda de poços semi artesianos, assim como na comunidade Vazão Samambaia somente as residências próximas ao conjunto habitacional/ condomínio tem benefício do abastecimento.

O gráfico 11 apresenta a procedência da água ingerida pelos moradores

Gráfico 11 - Origem da água consumida pelos moradores das residências na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Segundo relato dos moradores, alguns membros da comunidade se organizaram e realizaram ligações clandestinas de água para as residências mais afastadas, mas devido à declividade do terreno, leva o dia todo para acumular água nos reservatórios. A figura 33 demonstra a dificuldade para poder armazenar água, sendo necessário escavar para deixar o reservatório no nível da superfície. Essas ligações improvisadas são efetuadas com tubulações reutilizadas, evidenciando uma situação de injustiça socioambiental, onde os moradores se veem obrigados a recorrer a soluções precárias devido à falta de acesso equitativo a serviços básicos, como o abastecimento de água. Além disso, a reutilização de tubulações e os vazamentos resultantes amplificam os impactos negativos na qualidade de vida e no meio ambiente local.

Figura 33 - Locais de armazenada de água residências na comunidade Varandas do Campo, 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

4.4 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS

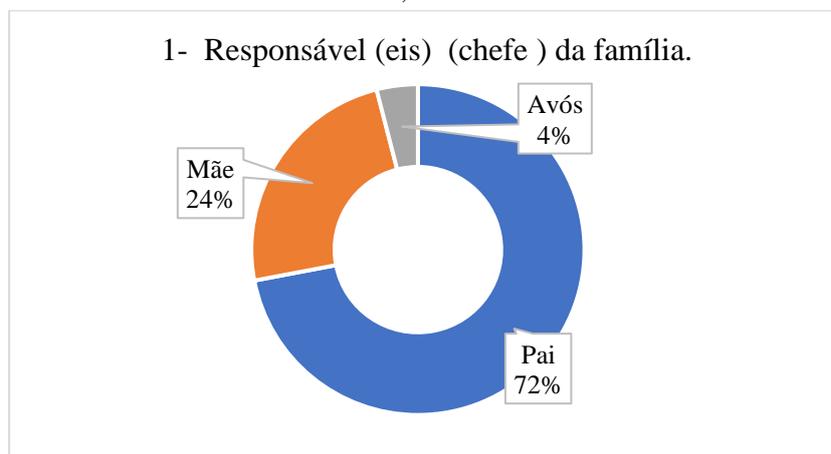
A pesquisa constatou que a falta de emprego é uma realidade comum entre os moradores das comunidades, sendo que uma porcentagem significativa deles trabalha de forma informal, dependendo de diárias e/ou auxílios disponibilizados pelo governo federal para sua subsistência.

4.4.1 Características socioeconômicas da comunidade Vazão Samambaia

Os dados mostram a distribuição da chefia das famílias, sendo elas organizadas entre pais, mães e avós. Através do gráfico 12 foi identificado que 24% das famílias são chefiadas por mães (mulheres), sendo elas solteiras, separadas ou viúvas. O gráfico 13 mostra que o número médio é de 3 a 4 pessoas por domicílio, totalizando 42%.

O gráfico 12 exibe a distribuição dos chefes de família.

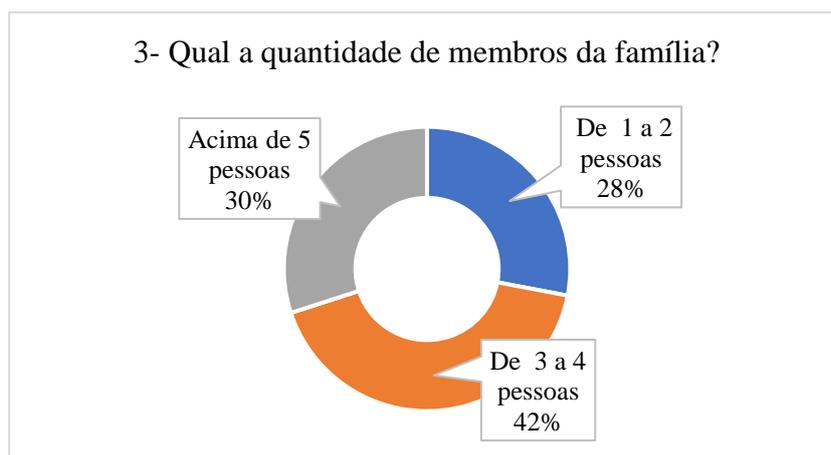
Gráfico 12 - Responsáveis (chefes) de família residências na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

O gráfico 13 mostra a distribuição de pessoas nas famílias.

Gráfico 13 - Número de pessoas por domicílios na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.

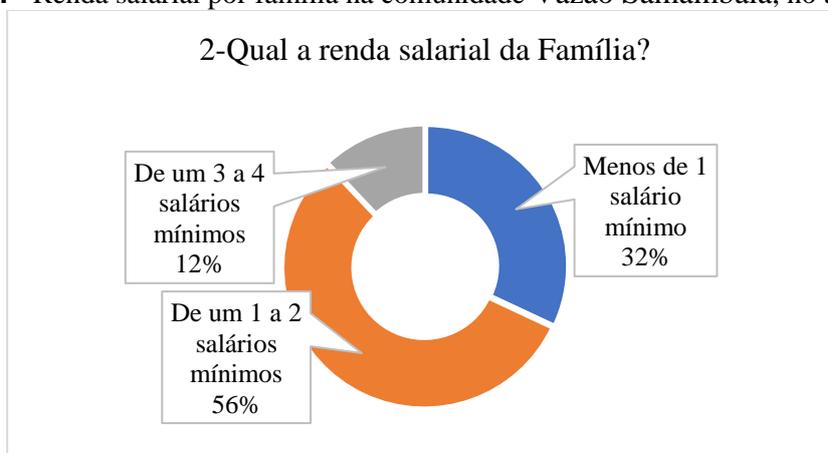


Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Por meio das análises (gráfico 14) foi constatado que 56% dos moradores sobrevivem com até um salário mínimo e 32% com menos de um salário mínimo, haja vista que muitos moradores que vivem com menos de um salário dependem de *freelance* e diária para limpar quintais.

O gráfico 14 expõe dados sobre a situação econômica entre os entrevistados, a partir da renda salarial por família.

Gráfico 14 - Renda salarial por família na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.



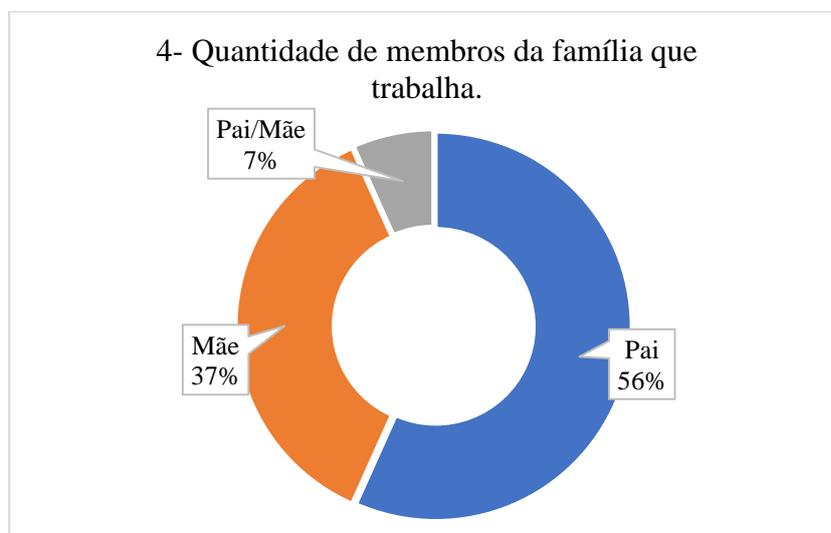
Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Entre os membros das famílias, apenas 60% estão inseridos no mercado de trabalho (gráfico 13), constituído por 56% de pais e 37% de mães (gráfico 12). Atualmente, 36% dos moradores encontram-se em situação de desemprego, vivendo por meio de doações de amigos, parentes e ONGs, segundo relatos, alguns moradores estão há mais de 01 (um) ano sem trabalhar.

Conforme apontado por Bento (2010), quanto mais tempo uma pessoa permanecer desempregada, maior será sua propensão à exclusão social. Além disso, mesmo quando empregada, a vulnerabilidade aos baixos salários torna o indivíduo suscetível à exclusão, como destacado pelo mesmo autor, já Silva, Lira e Lima, (2004), argumentam que uma boa renda da família pode estar diretamente interligada com o bem-estar. Contudo, entre os que estão trabalhando, apenas 34% (gráfico 14) possuem carteira de trabalho assinada. Entre os que trabalham sem carteira assinada estão mulheres (solteiras, separadas ou viúvas), que trabalham por meio de diárias em casas de família. Nos períodos de férias escolares, deixam seus filhos sozinhos em casa, casas de vizinhos ou familiares. Observou-se também que uma grande maioria dessas trabalhadoras são beneficiadas pelo Auxílio Brasil.

O gráfico 15 apresenta os chefes de família no mercado de trabalho.

Gráfico 15 - Membros da família que trabalham na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

O gráfico 16 exibe informações sobre a situação dos moradores e o mercado de trabalho.

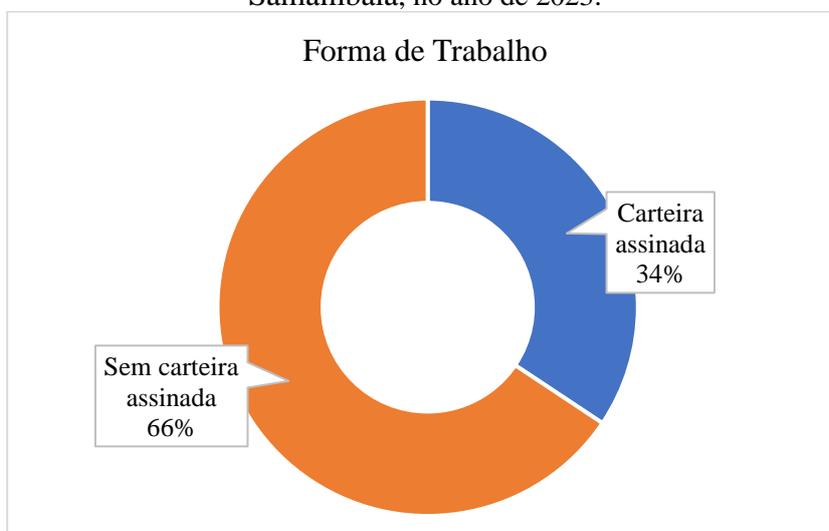
Gráfico 16 - Moradores no mercado de trabalho na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

O gráfico 17 mostra a situação dos moradores que estão inseridos no mercado de trabalho.

Gráfico 17 - Moradores que estão inseridos no mercado de trabalho na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.

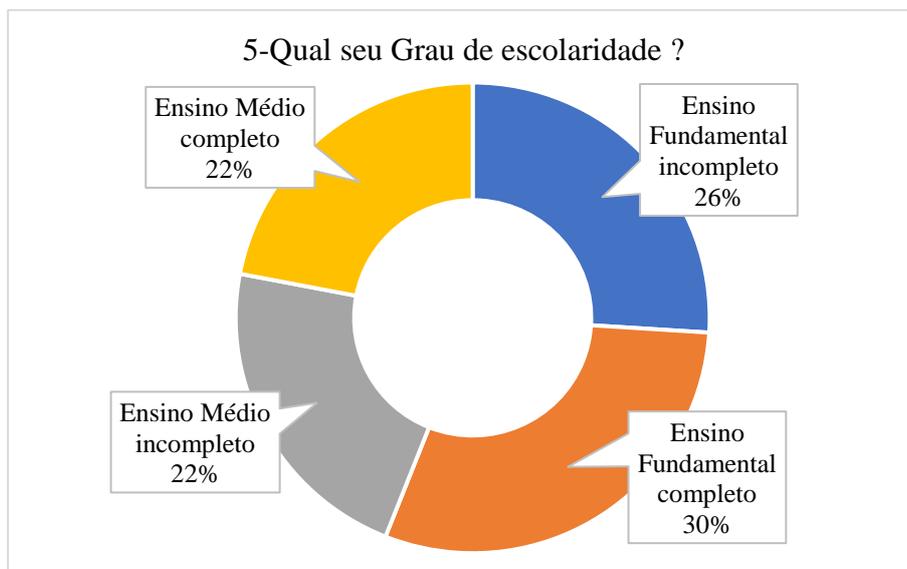


Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Sobre o grau de escolaridade, o gráfico 18 expõe que apenas 22% dos residentes da comunidade terminaram o ensino médio, porém, um pequeno número deles dispõe de curso técnico, tendo também aqueles moradores que iniciaram o curso superior, mas não o terminaram por motivos como terem que cuidar dos filhos e trabalhar. Entre os que não possuem o ensino fundamental, teve residentes que frequentaram a escola apenas uma vez, portanto, não sabem ler e nem escrever, e que por motivos de ter que trabalhar para ajudar a família, abandonaram a escola. Os autores Mazzonna *et al.* (2014), em sua obra, afirmam que quanto mais aprimorada é a escolaridade, maior é a possibilidade de acesso a um emprego com melhor remuneração.

O gráfico 18 mostra informações sobre a situação escolar de cada entrevistado (chefe de família).

Gráfico 18 - Nível de escolaridade dos chefes de famílias da comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.

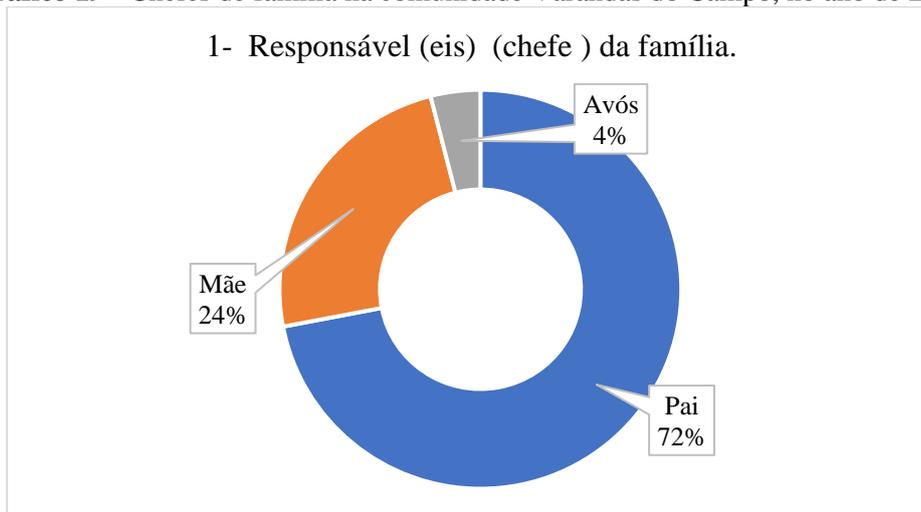


Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

4.4.2 Características socioeconômicas da comunidade Varandas do Campo

O aspecto socioeconômico dos habitantes da comunidade Varandas Campo revela semelhanças com a realidade observada em Vazão Samambaia. A análise dos dados, apresentados no gráfico 19, revela que 45% das famílias são chefiadas por mulheres. Este fenômeno é atribuído a fatores como alcoolismo e consumo de substâncias entorpecentes, levando muitas mães a optarem por se separar de seus parceiros e assumirem a responsabilidade pelos filhos enquanto aguardam a oficialização dos direitos de terra. A observação das residentes aponta para a prevalência do consumo de álcool na comunidade, o que, por sua vez, tende a gerar conflitos interpessoais.

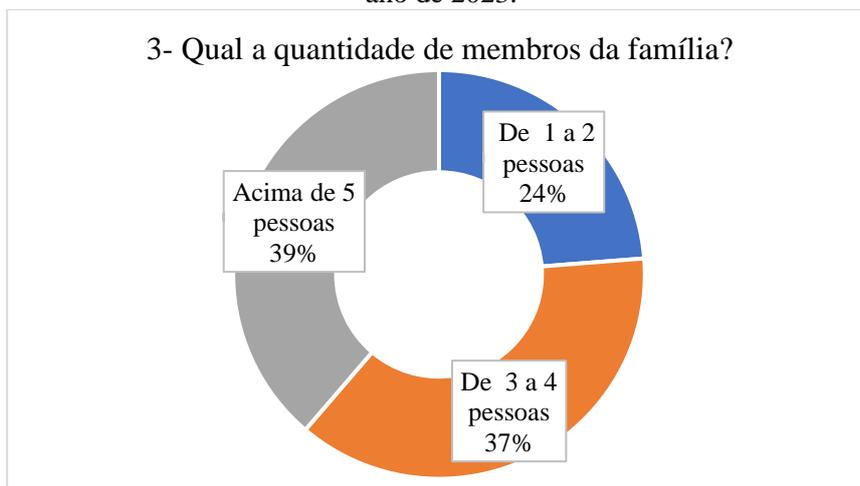
O gráfico 19 exhibe a distribuição dos chefes de família.

Gráfico 19 - Chefes de família na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.

Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

A análise dos dados evidenciados no gráfico 20 revela um aspecto de notável importância no cenário estudado. Especificamente, observa-se que cerca de 39% das unidades familiares apresentam uma composição superior a cinco indivíduos. Este dado assume um papel relevante ao traçar um panorama acerca da estrutura familiar dentro do contexto em análise. A constatação de que uma parcela significativa das famílias excede essa quantidade de membros suscita considerações pertinentes acerca das implicações socioeconômicas e habitacionais envolvidas. Tal informação não apenas enriquece a compreensão da dinâmica familiar presente, mas também pode lançar luz sobre desafios ligados ao espaço habitacional, distribuição de recursos e aspectos sociais subjacentes. A apreensão destes dados contribui substancialmente para uma abordagem informada e embasada, direcionando potenciais esforços de intervenção e formulação de políticas no sentido de atender às necessidades das famílias e promover condições mais equitativas e adequadas

Gráfico 20 - Quantidades de pessoas por família na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Através das entrevistas, identificou-se que inúmeros barracos são agrupados com duas ou mais famílias, onde muitos filhos, por motivos financeiros, sobretudo durante a pandemia, perderam seus empregos, sendo a única alternativa ir morar na comunidade com a mãe. Um aspecto de relevância significativa dentro do contexto habitacional analisado refere-se à configuração da tipologia de barracos que acomodam um número superior a três famílias, conforme mostrado na figura 34. A observação dos dados demonstra que essa tipologia habitacional se apresenta como uma realidade substancial na comunidade em análise. A identificação de barracos com tal composição familiar levanta questões pertinentes acerca das condições de vida, dinâmicas socioeconômicas e desafios intrínsecos enfrentados pelas famílias residentes. Tal cenário ressalta a complexidade das questões habitacionais e o potencial impacto sobre a qualidade de vida, evidenciando a necessidade de abordagens efetivas para enfrentar esse fenômeno. Dessa forma, a análise desses dados fornece insights valiosos para a compreensão da dinâmica habitacional da comunidade e aponta para a relevância de políticas e intervenções que visem aprimorar as condições habitacionais e promover a equidade social.

A figura 34 ilustra um dos barracos compostos por mais de uma família.

Figura 34 – Tipologia de barracos que acomodam mais de três famílias na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.

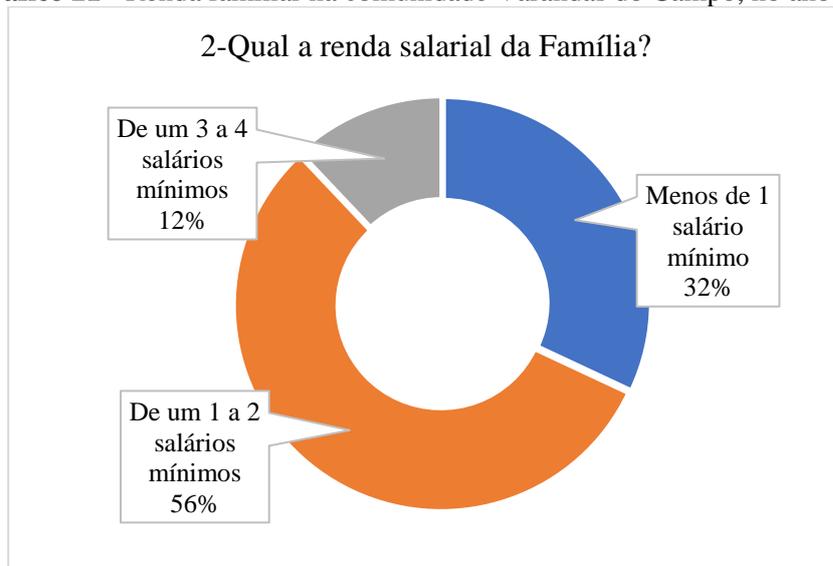


Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023
ORG. o autor (2023)

Uma das questões de relevância no contexto social da comunidade está intrinsecamente ligada à dimensão financeira, revelando-se comparativamente inferior à observada em Vazão Samambaia. As informações apresentadas no gráfico 21 evidenciam que 56% dos indivíduos entrevistados na pesquisa subsistem com rendimentos oscilando entre 1 e 2 salários mínimos, sendo a proporção de famílias com dois salários mínimos consideravelmente reduzida.

O gráfico 21 expõe dados sobre a situação econômica entre os entrevistados, a partir da renda salarial por família.

Gráfico 21 - Renda familiar na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.



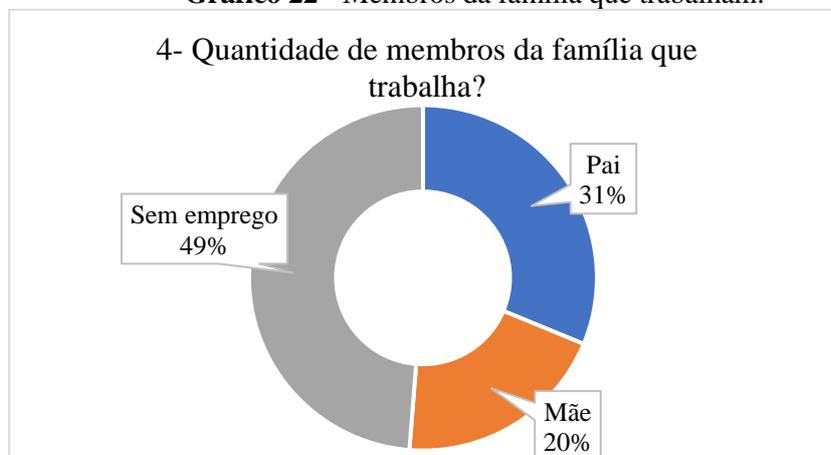
Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

O gráfico 22 mostra que cerca de 31% dos pais e 20% das mães que são chefes de família estão trabalhando

O gráfico 23 mostra que 49% dos moradores estão desempregados no momento. Essas pessoas estão dependendo de doações de amigos, parentes e ONGs para sobreviver. De acordo com relatos, alguns moradores estão enfrentando meses sem conseguir trabalho.

O gráfico 22 apresenta os chefes de família no mercado de trabalho.

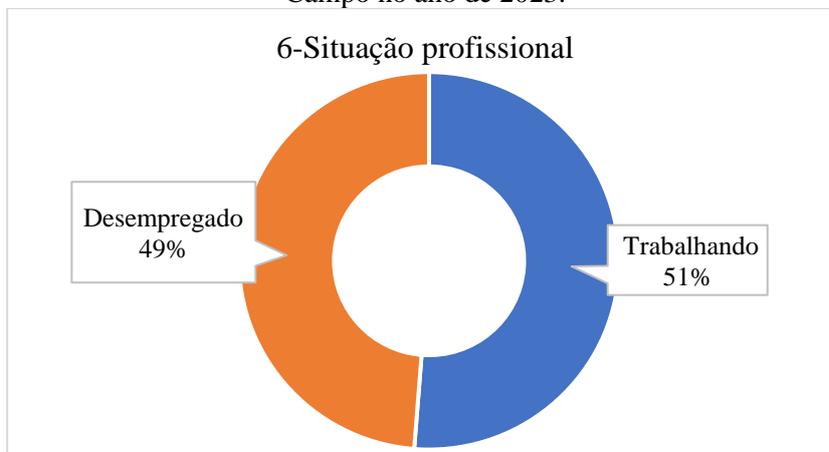
Gráfico 22 - Membros da família que trabalham.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023).

O gráfico 23 exibe informações sobre a situação dos moradores e o mercado de trabalho.

Gráfico 23 - Participação dos moradores no mercado de trabalho na comunidade Varandas do Campo no ano de 2023.

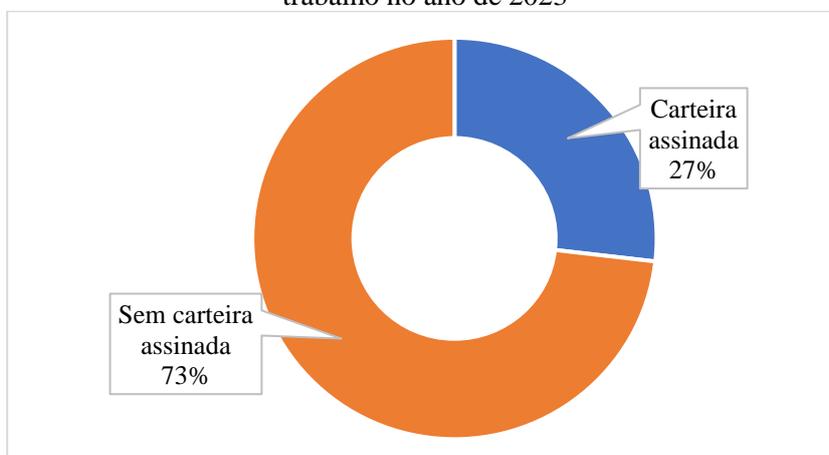


Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Com base no gráfico 24, entre os moradores das residências que estão trabalhando, apenas 27% possuem carteira de trabalho assinada. Isso significa que a maioria dos trabalhadores não possuem trabalhos formais, perdendo seus direitos trabalhistas, como férias remuneradas e aposentadorias.

O gráfico 24 mostra a situação dos moradores que estão inseridos no mercado de trabalho.

Gráfico 24 - Residentes da comunidade Varandas do Campo que estão integrados ao mercado de trabalho no ano de 2023



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Os moradores alegam que os pontos dos transportes públicos ficam distantes e os ônibus não passam com frequência, sendo assim, muitos são obrigados a trabalhar por *freelance* (diárias), ou vendem produtos nas ruas e/ou terminais rodoviários, vale ressaltar que 56,25% dos entrevistados são beneficiários do programa auxílio Brasil.

Em período chuvoso a situação fica mais caótica, como pode ser visto na figura 35, foto tirada por morador da comunidade, que evidencia as vias tomadas pelo alagamento.

Figura 35 - Registro de alagamentos relatados pelos moradores em janeiro de 2023.



Fonte: Dados Secundários (levantamento fotográfico feito pelos moradores) 2023

ORG. o autor (2023)

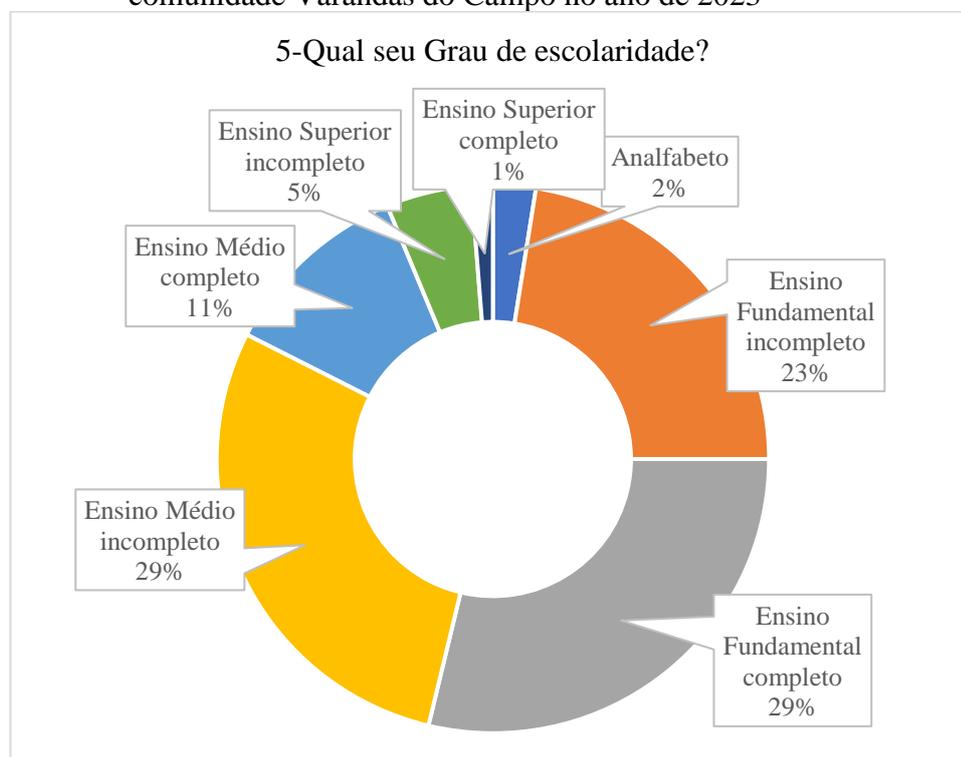
Como menciona a moradora:

“Quando está chovendo os ônibus não passam em todos os pontos devido ao barro e às enxurradas, corre o risco de atolar como já ocorreu em outros momentos, causando um transtorno ainda maior para nós.”

No que se refere ao grau de escolaridade, asseverou que somente 17% (gráfico 25) terminou o ensino médio e desses 5% iniciou um curso superior, mas apenas 1,25% conseguiu terminar. No entanto, 72,5% iniciaram os estudos, mas não terminaram o ensino básico (ensino médio completo), lembrando que 2% dos entrevistados não sabiam ler e nem escrever.

O gráfico 25 mostra informações sobre a situação escolar de cada entrevistado (chefe de família).

Gráfico 25- Níveis de escolaridade entre os moradores entrevistados da comunidade Varandas do Campo no ano de 2023



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Nesse contexto, a análise revela que a comunidade em estudo enfrenta desafios de relevância no âmbito educacional. A taxa de conclusão do ensino médio demonstra-se moderadamente baixa, com apenas 17% dos residentes alcançando esse patamar educacional. Ainda mais restrito é o contingente que logrou iniciar e concluir um curso superior, representando apenas 1,25% do conjunto.

Por outro viés, uma parcela considerável dos entrevistados, aproximadamente 72,5%, deu início à sua trajetória educacional, porém não logrou completar o ciclo do ensino fundamental, o que equivale ao ensino médio. Isso pode indicar impeditivos no sistema educativo ou dificuldades na obtenção de acesso a uma educação de qualidade.

A inclusão de 2% dos entrevistados que careciam de habilidades básicas de leitura e escrita realça um desafio adicional no domínio da alfabetização e da formação educacional básica.

Esses indicadores sublinham a importância de alocação de recursos e estratégias de política educacional voltadas para o aprimoramento do acesso à educação, o estímulo à conclusão dos níveis educacionais e a promoção da alfabetização. Tais esforços visam conferir possibilidades educacionais mais sólidas e, por extensão, elevar as perspectivas socioeconômicas dessas comunidades.

4.5 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E DOENÇAS AS ENDÊMICAS.

Conforme o artigo 196 da constituição federal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988 p. 01).

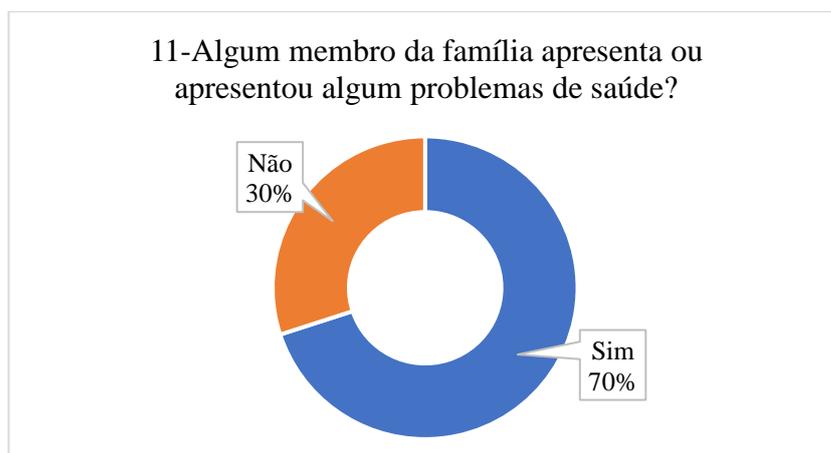
A realidade do povo brasileiro difere, aqueles que dependem da saúde pública fica nos impasses, pois faltam vagas nos hospitais, em postos de saúde as filas são enormes e o atendimento é menor do que se necessita.

São vários fatores que põem em risco a saúde da população brasileira. Na população de baixo seguimento de rendimento isso se agrava, pois nem todos têm uma saúde de qualidade, fatores que interferem na expectativa de vida da população.

Devido às condições socioeconômicas nas comunidades mais carentes, que acarreta não ter uma alimentação de qualidade, e em certos casos não ter acesso a nenhuma alimentação, é comum encontrar os casos, diabete e hipertensão.

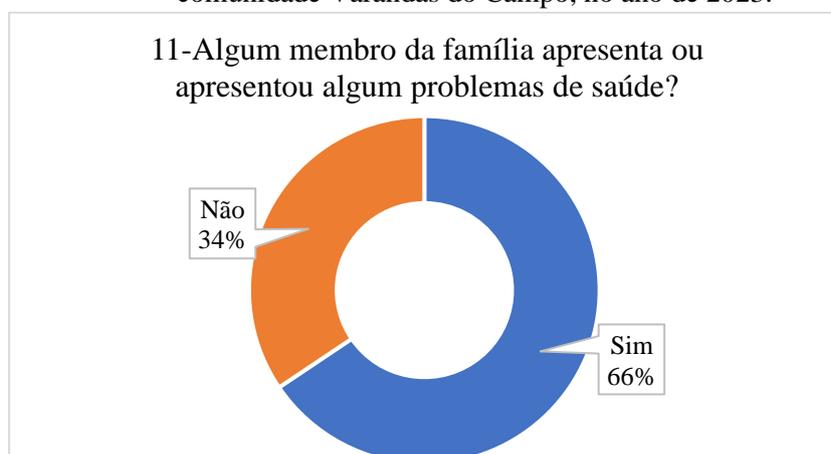
O gráfico 26 e 27 revela o percentual de membros da família que apresentam ou apresentou algum problema de saúde nas comunidades Vazão Samambaia e Varandas do Campo.

Gráfico 26 - Percentual de membros da família que apresentam ou apresentaram problemas de saúde na comunidade Vazão Samambaia no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Gráfico 27 - Percentual de membros da família que apresentam ou apresentaram problemas de saúde na comunidade Varandas do Campo, no ano de 2023.

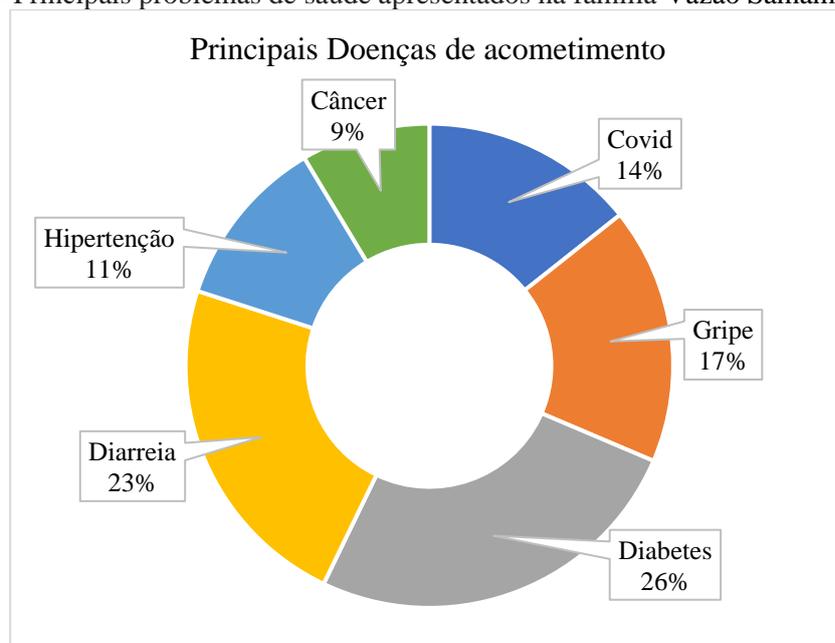


Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Os resultados apresentados demonstram que nas comunidades mais de 60% dos entrevistados apresentam ou apresentaram algum problema de saúde, na Vazão Samambaia 70% e Varandas do Campo 66%.

Os gráficos 28 e 29 revela os principais problemas de saúde das comunidades Vazão Samambaia e Varandas do Campo.

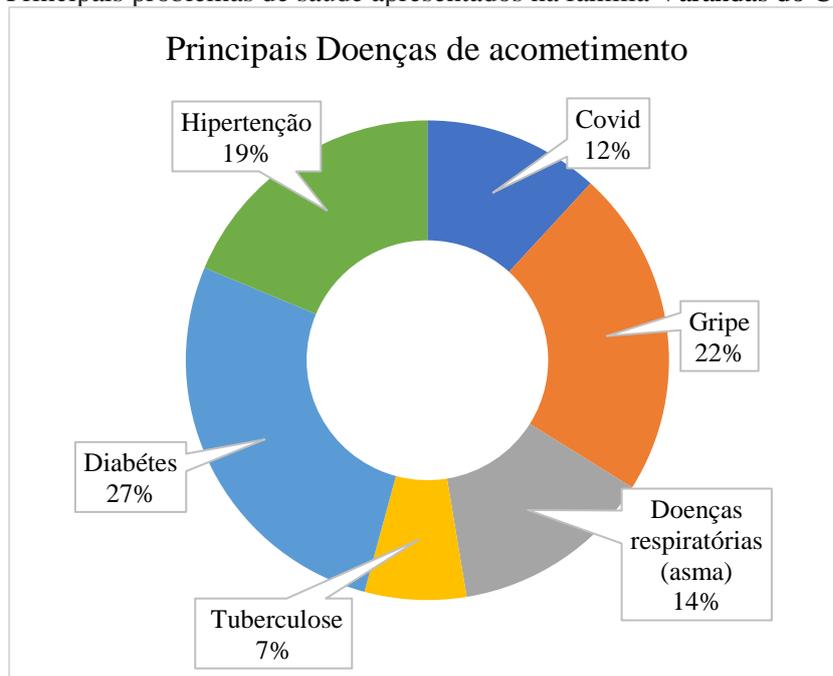
Gráfico 28 - Principais problemas de saúde apresentados na família Vazão Samambaia, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

O gráfico 29 revela os principais problemas de saúde das comunidades Varandas do Campo.

Gráfico 29 - Principais problemas de saúde apresentados na família Varandas do Campo, no ano de 2023.



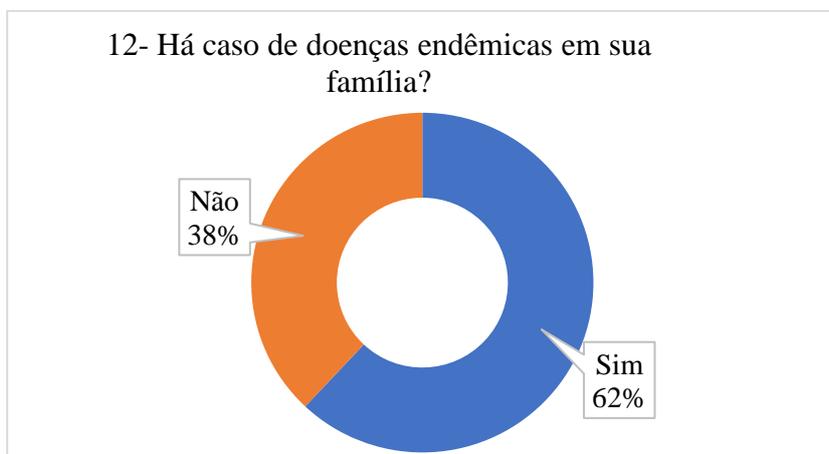
Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Entre os 70% que apresentaram algum problema de saúde na comunidade Vazão Samambaia e 73,75% no Varandas do Campo, as respostas relacionadas aos principais problemas de saúde são diabetes, gripe e hipertensão.

Compreendeu-se, em relação aos casos de doenças endêmicas, que mais de 50% dos entrevistados no bairro já tiveram casos de dengue na família.

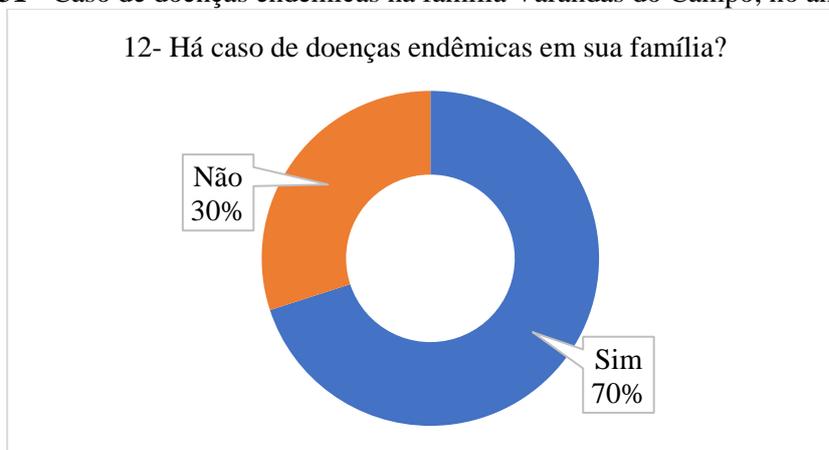
Nos gráficos 30 e 31 estão o percentual de casos de doenças endêmicas na família, nas comunidades Vazão Samambaia e Varandas do Campo.

Gráfico 30- Caso de doenças endêmicas na família na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Gráfico 31 - Caso de doenças endêmicas na família Varandas do Campo, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Nas comunidades foram identificados inúmeros pontos de descarte incorretos de resíduos (figura 36), que no período de chuvas levam ao acúmulo de água nos recipientes.

Esse acúmulo de água pode criar condições favoráveis para a proliferação de vetores, como mosquitos, que podem transmitir doenças perigosas, incluindo dengue, *zika*, *chikungunya* e febre-amarela. Essa situação é especialmente preocupante durante o período de chuvas, quando a água se acumula mais facilmente nos recipientes.

A informação fornecida indica que, após questionar os moradores da comunidade Vazão Samambaia sobre a ocorrência de doenças endêmicas em suas famílias, mais de 60% dos entrevistados relataram que algum membro de suas famílias já havia contraído uma doença desse tipo. Além disso, quando perguntados sobre o tipo de doença endêmica contraída, todos os entrevistados afirmaram ter tido casos de dengue na comunidade.

No contexto da comunidade Varandas do Campo, entre aqueles que relataram ter contraído doenças endêmicas, todos os entrevistados afirmaram que a dengue foi a doença específica que afetou suas famílias.

Essas informações sugerem que tanto na comunidade Vazão Samambaia quanto na comunidade Varandas do Campo, a dengue é uma doença endêmica de grande relevância, afetando significativamente a população local. A dengue é uma doença transmitida por mosquitos infectados e pode causar sintomas graves e, em casos extremos, levar à morte. É importante que as autoridades de saúde estejam cientes desses casos e tomem medidas apropriadas para prevenir a propagação da doença e proteger a comunidade.

É importante ressaltar que a alta taxa de incidência de doenças endêmicas relatadas pelos moradores pode indicar a necessidade de investigar as condições de saúde e o acesso a serviços médicos na região. As autoridades de saúde podem usar essas informações para direcionar recursos e implementar intervenções adequadas, como programas de vacinação, melhoria das condições sanitárias e educação em saúde.

Figura 36 - Resíduos descartados próximo a via na comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (levantamento fotográfico) 2023

ORG. o autor (2023)

Em uma pesquisa realizada por Luna, Porangaba e Brazil (2021), constatou-se que uma parcela dos moradores da comunidade Varandas do Campo argumentaram ter ou já tiveram bicho do pé (*Tungíase*), também conhecido como "bicho de areia e bicho de porco". Essa doença é causada por um parasito que penetra na camada da pele, podendo causar várias complicações em adultos e crianças, e pode alojar-se em qualquer parte do corpo humano, principalmente nos pés.

4.5 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS.

As comunidades mais afastadas dos centros das cidades, enfrentam vários desafios socioambientais, como a infraestrutura inadequada (a falta de acesso adequado a água potável, saneamento básico, energia elétrica e vias sem pavimentação são exemplos de infraestrutura inadequada). Esses problemas podem resultar em questões de saúde pública, poluição, desmatamento e degradação ambiental. A falta de planejamento urbano adequado, loteamentos clandestinos e ocupação irregular de terras contribuem para a concentração desses problemas nessa parte da cidade, originando favelas.

É importante ressaltar que cada favela ou comunidade urbana enfrenta desafios específicos, e as soluções para esses problemas devem levar em consideração as circunstâncias e necessidades locais.

Atualmente, a cidade de Campo Grande enfrenta diversos problemas ambientais e sociais resultantes do processo de ocupação. Duas das áreas mais afetadas são as comunidades de Varandas do Campo e Vazão Samambaia. De acordo com Luna, Porangaba e Brazil (2021), Varandas do Campo é caracterizada por ocupações desordenadas em áreas públicas, que surgiram rapidamente e se expandiram consideravelmente. Essa região sofre com uma grande desigualdade social e condições precárias de sobrevivência, além de enfrentar graves injustiças socioambientais devido à sua localização próxima a uma área verde em processo de expansão.

A região em questão é caracterizada por uma infraestrutura precária e em construção, e está no centro de importantes conflitos relacionados à posse da terra urbana, incluindo casos de loteamentos clandestinos e favelas. Essas questões foram abordadas por Borelli (2011), evidenciando a complexidade e a sensibilidade desse contexto.

Já o segundo, trata-se de uma área próxima ao conjunto habitacional, efetuado pelos órgãos públicos, que apresentam casas próximas umas das outras, além de pequenas, vias de circulação, que segundo Porangaba, Bacani e Milani (2020), isso pode acarretar vários problemas estruturais, além de dificultar um processo de arborização.

Desta maneira, foi destacado os principais problemas sociais e ambientais relatados pelos moradores das comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia são os seguintes:

- **Infraestrutura precária:** a falta de infraestrutura adequada é um problema comum nessas comunidades. Isso inclui a falta de acesso adequado a água potável, saneamento básico, energia elétrica e vias pavimentadas. A ausência desses serviços básicos afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores e contribui para questões de saúde pública;
- **Poluição hídrica:** a proximidade do Córrego Lajeado na comunidade Vazão Samambaia pode resultar em poluição hídrica devido ao acúmulo de lixo e entulho nas margens do córrego. Nos períodos de chuva intensa, o excesso de lama e o escoamento inadequado das águas pluviais também podem causar problemas de inundação e contaminação da água;

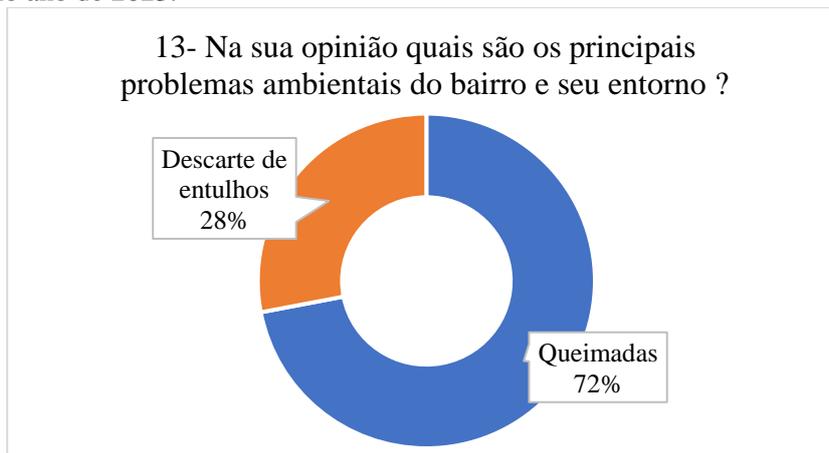
- Descarte inadequado de resíduos: tanto na comunidade Varandas do Campo quanto na Vazão Samambaia, há relatos de descarte inadequado de resíduos sólidos, incluindo resíduos da construção civil e materiais orgânicos e inorgânicos. A falta de conscientização sobre a importância da destinação correta dos resíduos contribui para a poluição ambiental e cria um ambiente propício para a proliferação de doenças;
- Falta de áreas verdes e espaços públicos: a escassez de áreas verdes e espaços públicos para o lazer e convívio social é um problema destacado pelos moradores. A ausência desses espaços limita as opções de recreação e compromete a qualidade ambiental e o bem-estar da comunidade;
- Condições precárias das moradias: tanto na comunidade Varandas do Campo quanto na Vazão Samambaia, as condições precárias das moradias são um desafio. As casas são construídas de forma improvisada, com materiais de baixa qualidade e sem planejamento adequado. Isso as torna vulneráveis a condições climáticas adversas, como chuvas intensas, resultando em danos significativos durante os períodos de precipitação.

Esses problemas ambientais têm um impacto direto na qualidade de vida dos moradores das comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia, afetando sua saúde, bem-estar e acesso a serviços básicos.

Por esses motivos, foi questionado aos moradores das comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia, os principais problemas ambientais do bairro e seu entorno.

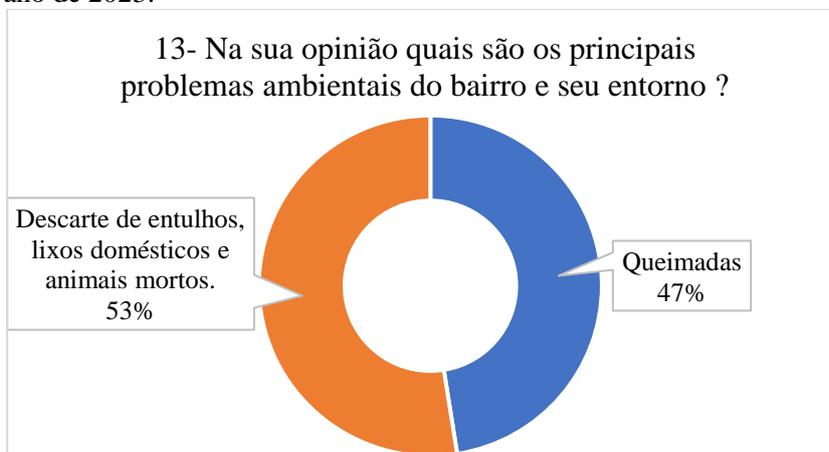
Os gráficos 32 e 33 mostram os principais problemas ambientais das comunidades Vazão Samambaia e Varandas do Campo a partir das respostas dos moradores.

Gráfico 32 - Principais problemas ambientais relatados pelos moradores da comunidade Vazão Samambaia, no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Gráfico 33 - Principais problemas ambientais relatados pelos moradores da comunidade Varandas do Campo no ano de 2023.



Fonte: Pesquisa de Campo (questionário) 2023
ORG. o autor (2023)

Conforme compartilhado pelos habitantes locais, um dos desafios ambientais latentes refere-se à prática recorrente de queimar resíduos, fenômeno vinculado à inexistência de um sistema de coleta eficiente, o que ocasiona o acúmulo desses materiais nas habitações. Segundo testemunhos dos moradores, os coletores não conseguem realizar a coleta devido à estreiteza das vias, dificultando o acesso dos caminhões. Nesses contextos, a regularidade na coleta pode ser comprometida pela dificuldade de acesso das viaturas às residências.

Importa ressaltar que, nos casos em que a queima não é empregada, a disposição inadequada dos resíduos ocorre em vias públicas e terrenos baldios.

Outra questão saliente tangencia a ausência de sensibilização ambiental e conscientização quanto às ramificações prejudiciais decorrentes do descarte inadequado e da incineração do lixo. Os impactos nefastos que a queima pode acarretar para a saúde e o ambiente, em virtude dos gases tóxicos liberados, são aspectos que os moradores podem desconhecer devido à falta de informação

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho demonstrou que no espaço urbano, a terra tem se tornado uma condição fundamental para o sistema capitalista. A urbanização acelerada e o crescimento das cidades têm impulsionado a valorização da terra como um recurso escasso e estratégico para o desenvolvimento econômico.

À medida que a população urbana cresce e a demanda por espaços urbanos aumenta, a competição pela terra se intensifica. Isso leva a uma valorização dos terrenos nas áreas próximas ao centro e a um aumento dos preços dos imóveis. Em Campo Grande isso acarretou exclusão da população de baixa renda das áreas próximas ao centro da cidade, à medida que os preços da terra e dos imóveis se tornam inacessíveis para muitos, dessa forma dificultando o acesso da população mais carente, levando a ocupações irregulares e loteamentos clandestinos em áreas privadas, áreas verdes próximas aos córregos, acarretando grandes problemas ambientais.

Segundo Luna, Ortiz e Brazil (2021), esses problemas surgem devido à forma como a cidade se desenvolve e cresce, resultando em uma urbanização densa e desorganizada. Isso ocorre porque a população de baixa renda é direcionada para áreas distantes do centro da capital sul-mato-grossense, devido à desvalorização do solo. Mesmo conscientes dos desafios enfrentados nessas regiões, as pessoas escolhem se mudar para lá. Além disso, algumas dessas áreas são classificadas como áreas de preservação ambiental ou de risco, como comprovado nas comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia.

Essa dinâmica resulta na diminuição da qualidade de vida da população, especialmente, da qualidade ambiental das comunidades. Vale ressaltar que, alguns conjuntos habitacionais são construídos distantes dos grandes centros próximo de áreas verdes e de córregos, restando grandes vazios urbanos para privilegiar grupos de maior poder aquisitivo que almejam ter maior posse da terra urbana, com isso as ocupações irregulares e loteamentos clandestinos não são realizadas exclusivamente por parte das populações de baixa renda, mas também por ocupar áreas verdes por apresentarem a necessidade de serem preservadas, não devem ser ocupadas.

É evidente que as comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia enfrentam uma série de problemas socioambientais que afetam a qualidade de vida dos moradores e o

equilíbrio ecológico local. Esses problemas estão intrinsecamente ligados à falta de infraestrutura adequada, desmatamento, poluição hídrica e a ausência de saneamento básico.

A falta de acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento básico e energia elétrica, compromete a qualidade de vida da população. Essas condições precárias têm impactos diretos na saúde e bem-estar dos moradores, aumentando os riscos de doenças e outros problemas de saúde. A poluição hídrica é outro desafio enfrentado por essas comunidades. O descarte inadequado de resíduos sólidos e a falta de sistemas de coleta e tratamento de lixo contaminam o solo e os recursos hídricos próximos, afetando tanto o meio ambiente quanto a saúde dos moradores.

A falta de infraestrutura de saneamento básico também é um problema recorrente nessas comunidades. A ausência de acesso à água potável, coleta de esgoto e disposição adequada de resíduos sólidos contribui para a disseminação de doenças e impacta negativamente o dia a dia dos moradores.

Desta forma, podemos considerar que as comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia podem ser consideradas áreas de injustiça ambiental e zonas de sacrifício devido aos problemas socioambientais que enfrentam. A falta de infraestrutura adequada, como acesso a serviços básicos, saneamento básico precário, falta de água potável e energia elétrica, afeta negativamente a qualidade de vida dos moradores. Essas condições precárias têm um impacto direto na comunidade. A falta de políticas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais contribui para a degradação do meio ambiente. A poluição da água devido ao descarte inadequado de resíduos sólidos e a falta de sistemas de coleta e tratamento de lixo também são preocupações nessas comunidades. Essa poluição afeta não apenas o meio ambiente, mas também a vida dos moradores, aumentando os riscos de doenças.

Diante desses desafios, é essencial que ações efetivas sejam implementadas para resolver os problemas socioambientais nessas comunidades. As autoridades locais devem investir na melhoria da infraestrutura, garantindo o acesso a serviços básicos de qualidade, como água potável e saneamento adequado. Também é necessário promover políticas de conservação ambiental, incentivando práticas sustentáveis e a proteção dos recursos naturais.

A conscientização ambiental e a educação sobre práticas sustentáveis são fundamentais para que os moradores entendam a importância de cuidar do meio ambiente em que vivem. Além disso, é crucial envolver a comunidade nesse processo, incentivando a

participação ativa dos moradores na busca por soluções e na implementação de projetos que visem melhorar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente.

É importante que haja uma abordagem integrada, envolvendo governantes, sociedade civil e moradores locais para enfrentar esses desafios. Somente por meio de esforços conjuntos será possível superar os problemas socioambientais, garantindo um futuro mais sustentável e saudável para as comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia.

Desta forma esta pesquisa oferece uma contribuição vital para a compreensão dos desafios complexos enfrentados pelas comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia, bem como para a identificação de soluções potenciais que podem melhorar substancialmente suas condições de vida. A metodologia adotada, que incluiu análise detalhada da configuração espacial, revisão de políticas habitacionais e investigação das interações entre urbanização, meio ambiente e saúde, proporcionou uma base sólida para as conclusões alcançadas.

As hipóteses levantadas no início desta pesquisa foram substancialmente corroboradas pelos resultados obtidos. A análise da dinâmica urbana e dos padrões de assentamento confirmou a conexão entre a desvalorização do solo e a ocupação irregular, enquanto a falta de infraestrutura adequada e a poluição hídrica corroboraram as hipóteses sobre os impactos na qualidade de vida dos moradores.

Os objetivos traçados foram alcançados em grande parte, revelando a importância de abordagens multidisciplinares na compreensão dos desafios socioambientais. A pesquisa demonstrou a necessidade urgente de políticas de habitação mais inclusivas, planejamento urbano sensível ao meio ambiente e ações voltadas para a melhoria das condições de infraestrutura nessas comunidades.

No entanto, reconhecemos que a busca por soluções efetivas não é uma tarefa simples. Para minimizar as injustiças socioambientais enfrentadas por essas comunidades, é imperativo considerar abordagens alternativas. Isso inclui o fortalecimento das políticas de regularização fundiária, o incentivo a práticas sustentáveis de ocupação do solo e a promoção de programas de educação ambiental voltados para a conscientização e capacitação dos moradores.

Além disso, a colaboração entre diferentes partes interessadas é crucial. As autoridades locais, a sociedade civil, as organizações não governamentais e os próprios moradores devem trabalhar em conjunto para criar soluções sustentáveis e adaptadas às

necessidades específicas dessas comunidades. A participação ativa dos moradores na tomada de decisões e na implementação de projetos é fundamental para garantir que as soluções sejam eficazes e beneficiem verdadeiramente aqueles que mais necessitam.

Em última análise, esta pesquisa fornece um roteiro para a ação, reconhecendo as interconexões complexas entre urbanização, meio ambiente e qualidade de vida, e destacando a importância de políticas inclusivas e participativas. Através do compromisso coletivo com o desenvolvimento sustentável e equitativo, podemos aspirar a transformações positivas que promovam justiça social, preservação ambiental e bem-estar para todos os membros das comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia.

Diante dos desafios complexos delineados ao longo deste estudo, é crucial considerar alternativas concretas que possam contribuir para a minimização das injustiças socioambientais enfrentadas por essas comunidades. À medida que a pesquisa destacou a interligação entre urbanização, meio ambiente e qualidade de vida, fica evidente a necessidade de ações efetivas para abordar esses problemas de maneira holística. A seguir, apresentamos algumas estratégias potenciais que podem ser exploradas:

Políticas de Regularização Fundiária e Acesso à Moradia: É fundamental que as autoridades locais adotem políticas de regularização fundiária que garantam a posse legal da terra para os moradores de baixa renda. Isso não apenas ofereceria segurança jurídica, mas também permitiria o acesso a serviços básicos e infraestrutura adequada. Além disso, programas de habitação de interesse social devem ser implementados para proporcionar moradias acessíveis e de qualidade.

Planejamento Urbano Sustentável: Um planejamento urbano sensível ao meio ambiente pode contribuir significativamente para a minimização das injustiças socioambientais. Isso inclui a criação de áreas verdes e espaços públicos acessíveis, bem como a incorporação de soluções de design urbano que promovam a mobilidade sustentável e reduzam o impacto ambiental.

Educação Ambiental e Empoderamento Comunitário: A promoção da conscientização ambiental e a educação sobre práticas sustentáveis devem ser prioridades. Oficinas, programas educativos e campanhas de sensibilização podem capacitar os moradores a adotar comportamentos mais sustentáveis e a se tornarem defensores ativos de melhorias socioambientais em suas comunidades.

Integração de Infraestrutura Básica: Investir na melhoria e expansão da infraestrutura básica, incluindo acesso à água potável, saneamento adequado e energia elétrica, é essencial para elevar a qualidade de vida e saúde dos moradores. A integração desses serviços também pode ajudar a reduzir os riscos de doenças e melhorar o bem-estar geral.

Participação Comunitária e Parcerias: Envolver ativamente os moradores nas tomadas de decisão e na implementação de projetos é crucial. Estabelecer parcerias entre o governo local, organizações não governamentais e comunidades pode promover soluções mais eficazes e inclusivas, garantindo que as necessidades específicas sejam atendidas.

Incentivo à Economia Local e Geração de Emprego: Fomentar a economia local por meio do apoio a pequenos negócios e iniciativas empreendedoras pode criar oportunidades de emprego e renda para os moradores. Isso não apenas contribuiria para o desenvolvimento econômico das comunidades, mas também fortaleceria os laços sociais.

Preservação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos: Implementar práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, como a criação de áreas de conservação e recuperação de ecossistemas locais, pode contribuir para a preservação do ambiente e da biodiversidade, melhorando a qualidade de vida dos moradores.

Apoio a Iniciativas de Economia Circular: Promover a redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos pode ajudar a reduzir a poluição hídrica e o impacto ambiental negativo. Incentivar cooperativas de reciclagem e programas de gestão de resíduos pode ser uma abordagem eficaz.

Ao adotar e adaptar essas alternativas de acordo com as necessidades específicas das comunidades Varandas do Campo e Vazão Samambaia, é possível trabalhar em direção a um futuro mais equitativo, sustentável e saudável para todos os seus membros. Essas estratégias, quando implementadas de forma integrada e colaborativa, têm o potencial de promover transformações positivas, aliviando as desigualdades socioambientais e construindo um ambiente mais justo e harmonioso para as gerações presentes e futuras.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: . Acesso em: 19 maio. 2022. Edições UNESCO BRASIL.

ACSELRAD, H. , **Sentidos da sustentabilidade urbana**. In: ACSELRAD, H. (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. .27-55

_____. **Justiça Ambiental e a construção do risco social**. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p. 49-60, 2002.

_____. **Conflitos Ambientais – A atualidade do objeto** ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll. 2004.

_____. (Org.). 2004. **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 262 p

_____. (Coord.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação FORD, 2004.

_____. Apresentação. In: **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Urbanização e apropriações sociais das mudanças climáticas**. Cadernos IPPUR/UFRJ, v. 20, p. 77-106, 2006

_____; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Ambientalização das lutas sociais ? O caso do movimento de justiça ambiental**. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.

ACSELRAD, H. e BEZERRA, G. das N. **Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais**. In: ALMEIDA, A. W. B. de [et al.]. (orgs.), **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010. p. 179-209.

AGÊNCIA DE BRASÍLIA. **Qual a diferença entre ocupação irregular e invasão?** Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/02/03/qual-a-diferenca-entre-ocupacao-irregular-e-invasao/> Acessado em 12/05/2022

AQUINO, AFONSO RODRIGUES DE; PALETTA, FRANCISCO CARLOS; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Vulnerabilidade Ambiental**. Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo – SP – Brasil - 2017.

ALVARENGA, D. N.; RESCHILIAN, P. R.; GUERRA, R. **Local De Moradia E Vulnerabilidade Social Na Região Metropolitana Do Vale Do Paraíba E Litoral Norte E Em São José Dos Campos - SP**. Oculum Ensaios, vol. 15, núm. 1, pp. 149-169, 2018 Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ALVES, H. P. da F. **Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 24, n. 2, jul-dez.,2007.

_____. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, p. 43-59, n. 1, jan jun.,2006.

ALVES, S. G.; SANTOS, S. L. **Crescimento econômico, desigualdade e injustiças ambientais: um olhar crítico a partir do Complexo Industrial Portuário de Suape** Gaia Scientia (2016). Edição Especial Seminário Integrador Prodema. Volume 10(3): 54-60

ANUÁRIO , ESTATÍSTICO DO BRASIL-1977, Anu. estat. Brasil Rio de Janeiro V. 38 p. 1-848 1977 Secretaria de Planejamento da Presidência da República FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes> acessado em 07/05/2022.

ARAÚJO, LAIR MEDEIROS DE. **Aterro/Lixão, Mineração E Moradores “Sacrificados”:Conflitos Ambientais E “Alternativas Infernais” Na Comunidade Rural Santa Tecla, Gravataí**. Dissertação a ser apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS. Porto Alegre - RS 2017

ARCA. **Revista de Divulgação de Arquivo Histórico de Campo Grande - MS**. Campo Grande - MS, FUNDAC 2011.

ARRUDA, ÂNGELO MARCOS VIEIRA DE. **Raízes do planejamento urbano em Campo Grande e a criação do Planurb**. Campo Grande (MS). Editora Fotolito. 2012

ARRUDA, ÂNGELO MARCOS VIEIRA DE. **Os vazios urbanos na cidade de Campo Grande**. Campo Grande (MS). Editora UFMS – Setembro de 2016

BARROS, M. T. L. **“Drenagem Urbana: Bases Conceituais e Planejamento”**, in A. Philippi Jr. Saneamento, Saúde e Ambiente. Barueri, Manole, 2005.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho**. In: MARICATO, E. (Org.). A

produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.* São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna.** Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2004, 343 p

BORELLI, Elizabeth. **Transformações Urbanas e Desigualdade Ambiental na Grande São Paulo.** 2011. P. 1- 18. Área Temática: Ciências Sociais e Desenvolvimento. São Paulo, 2011.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). Brasília: FUNASA, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/AMANDA/Downloads/pncd2002.pdf> Acesso em: 08/10/2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida.** Diário Oficial da União, 8 jul. 2009.

BRASIL, LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;** altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CARMO, EDUARDO HAGE; SILVA, JR.; JARBAS BARBOSA DA; BARRETO; MAURÍCIO. LIMA. Mudanças nos padrões de morbimortalidade da população brasileira: os desafios para um novo século. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.12 n.2, p.63 - 75 Brasília jun. 2003.

CAMOLESI, A. B.; LEME, M. E. S.; SANTOS, M. A. M. dos. **As Populações Vulneráveis E Os Espaços De Moradia: Interloquções Entre A Vulnerabilidade Territorial E A Vulnerabilidade Social** Recebido em 19-11-2019 • Aceito em 24-08-2020 *Universitas Universitas- Ano 14 - N - Ano2 - Nº 3 - Julho/Dezembro 2009 27 - Julho/Dezembro 2020* 139

CARTIER, R. BARCELLOS, C.; HÜBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Caderno de Saúde Pública*, v. 25, n. 12, p. 2695-2704. 2009.

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/brasil/entenda-por-que-petropolis-viveu-pior-tragedia-de-sua-historia/> acessado em : 25/06/2022

COSTA, HELOÍSA SOARES DE MOURA; BRAGA, TÂNIA MOREIRA. **Entre A Conciliação E O Conflito: Dilemas Para O Planejamento E A Gestão Urbana E Ambiental**. X Seminário sobre a Economia Mineira (DIAMANTINA, 18 A 22 DE JUNHO DE 2002).

COSTA, JOSIEL MELQUIADES DA; FORBELONI, JACIMARA VILLAR. **A Relação Entre As Condições Precárias De Moradias E A Incidência De Casos De Doenças Transmitida Pelo Aedes Aegypti**. Artigo científico apresentado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido, como requisito para obtenção de título em ciência e tecnologia. Angicos, RN (2019).

COSTA, Renato Sérgio Soares. **Riscos socioambientais e ocupação irregular em áreas de enchentes nos bairros: Olarias, Poti Velho, Alto Alegre, São Francisco e Mocambinho - Teresina (PI)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, p. 175. 2010.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. **Research methods in education**. 7th ed. Routledge, 2013.

CUNHA, J. M. P. da; JAKOB, A. A. E. ; HOGAN, Daniel Joseph ; CARMO, R. L. . **"A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas."**. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v. 1, p. 143-168.

CUNHA, M. B. **O desastre cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro**. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 33, p. 39-58, 2015.

DANTE, F. R. C. Jr. **Aspectos históricos da fotografia e realizações em geografia**. In: STEINKE, V. A.; DANTE, F. R. C., BATISTA, E. (orgs.). *Geografia & Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos*. Brasília: Laboratório de Geo-Iconografia e Multimídias – LAGIM, UnB, p. 11-14, 2014.

DEGANI, C. M. **Sistema de gestão ambiental em empresas construtoras de edifícios**. 2003. 223p. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIMENSTEIN. G. **O cidadão de papel**. 2003 P .27. **Os direitos da criança**. São Paulo 2003

FORBELONI, J. V. COSTA, Josiel M. . **Relação entre as condições precárias de moradia e a incidência de casos das doenças transmitidas pelo Aedis Egypt em Angicos/RN**. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso)

FERREIRA, D. F.; SAMPAIO F. E.; SILVA R. V. C; MATTOS. S. C. **Impactos Sócio-Ambientais Provocados pelas Ocupações Irregulares em Áreas de Interesse Ambiental – Goiânia/GO**. Pós-Graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Goiás/ SENAI – CETRESG. Goiânia – GO, 2004 (p. 1-17).

Firpo, M. & Ferreira, D. (2018). **¿Desarrollo para qué y para quién? La experiencia del Mapa de Conflictos relacionados con la injusticia ambiental y la salud en Brasil**. Commons. Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital, 7(1), 193-221 <http://dx.doi.org/10.25267/COMMONS.2018.v7.i1.07>

GARCIA, C.L. et al. **Descrição do problema da dengue com enfoque na determinação social da saúde em uma comunidade: estudo de campo**. Mem. Inst. Investig. Ciência. Saúde, v.17, n.2, p.6- 15, 2019. doi: 10.18004/mem.iics/1812-9528/2019.017.02.06- 015.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GIRÃO, I. R. F.; RABELO , D. R.; ZANELLA , M. E. **Análise teórica dos conceitos: Riscos Socioambientais, Vulnerabilidade e Suscetibilidade**. REGNE, Vol. 4, Nº Especial (2018) (pag.71 a 83)

GONDIM, LINDA MARIA DE PONTES. **Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental**. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 115-130, Jan./Abr. 2012.

GONZALEZ LUNA, C. C.; GISLENE FIGUEIREDO ORTIZ PORANGABA; LOURDES BRAZIL DOS SANTOS ARGUETA. Análises socioambientais em comunidades carentes: estudo de caso da ocupação irregular do bairro Varandas do Campo. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 327–352, [2021]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2335>.

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 01. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

HAESBAERT, ROGÉRIO : **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade**.. Bertrand Brasil (2004).

HARPER, Douglas. **Reimagining visual methods: Galileo to Neuromancer**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). Handbook of qualitative research. 2. ed. Londres: Sage Publications Inc. p. 717-732. 2000.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. In: I ENCONTRO da ANPPAS, 2002. Disponível em: <https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp->

content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos_v4_e_desigualdade_social.pdf Acessado em 25/06/2022

HERCULANO, S. **Justiça Ambiental: De Love Canal à Cidade Dos Meninos, Em Uma Perspectiva Comparada.** In: MELLO, M. P. (Org.) *Justiça e Sociedade: temas e perspectivas.* São Paulo: LTr, 2001. p. 215-238.

HOLANDA, ADRIANO. **Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica.** – 2006, Lisboa.

HOLZ, S.; MONTEIRO T. V. de A. **Política de Habitação Social e o Direito à Moradia no Brasil. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía Y En Las Ciencias Sociales,** 1999-2008. Barcelona, 26 - 30 de maio de 2008. Universidad de Barcelona Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>. Acesso em março de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Agência IBGE de notícias (2020). Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27728-quase-dois-tercos-das-favelas-estao-a-menos-de-dois-quilometros-de-hospitais> > Acessado em 10/02/2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ANUÁRIO , ESTATÍSTICO DO BRASIL-1977 a 2022. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes> > Acessado em 07/05/2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência IBGE de notícias (2018). Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21566-estudo-inedito-mostra-moradores-sujeitos-a-enchentes-e-deslizamentos> > Acessado em 09/05/2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População em áreas de risco no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010 disponível em [https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html#:~:text=Aglomerado%20subnormal%20\(favelas%20e%20similares,carentes%2C%20em%20sua%20maioria%2C%20de](https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html#:~:text=Aglomerado%20subnormal%20(favelas%20e%20similares,carentes%2C%20em%20sua%20maioria%2C%20de) Acessado em 10/02/2022.

KAZTMAN, R. **Seducidos y abandonados: El aislamiento social de los pobres urbanos.** Revista de la CEPAL, n.75, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37880> . Acessado em : 25/06/2022.

LABHAB- Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos. Parâmetros para urbanização de favelas. Rio de Janeiro, FINEP/CEF, 1999 (relatório de pesquisa).

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8º ed. Editora Atlas. São Paulo, 2017.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **A terra é um nó na sociedade brasileira, também nas cidades**. Correio da Cidadania, São Paulo, p. 9 - 9, 14 out. 2000

_____. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. São Paulo II - Habitação • Estud. av. 17 (48) São Paulo • Ago 2003.

_____. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Tradução . Petrópolis: Vozes, 2013. Disponível em <https://labcs.ufsc.br/files/2011/12/07.-MARICATO-E.-As-id%C3%A9as-fora-do-lugar-e-o-lugar-fora-das-id%C3%A9as.pdf> . Acesso em: 27 set. 2022.

_____. **Erradicar o analfabetismo urbanístico**. 2002. Disponível em: http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_analfabetismourbano.pdf , acessado em 02/05/2022.

MARTINS, JORGE LUCIEN MUNCHEN; SCHVARSBERG, BENNY. **Conflitos Fundiários Urbanos**. - Anais XVIII ENANPUR 27 a 31 de maio. Natal - RN 2019

MENDONÇA, F. **Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos a contingência climática**. *Mercator*, v 9, n.1, p.153-163, dez/2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doenças Infecciosas E Parasitárias Guia De Bolso**. 8a edição revista BRASÍLIA - DF 2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Dengue**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/> Acesso em: 08/10/ 2022.

MUCCHIELLI, R. **Les Méthodes Qualitatives**. Paris: Presses Universitaires de France 1991.

NAME, L e BUENO, L.M.M. **Do risco ao sacrifício: “ambientalização” com injustiça ambiental?** Análise a partir de duas cidades brasileiras. Encontro dos Geógrafos da América Latina, 14, 2013. Lima. Anais... Lima: EGAL, 2013.

OLIVEIRA, C. V. C. **Impactos ambientais por urbanização acelerada no Lago do Amor em Campo Grande/MS.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ciências Ambientais, Universidade Brasil. São Paulo, p. 83. 2018.

OLIVEIRA, S. DE ALMEIDA; MELLO, E. DE VIEIRA & PEIXOTO, M. NAÍSE. **Zonas de Sacrifício e (In) Justiça Ambiental: Construção de Espaços Marginalizados em Volta Redonda (RJ).** Conferência: Teoria Social e Meio Ambiente: avanços e desafios. (2017)

ONDUKI, N.; ROLNIK, R. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho.** In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

PACHECO, T.; PORTO, M.F.; ROCHA, D. **Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil.** Acessado em 08/10/2022. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> .

PERALTA, Carlos E.; ALVARENGA, Luciano J. & AUGUSTIN, Sérgio. **38 Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

PORANGABA, G.F.O.; BACANI, V. M; MILANI, P.H. **Risco e vulnerabilidade socioambiental urbana: análise comparativa entre os dados socioeconômicos e a temperatura superficial em três lagoas (MS).** Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 11, n. 2, p. 100-112, ago./dez. 2020. Página | 100

PORTO, M. F. **Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

PORTO, M. F. & PACHECO, T. **Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. Tempus Actas em Saúde Coletiva,** 4(4): 26-37, 2009

PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. ISBN 978-85-7541-576-4.

PRADO, ANDRÉ LUIZ. **Ao Fim Da Cidade: Conjuntos Habitacionais Nas Bordas Urbanas.** Belo Horizonte - MG: Editora UFMG, 2017, 338 . ISBN 978-85-423-0204-2

QUEIROZ, HELLEN PRADO BENEVIDES. **Política De Desfavelamento No Município De Campo Grande- Ms: Uma Comparação Entre O Projeto Buritilagoa Com O Projeto Sóter**. Dissertação de Mestrado. Campo Grande - MS 2012.

RAMOS, DANIELA KARINE; RIBEIRO, FABIANA LOPES; SANTANA, RIBEIRO; SILVA, GLEICE ASSUNÇÃO DA. **Elaboração de questionários: algumas contribuições**. **Recebido:** 07/12/2018 | **Revisado:** 10/12/2018 | **Aceito:** 25/12/2018 | **Publicado:** 28/12/2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gleice-Silva/publication/330921773_Elaboracao_de_questionarios_algumas_contribuicoes/links/60720a8c4585150fe99b4e19/Elaboracao-de-questionarios-algumas-contribuicoes.pdf . Acesso em: 14/09/2022.

RIBEIRO, H. VARGAS, H. C. **Urbanização, globalização e saúde**. Revista USP • São Paulo • n. 107 • p. 13-26 • outubro/novembro/dezembro 2015

RIOS, SADRAQUE OLIVEIRA; COSTA, JEAN MARIO ARAÚJO; MENDES, VERA LÚCIA PEIXOTO SANTOS. **A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa**. 2015. 23 – Bahia, 2016.

RAMMÊ. ROGÉRIO SANTOS. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica** . Caxias do Sul: RS: Educação, 2012.

ROCHA, DIOGO. **Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: Ferramenta dos movimentos sociais nas lutas territoriais**. Agriculturas V 8 - n 4. Dezembro de 2011.

ROLNIK, R. **Exclusão Territorial e Violência**. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 1999.

ROLNIK, R.. **Exclusão Territorial e Violência: O caso do Estado de São Paulo**. Cadernos de Textos, Belo Horizonte, , v. 2, p. 173 - 196, 30 ago. 2000.

ROLNIK, R. **Late neoliberalism: the financialization of homeownership and housing rights**. International Journal of Urban and Regional Research, v. 37, n. 3, p. 1058-1066, 2013..

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**/Arlete Moysés Rodrigues; revisão Rosa M. C. Cardoso e Candida M. V. Pereira – São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

SANCHES, F. DE O., **O ensino da Geografia Física sob a perspectiva ambiental**. Rev. ciênc. hum, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 129-135, jul./dez. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa ((org.) (2001)) : **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Afrontamento.

SANTOS, L. R. **O impacto das obras habitacionais inacabadas Village Itaipu, nos imóveis do Jd. São Paulo em Cambé – PR**. Revista AGB, Bauru, v. 22, n. 1, p. 141-151, jan./dez. 2018.

SANTOS, R. F. (org.) **Vulnerabilidade Ambiental desastres naturais ou fenômenos induzidos**. MMA, Brasília, 2007.

SILVA, RICARDO ALEXANDRE; BUENO, LAURA MACHADO DE MELLO BUENO. **Injustiça Urbana E Ambiental: O Planejamento De “Zonas De Sacrifício”**V. 15 N. 1 (2013): Anais Do Xv Enanpur

SOUZA, C.E.S.; GOMES, K.D. **O Acesso À Justiça Ambiental: Entraves E Perspectivas**. XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF. ACESSO À JUSTIÇA II. 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.

SOUZA, A M.G de. **Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador**. Rio de Janeiro , IPPUR/UFRJ, 1990.

CAVENAGHI, SUZANA; ALVES, JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ **Mulheres chefes de família no Brasil : avanços e desafios /**. - Rio de Janeiro : ENS-CPES, 2018. 120 p. ; 21 cm (Estudos sobre Seguro, nº 32)

SPOSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp, 1983. (Dissertação de Mestrado).

SPOSITO, M. ENCARNAÇÃO BELTRÃO. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate**. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Amélia Luisa Damiani; Odette de Lima Seabra. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, v. , p. 83-99

SPÍNOLA JULIANA LIMA; TEIXEIRA, CRISTINA; ANDRIGUETTO-FILHO, JOSÉ MILTON. **Conflito territorial e (in)justiça ambiental: o caso da construção da Via Expressa Sul na Resex Marinha do Pirajubaé, Santa Catarina, Brasil**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 9, n.2, p. 58-71, ago/2018

VALLE, D.; AGUIAR, R.; PIMENTA, D. **Lançando luz sobre a dengue**. Cienc. Cult. vol.67 no.3 São Paulo July/Sept. 2015

VASCONCELOS, Thiago da Rocha; CELERI, Marcio José. **A geografia do espaço vivido: a experimentação das categorias geográficas no Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão**. Revista Brasileira de Educação em Geografia. Campinas, v. 8, n. 16, p. 324- 346, jul./dez., 2018.

VIEGAS, Rodrigo Nunes. **Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”**. . Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 2006.

WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 17 – 28.

APÊNDICES.

Apêndices 01: Questões fechadas aplicadas na pesquisa.

Número de questões	Questões fechadas.
1	Responsável (eis) (chefe) da família.
2	Qual a renda salarial da Família? <input type="checkbox"/> menos de 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> De um 1 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> De um 3 a 4 salários mínimos <input type="checkbox"/> Acima de 5 salários mínimos
3	Qual a quantidade de membros da família? <input type="checkbox"/> De 1 a 2 pessoas <input type="checkbox"/> De 3 a 4 pessoas <input type="checkbox"/> Acima de 5 pessoas
4	Quantidade de membros da família que trabalha?
5	Qual seu Grau de escolaridade <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo
6	Qual a situação profissional atual? <input type="checkbox"/> Trabalhando <input type="checkbox"/> desempregado <i>Caso esteja trabalhando</i> <input type="checkbox"/> carteira assinada (formal) <input type="checkbox"/> sem carteira assinada (informal)

7	<p>Quais são as 3 principais dificuldades encontradas pelos moradores dos bairros</p> <p>() lixo () criminalidade</p> <p>infraestrutura:</p> <p>() moradia () educação () saúde</p> <p>() transporte coletivo () saneamento básico () ruas sem pavimentação</p>
8	<p>Como é distribuída a água na residência?</p> <p>() Poço () concessionária responsável pela distribuição () córrego</p>
9	<p>Algum membro da família apresenta ou apresentou alguns problemas de saúde.</p> <p>() sim () não</p> <p>-Se sim, qual? _____</p>
10	<p>Há caso de doenças endêmicas em sua família</p> <p>() sim () não</p> <p>-Se sim, qual?</p> <p>() dengue () zika () chikungunya () leishmaniose () febre amarela.</p>

Fonte: Autor (202)

Organização: Autor (2022)

Apêndices 02: Questões abertas aplicadas na pesquisa.

Número de questões	Questões abertas.
1	A residência é própria ou alugada?
2	Tipos de materiais construtivos que predominam na residência?

3	Na sua opinião, quais são os principais problemas ambientais do bairro e seu entorno? E esses problemas atrapalham a vivência dos moradores?
4	Na sua opinião, quais são os principais problemas ambientais do bairro e seu entorno? E esses problemas atrapalham o dia a dia dos moradores?
5	Processo de ocupação e organização: -Como vocês se organizam? -Como chegaram, como foi articulado? -Tempo para acessar a área? -De qual cidade, estado vocês vieram? -Como vocês descobrem essas áreas, e onde estão as pessoas que hoje estão na comunidade?

Fonte: Autor (2022)

Organização: Autor (2022)

Apêndices 03: Termo de responsabilidade

Termo de responsabilidade

“O convite para a sua participação se deve a” responder a alguns questionários sobre a situação sócio econômica e os principais problemas existentes na comunidade”. Os questionários serão realizados (respondidos) com os chefes de famílias, contudo, que podem ser mãe, pai, esposa, esposo, avó e avô, tio, tia, madrasta e padrasto.

Para participar desse estudo você não terá nenhum custo, nem receberá nenhuma vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro LOCAL DO ESTUDO e a outra será fornecida a você.

“A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário a pesquisador do projeto. A entrevista será somente gravada se houver a sua autorização”.

O tempo de duração do questionário é de aproximadamente 40 minutos.

Os questionários serão armazenados, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº 466/2012.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é “Uma atuação ativa ou intervenção dos órgãos públicos, a mobilização deste de modo a implementar melhorias tanto na infraestrutura quanto em outras dificuldades igualmente pontuadas”.

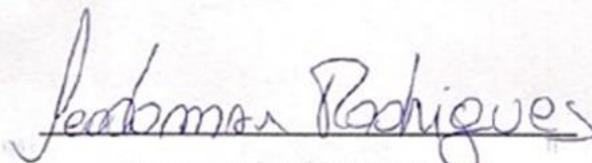
Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **Carlos Cesar Gonzalez de Luna** ligado ao mestrado de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, sob a orientação da Prof. **Gislene Figueiredo Ortiz Porangaba**, com a pesquisa intitulada **ANÁLISES SOCIOAMBIENTAIS EM BAIROS PERIFÉRICOS DA REGIÃO SUL DE CAMPO GRANDE – MS** com objetivo “Analisar os problemas socioambientais, localizado na região sul de Campo Grande – MS, que podem levar às injustiças ambientais”, venho solicitar a execução do projeto de pesquisa (Aplicação de questionário) na comunidade **Varandas do Campo**, no período de **12/09/2022 a 30/11/2022**, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Campo Grande, 03 de setembro de 2022.



Nome – Lider da Comunidade

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **Carlos Cesar Gonzalez de Luna** ligado ao mestrado de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, sob a orientação da Prof. **Gislene Figueiredo Ortiz Porangaba**, com a pesquisa intitulada ANÁLISES SOCIOAMBIENTAIS EM BAIROS PERIFÉRICOS DA REGIÃO SUL DE CAMPO GRANDE – MS com objetivo “Analisar os problemas socioambientais, localizado na região sul de Campo Grande – MS, que podem levar às injustiças ambientais”, venho solicitar a execução do projeto de pesquisa (Aplicação de questionário) na comunidade **Vazão Samambaia**, no período de 12/09/2022a 30/11/2022, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Campo Grande, 02 de setembro de 2022.

ADRIANSON M. DOS SANTOS

Nome – Líder da Comunidade